

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
PROARQ – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

CIDADE E [DES]AFETO:

as relações de apropriação dos espaços públicos
por mulheres vítimas de violência doméstica

NÁTALY SANTOS CARVALHO

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ETHEL PINHEIRO

Rio de Janeiro
Junho de 2025





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

CIDADE E [DES]AFETO:
as relações de apropriação dos espaços públicos por mulheres vítimas de violência doméstica

Nátaly Santos Carvalho

ORIENTADORA: Ethel Pinheiro Santana

Rio de Janeiro
Junho, 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

CIDADE E [DES]AFETO:
as relações de apropriação dos espaços públicos por mulheres vítimas de violência doméstica

CITY AND [DIS]AFFECT:
the appropriation relations of public spaces by women victims of domestic violence

Nátaly Santos Carvalho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, Linha de Pesquisa: Cultura, Paisagem e Ambiente Construído.

Orientadora: Ethel Pinheiro Santana

Rio de Janeiro
Junho, 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

**CIDADE E [DES]AFETO:
as relações de apropriação dos espaços públicos por mulheres vítimas de violência
doméstica**

Nátaly Santos Carvalho
Orientadora: Ethel Pinheiro Santana

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Cultura, Paisagem e Ambiente Construído.

Aprovada por:

Profa. Dra. Ethel Pinheiro Santana, Presidente

Profa. Dra. Daniella Martins Costa

Profa. Dra. Soraya Silveira Simões

Rio de Janeiro
Junho, 2025

C331c Carvalho, Nátaly Santos
CIDADE E [DES]AFETO: as relações de apropriação
dos espaços públicos por mulheres vítimas de
violência doméstica / Nátaly Santos Carvalho. --
Rio de Janeiro, 2025.
203 f.

Orientadora: Ethel Pinheiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura,
2025.

1. Ambiências. 2. Violência Doméstica. 3. Teoria
do Afeto. 4. Gênero. 5. Direito à Cidade. I.
Pinheiro, Ethel, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Ao meu pai que, apesar de todos os erros, fez tudo o que pôde para me ajudar a chegar até aqui. E à minha mãe, que aguentou todos os erros.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha base: minha mãe, **Francineide**. Foi quem inspirou essa dissertação e segue sendo meu maior exemplo de pessoa. Qualquer traço de cuidado e afeição que transborde dessas páginas, foi ela quem me ensinou.

À segunda mulher que fez essa dissertação fluir, **Ethel**. Minha querida orientadora, um bálsamo de calma nesse turbilhão de emoções que foi o processo de pesquisa. Obrigada por me incentivar com gentileza, paciência e muitas doses de afeto. O mundo é um lugar mais bonito por ter você nele.

Aos **amigos** antigos, pelo carinho constante, e aos que encontrei pelo caminho – com quem compartilhei experiências, dúvidas, cafés com lágrimas e noites de karaokê. Nossas trocas sobre a pesquisa e sobre a vida foram preciosas.

À **Giselle** e à **Lia**, amigas e parceiras, que me ajudaram em um dos momentos mais importante desta pesquisa. Seus olhares sensíveis e percepções aguçadas ajudaram a construir muito do que se lê aqui.

Ao **Thiago** que desde o início me ajudou e incentivou a tentar o mestrado, além de acompanhar o processo, você mora de pantufas no meu coraçãozinho.

Ao grupo de pesquisa do **LASC** por ser esse Lugar quentinho de trocas e apoio, e principalmente à **Cristiane** por nos incentivar sempre a seguir “o que nos queima por dentro”.

À **Daniella** e à **Soraya**, que compuseram a melhor banca que eu poderia desejar. Suas contribuições, toques e provocações fizeram desta pesquisa o que ela é.

Agradeço profundamente à **AMAC**, por ter aberto seu espaço e acolhido esta pesquisa com generosidade. Às atendidas e voluntárias, minha gratidão por toda a escuta e colaboração ao longo do processo.

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** pela concessão de bolsa de estudo durante esta pesquisa.

Aos amigos da faculdade que levo pra vida, **Jéssica, Raphael, Isabela e Camila**, por acompanharem todo o processo torcendo e me ouvindo “chorar as pitangas”, mas também vibrando de alegria junto comigo. Obrigada pelo acolhimento, vocês são luz.

Ao **Ian** que acompanhou de perto todo o processo e que seguiu me acalmando e afirmando que eu conseguiria tudo o que me propus a fazer. Obrigada por se fazer presente, por sua ajuda e por caminhar comigo.

Por fim, ao meu pai, **Antonio Marcos**. Você vive em mim.

RESUMO

CIDADE E [DES]AFETO:

as relações de apropriação dos espaços públicos por mulheres vítimas de violência doméstica

Nátaly Santos Carvalho

Orientadora: Ethel Pinheiro Santana

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

A presente pesquisa parte das inquietações acerca do(s) lugar(es) da mulher na cidade, como se apropriam e vivenciam os espaços urbanos, entendendo o meio urbano como um lugar pensado majoritariamente visando a experiência de um corpo masculino. A relação da mulher vítima de violência doméstica com a cidade é um tema essencial para se ampliar a discussão do Direito à Cidade, um conceito atravessado por questões relativas às minorias de gênero, raça, sexualidade e classe social. Uma análise da relação de vivência e apropriação dos espaços públicos urbanos por mulheres se justifica pela necessidade de revisão do sistema de espaços livres das grandes cidades, como espaços associados ao medo e à insegurança em diversos momentos, e de se atentar para como o trauma sofrido por essas mulheres afeta os seus percursos e formas de apropriação. A experiência nas cidades não é a mesma para todos os corpos que transitam pelos

espaços, o que gera a necessidade de se revisar o urbanismo praticado e de propor novas soluções para problemas comuns às metrópoles. Em paralelo a isso, a problemática da violência doméstica apresenta números que só aumentam ao longo dos anos, principalmente após a Pandemia pela Covid-19 no Brasil. Mulheres não se tornam invisíveis na cidade como homens podem se sentir, e o medo de caminhar nas ruas pode ser até mesmo paralisante com o agravante da violência doméstica, praticada justamente no arquétipo de segurança de todo ser humano. Desta forma, o objetivo desta pesquisa é analisar as relações de apropriação de espaços públicos da cidade, por mulheres que sofreram violência doméstica, utilizando o conceito de Afeto. Para a pesquisa será utilizado o método etnotopográfico, método derivado de observações etnográficas largamente utilizadas na Antropologia Urbana e apropriadas na arquitetura e urbanismo pelo LASC/UFRJ, a partir das narrativas de mulheres em grupos focais delimitados pela participação em rodas de conversa sobre o tema e pela aplicação de uma Oficina dos Desejos. O propósito foi deixar que as interlocutoras da pesquisa desenvolvessem suas narrativas para deixar aflorar as dinâmicas sensíveis com os espaços narrados na cidade, buscando compreender as formas de ser e estar dessas mulheres como criadoras de Lugares e, possivelmente, rechaçadoras de diversos sistemas dominantes nessa construção socioespacial.

Palavras-chave: Ambiências; Violência Doméstica; Teoria do Afeto; Gênero; Direito à Cidade.

Rio de Janeiro

Junho, 2025

ABSTRACT

CITY AND [DIS]AFFECT:

the appropriation relations of public spaces by women victims of domestic violence

Nátaly Santos Carvalho

Orientadora: Ethel Pinheiro Santana

Abstract of the dissertation submitted to the architecture post-graduation program of the Faculty of Architecture and Urbanism of Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ- as part of the necessary requirements to obtaining the master degree in Architectural Sciences.

This research is based on concerns about the place(s) of women in the city, how they appropriate and experience urban spaces, understanding the urban environment as a place mostly designed for the experience of a male body. The relationship between women victims of domestic violence and the city is an essential theme for broadening the discussion of the Right to the City, a concept crossed by issues relating to gender, race, sexuality and social class minorities. An analysis of the relationship between how women experience and appropriate urban public spaces is justified by the need to review the system of open spaces in large cities, as spaces associated with fear and insecurity at various times, and to pay attention to how the trauma suffered by these women affects their routes and forms of appropriation. The experience in cities is not the same for all the bodies that move through the spaces, which creates the need

to review the urbanism practiced and propose new solutions to problems common to metropolises. At the same time, the problem of domestic violence has been increasing over the years, especially since the Covid-19 pandemic in Brazil. Women don't become as invisible in the city as men can feel, and the fear of walking in the streets can even be paralyzing with the aggravation of domestic violence, practiced precisely in the archetype of safety of every human being. In this way, the aim of this research is to analyze the relationship of appropriation of public spaces in the city by women who have suffered domestic violence, using the concept of Affection. The research will use the ethnographic method, derived from ethnographic observations widely used in Urban Anthropology and appropriated in architecture and urbanism by LASC/UFRJ, based on the narratives of women in focus groups delimited by participation in conversation circles on the subject and the application of a Desires Workshop. The aim was to let the interlocutors of the research develop their narratives in order to bring out the sensitive dynamics with the spaces narrated in the city, seeking to understand the ways of being of these women as creators of Places and, possibly, rejectors of various dominant systems in this socio-spatial construction.

Keywords: Ambiances; Domestic Violence; Affect Theory; Gender; Right to the city.

Rio de Janeiro

Junho, 2025

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Memórias de [des]afeto.....	17
Figura 2. Gráfico de Análise de Denúncias - Casos de violência contra mulheres em 2022 e 2023.	23
Figura 3a e 3b: Meninos brincando em frente ao Museu do Amanhã.	35
Figura 4. Reunião na <i>polis</i> Grega.....	38
Figura 5. Plano Cerdà.	39
Figura 6. Idosas conversando no Jardim do Méier.	42
Figura 7. Mulheres atravessando a rua.....	51
Figura 8. Festa em bar na rua.....	55
Figura 9. Mulher caminhando pelo centro da cidade a noite.....	57
Figura 10. Mulher lavando louça, representação das jornadas de trabalho duplas e triplas das mulheres.	63
Figura 11. Obra Uma Senhora de Algumas Posses em sua Casa de Jean-Baptiste Debret, 1823.	65
Figura 12. O assédio à mulher na cidade como problema histórico.....	66
Figura 13. Adesivos contra o assédio no Carnaval de 2025.	70
Figura 14. “An American Girl in Italy”	72
Figura 15. Mulheres no Parque Natural Municipal do Gericinó.	73
Figura 16. Mulher e seu bebê no Bangu Shopping.	75
Figura 17. The Hat Pin Peril (O perigo dos alfinetes de chapéu).....	79
Figura 18. Mulheres fazem manifestação contra PL 1904 no Rio de Janeiro.	80
Figura 19. Márcia Baiana e sua relação com a cidade.	81
Figura 20. Cultura da violência e discriminação contra mulheres.	84
Figura 21. Mulheres durante manifestação do Dia da Mulher (2017) na região central da capital paulista.	86
Figura 22. Dados sobre mulheres que sofreram violência entre os anos de 2017 a 2025.	90
Figura 23. Dados sobre sensação de segurança feminina em modais de transporte em 2021..	92
Figura 24. Ambiência noturna na estação de trem de Piedade.....	97
Figura 25. Colagem digital para a divulgação do evento “Cidades Pretas” da UFBA.....	103
Figura 26. Linha do tempo das rodas de conversa.....	109
Figura 27. Mapa de localização das visitas a rodas de conversa e da Oficina dos Desejos (06 mai. de 2025).	110

Figura 28. <i>Mulher Cinzenta</i>	114
Figura 29. <i>A Grafiteira</i>	117
Figura 30. Roda de conversa do TRT-RJ.	118
Figura 31. <i>Sorridente, Elétrica e Atleta</i>	120
Figura 32. Imagem dos desenhos elaborados ao final da roda de conversa.	121
Figura 33. <i>A Serena</i>	125
Figura 34. Tabela com nome e idade das interlocutoras.	129
Figura 35. Narrativa da <i>Naturalista</i>	132
Figura 36. Ao longo da conversa... registro do momento de fala.	133
Figura 37. Narrativa da <i>Feminista</i>	136
Figura 38. Visões sobre o assédio.	138
Figura 39. O medo e seus atravessamentos.	141
Figura 40. Início da oficina.	142
Figura 41. Atravessamentos do cuidado.	144
Figura 42. Lazer entre interlocutoras (ou amigas).	145
Figura 43. Frases ditas ao longo da oficina de colagem.	146
Figura 44. Ao final da oficina.	147
Figura 45. Colagem da <i>Naturalista</i> , 2025. Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.	148
Figura 46. Colagem da <i>Carnavalesca</i> , 2025. Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.	149
Figura 47. Colagem da <i>Feminista</i> , 2025. Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.	150
Figura 48. Colagem da <i>Cuidadora</i> , 2025. Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.	151
Figura 49. Colagem da <i>Carioquíssima</i> , 2025. Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.	152
Figura 50. Colagem da <i>Religiosa</i> , 2025. Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.	153
Figura 51. Colagem da <i>Protetora</i> , 2025. Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.	154
Figura 52. Colagem da <i>Cervejeira</i> , 2025. Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.	155
Figura 53. Colagem da <i>Antirracista</i> , 2025. Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.	156
Figura 54. Colagem da <i>Matriarca</i> , 2025. Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.	156
Figura 55. Colagem da <i>Ambientalista</i> , 2025. Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.	157
Figura 56a e 56b. Colagem da <i>Sonhadora</i> . Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.	157
Figura 57. As <i>Cidades</i> narradas.	161
Figura 58. Ruas masculinas, espaços masculinos.	164

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16
1. Introdução.....	18
2. Montando as Bases.....	31
2.1. Entre espaços, lugares e apropriações.....	32
2.2. Cidade e Afetos	36
2.3. Mulheres e a experiência do corpo na cidade	46
2.4. Ambiências urbanas	53
3. Contextualização Histórica: A Mulher e a Cidade	59
3.1. A casa onde começa o [des]afeto	60
3.2. Direito à cidade sob a ótica de gênero.....	66
3.3. Panorama da violência de gênero no Brasil.....	82
4. Construção Metodológica	93
4.1. Uma pesquisa sob o viés etnográfico.....	94
4.2. Análise de grupos focais.....	100
5. Descobertas pelo Caminho	108
5.1. Uma etnotopografia em ação	111
5.2. Colando afetos	128
Conclusões – Por Novos Caminhos	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
APÊNDICES	178
Apêndice 1 - Transcrição das visitas a rodas de conversa	179
Apêndice 2 - Roteiro da oficina	187
Apêndice 3 - Transcrição da oficina	188
ANEXO	200

APRESENTAÇÃO

Tenho costume de andar pela cidade e romantizar a vida que vai passando pelos meus olhos. A cada esquina que viro vou percebendo as nuances das pessoas que passam, algumas tão apressadas que não reparam que estão sendo observadas, outras mais atentas que me observam de volta com um olhar que às vezes me lembra faca afiada. Ao observar, e ser observada, é possível imaginar as entrelinhas de pessoas que possivelmente nunca mais veremos na vida, mas que impactam significativamente aquele espaço-tempo e moldam nosso modo de olhar a cidade. A rua é palco de subjetividades, que juntas dão o tom de quem tem a sensibilidade de perceber.

Apesar do encanto que a rua traz, ela também oprime. Os olhares desconcertam, nos dão medo e trazem desconforto. Os elementos físicos da cidade muitas vezes nos apartam. A cidade é uma mistura conflitante de luz e escuridão, assim como as pessoas que nela habitam. Ao mesmo tempo que me enebrio pelas ruas, admirando ipês em flor ou praças cheias de vida, me aborreço com a figura masculina que analisa a jovem do pé à cabeça, com um olhar de fera prestes a atacar a presa.

A cada muro longo, poste com pouca ou nenhuma iluminação, ruas vazias de gente, me sinto mais sozinha e pequena. À mercê de quem quer que apareça para me levar. Mulheres compram kit de sobrevivência para poder andar nas ruas. Mulheres que sofreram violência doméstica quase não andam nas ruas. O medo insistente do que se esconde atrás da árvore numa rua deserta faz tropeçar por estarmos constantemente olhando para trás. Algumas ruas não são benevolentes com mulheres que andam sozinhas.

Na rua me sinto desprotegida. Por mais valente que seja, sempre haverá aquela rua traiçoeira que evoca a memória de dias mais sombrios. A cidade nos faz lembrar, principalmente, do que não quero que esteja na memória. pois a cada lembrança ruim, mais o desafeto se instaura e mais tento me proteger do asfalto que arranha a pele, mantendo a ferida sempre aberta. Algumas mulheres andam curvadas, com medo, com desconfiança, e a beleza que se vê nas ruas da cidade não é mais percebida, diante da falta de crença no Outro e na cidade. Tudo o que aparece são as quinas duras, o

buraco na calçada, os olhares afiados lembrando do corpo feminino. Quanto mais medo, menos a rua encanta.

Esta apresentação eu poderia chamar de “As ruas da cidade sob uma ótica feminina”.

Esta pesquisa nasceu entre as memórias da minha antiga casa. Foi ao observar o modo como minha mãe reagia ao se aproximar daquele lugar, onde moramos por tantos anos e onde também habitaram seus traumas, que percebi a potência afetiva dos espaços: capazes de ferir, afastar e limitar as formas de apropriação. Dessa experiência íntima e sensível, surgiu a “Casa e [Des]afeto”. Com o tempo, porém, o que era memória transformou-se em pergunta e caminho. Movida por uma curiosidade sincera e por uma paixão pela cidade, esta pesquisa ganhou novos contornos. É esse percurso que se desdobra nas páginas a seguir.



Figura 1. Memórias de [des]afeto.

Fonte: Autora, 2025.

1. Introdução

A história mundial trouxe diversos exemplos que indicam que a tomada de postura da mulher nas sociedades modernas, desde o movimento sufragista do século XIX e o início do século XX, foi conquistada pelo apoio comunal que as mulheres construíram. O apoio mútuo da categoria feminina conseguiu superar diversos desafios, apesar de outros, como a segurança na cidade, ainda não terem sido vencidos. Neste sentido, para escrever a redação dessa dissertação, na maior parte dos capítulos, será utilizada a 1ª pessoa do plural em flexão de gênero feminino, mostrando a relação de força e apoio de uma mestrande e sua orientadora.

Este trabalho, portanto, parte de uma das maiores inquietações femininas em relação ao espaço urbano, que é o dilema urbanístico de viver cidades de maneira integral e inclusiva. Nos vemos diante de uma sociedade desenvolvida a partir de uma visão centralizadora de figura humana (a masculina, de um homem padrão cis, hétero, hábil e economicamente seguro), marcada diariamente por injustiças reverberadas em eixos de opressão, de tal modo que é impossível pensar o direito à cidade sem considerar primordialmente os corpos que se desviam dos padrões normativos de gênero, raça, classe, sexualidade e deficiência.

Ao analisar o caminhar feminino pela cidade, nos deparamos com a problemática da insegurança percebida no espaço urbano, cuja práxis ainda indica que “a segurança pública protege os homens brancos e é surda aos nossos gritos” (Fernandes, 2021, pág.172). Por vezes somos levadas a refletir as ruas da cidade como um lugar onde nenhuma mulher está segura pela forma “como a cidade cria bloqueios para as mulheres e ignora seu contato diário com a vida urbana” (Kern, 2021, pág.15).

A evolução do meio urbano se deu a partir da predominância da vivência masculina nos espaços públicos, reprimindo a experiência feminina e confinando as mulheres, na maior parte do

tempo, às suas casas. “A industrialização e a urbanização alteraram a vida cotidiana, particularmente das mulheres, que passaram a, cada vez mais, ocupar o espaço das ruas, a trabalhar fora de casa, e a estudar” (Blay, 2003, pág.87). Porém, a apropriação da mulher no espaço urbano é marcada pela lenta evolução dos direitos femininos em relação ao trabalho e vivência na cidade, devido ao pensamento patriarcal de que o lugar da mulher é a casa¹, e pelo assédio sexual que “lembra às mulheres todos os dias que elas não foram feitas para estar em certos espaços” (Koskela, 199, pág.12 *apud* Kern, 2021, pág.96). A cidade “está pensada a partir de um olhar masculino branco, que é exatamente quem historicamente deteve o poder de determinação da forma como se organiza a cidade à sua imagem e semelhança” (Rolnik, 2023), ou seja, a cidade, pensada a partir das qualidades e possibilidades de um homem capacitado, autônomo, heteronormativo e muitas vezes religioso, que historicamente deteve o poder de determinação da forma como se estrutura a cidade, mostra quais são as próprias necessidades desse homem.

O espaço urbano modifica e é modificado a partir das experiências vividas nele por seus usuários, sendo essas experiências boas ou ruins. Realizar uma análise sob o ponto de vista da experiência feminina na cidade é, então, essencial para pensar como as dinâmicas do caminhar afetam a nossa relação com a cidade já que “a percepção da cidade não se pode apreender em um mapa, é uma relação intensa encarnada na sua atmosfera” (Elkin, 2016, pág.101).

Tais percepções só são possíveis a partir do caminhar e da vivência na cidade que é sentida de acordo com nossos registros cognitivos e subjetividades, como cita Pinheiro (2004):

¹ “Ideia fortalecida pela associação da figura feminina ao trabalho e ao espaço domésticos.” (Medeiros, 2022, pág.46)

A cidade é o espaço vivido, sentido, valorado e percebido por seus habitantes, através de representações mentais, históricas e impressões individuais e coletivas. Estas representações marcam a cidade, delimitam, conformam e exprimem o caráter de cidade que influi sobre o comportamento de seus moradores, usuários e visitantes. (Pinheiro, 2004, pág.03)

Mas, como reforça DaMatta (1997), “a rua é um local perigoso” (Id. Ibid., pág.53). O lugar urbano não foi, primordialmente, projetado para mulheres e nem corresponde às suas necessidades habituais de deslocamento, conforme afirma Kern (2021, pág.31) “as formas de planejamento urbano se baseiam em um conjunto de suposições sobre o cidadão urbano “típico”: seus planos de viagem diários, necessidades, desejos e valores”. Este cidadão, portanto, é um homem. Se mulheres já caminham pela cidade com insegurança, tendo uma série de cuidados a tomar antes de sair de casa², como essa insegurança afeta as mulheres vítimas de violência doméstica? As questões originais sobre o projetar urbanístico para dirimir o medo feminino na cidade se revestiram de mais este grau.

A questão central desta pesquisa nasceu pela urgência de pensar as cidades atuais de forma igualitária, permitindo o deslocamento e a vivência de minorias sociais com maior liberdade e segurança, uma vez que sempre foram tão apartadas das discussões e respostas urbanísticas. Da mesma forma que a necessidade de pensar o Direito à Cidade (Lefebvre, 2001) passa pelos recortes de gênero e raça, outra dimensão foi incorporada à questão central, a partir de um olhar sensível partindo das subjetividades, neste caso das mulheres vítimas de violência

² Conforme veremos mais adiante e em pesquisas como “Vivências e demandas das mulheres por segurança no deslocamento”, Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/institucional/pesquisas/71-das-mulheres-ja-sofreram-violencia-no-deslocamento-e-9-em-cada-10-acham-que-a-seguranca-das-mulheres-deve-ser-prioridade-nas-eleicoes-municipais/?doing_wp_cron=1726233303.2259740829467773437500>. Acesso em 24 de abril de 2025

doméstica, que muitas vezes perdem o desejo de viver a cidade, tamanha a insegurança nela projetada e encontrada.

Apesar da constante evolução dos direitos femininos ao longo dos últimos séculos, ainda nos dias atuais percebemos uma dificuldade em caminhar pelas ruas sem chamar a atenção dos olhares masculinos, e muitas vezes comentários que objetificam os corpos femininos.

A escolha de abordagem das adversidades enfrentadas pelas mulheres vítimas de violência doméstica na cidade partiu da necessidade de se questionar a equidade do espaço público devido à maneira como o medo dita trajetos dos corpos femininos na cidade. Embora o medo e a insegurança possam limitar as apropriações das mulheres no espaço urbano elas ainda resistem, “é no centro das cidades que as mulheres se afirmam, mergulhando nesse coração urbano e andando por onde não deveriam. Andando onde outras pessoas (homens) andam sem suscitar comentários” (Elkin, 2016, pág.32).

O tema desta pesquisa é, então, a **análise da relação de vivência e uso do espaço urbano por mulheres em situação de vulnerabilidade nos espaços públicos das (grandes) cidades**, com um recorte específico na cidade e entorno imediato do Rio de Janeiro.

O interesse é abordar a interação entre mulheres que foram vítimas de violência doméstica e o ambiente urbano em sua dimensão espacial pública, com foco na vivência dos deslocamentos urbanos, seja para trabalho ou lazer. A violência (física ou psicológica) sofrida por mulheres surge como um agravante na sensação de insegurança que permeia o caminhar feminino e, por isso, essa camada “extra” de análise surge como norteadora de uma sondagem por grupo focal, o que viabilizará, em médio prazo, responder de forma qualitativa ao objetivo central desta pesquisa. A partir dessas premissas, surgiu na pesquisadora deste mestrado o questionamento

de se, e como, o trauma sofrido pelas mulheres vítimas de violência doméstica afetaria as suas relações de apropriação dos espaços públicos urbanos.

Após a deflagração da Pandemia do novo coronavírus, em 2020, viu-se uma crescente mudança nas percepções das dinâmicas do habitar. A moradia ganhou novas atribuições, já que repentinamente a maior parte da população se viu obrigada a usar a casa 24 horas por dia para trabalhar, se divertir, estudar, se exercitar, além do uso já utilizado para segurança e descanso.

Em função dessas novas atribuições, foi percebida uma necessidade de pensar os espaços de forma mais funcional para alocar todos esses novos usos. Pesquisas indicam que há uma correlação entre as dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias e o aumento de conflitos e casos de violência doméstica durante o período pandêmico (Reinholz, 2022). Também é indicado o aumento de casos de violência doméstica no Brasil, e no mundo, durante o período pandêmico. Segundo o IBGE, a pandemia foi o principal agravador do aumento da violência doméstica contra mulheres no ano de 2020.

A 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher indica que 74% das brasileiras perceberam um aumento da violência doméstica e familiar em 2023 (Meslano, 2023), embora esses números possam subestimar a real extensão do problema, devido à falta de denúncia de algumas vítimas, por razões diversas. Na Figura 2 podemos observar o aumento de casos de violência contra mulheres entre os anos de 2022 e 2023, de acordo com pesquisa desenvolvida pela Rede de Observatórios de Segurança.



Figura 2. Gráfico de Análise de Denúncias - Casos de violência contra mulheres em 2022 e 2023.

Fonte: A cada 24 horas, ao menos oito mulheres são vítimas de violência. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-03/cada-24-horas-ao-menos-oito-mulheres-s%C3%A3o-vitimas-de-violencia>> Acesso em: 21 de mar. de 2024.

A violência doméstica é um tema largamente pesquisado em diversas áreas de conhecimento, como a Sociologia e a Antropologia Urbana, porém, em geral fala-se sobre as consequências que tais atos causam nas mulheres vítimas, do ponto de vista social. No campo da Arquitetura e Urbanismo é ainda escassa a correlação com o impacto causado pelo trauma sofrido na relação humana com a cidade e a conexão da vítima com a estrutura da casa é tratada de forma

superficial, apresentando os dados necessários, porém sem aprofundamento nas questões que envolvem o afeto e o pertencimento ao lugar.

Para compreender melhor o assunto é importante ressaltar a sociedade patriarcal em que ainda vivemos, que majoritariamente se desenvolve sobre um sistema de sujeição da mulher em relação ao homem e aos sistemas hegemônicos (estes, construídos para não permitirem mudanças excêntricas e a perda de poder), e sobre os atos violentos aqui já mencionados, muitas vezes dentro de casa, conforme demonstra Moreira et al. (2020):

O ambiente da casa nada tem de pacífico ou seguro, tornando-se, muitas vezes, um campo de batalha contra as violências e pela sobrevivência, uma vez que os índices de homicídio de mulheres apresentam uma alta domesticidade, tanto em relação ao local onde ocorrem quanto aos meios utilizados. (Moreira et al., 2020, pág.5)

Entramos, então, numa questão inerente à sociedade pós-moderna que é a prevalecente cultura machista, construída por séculos para manter uma estrutura coesa de controle; cultura diretamente ligada com o crescente número de casos de violência contra a mulher³ e à aceitação de um tipo de urbanismo que permite um sistema de vigilância e resposta espacial que incita a falta de convivência harmoniosa entre diversas categorias de classe, gênero e raça, produzindo, sempre, alguma violência e segregação. Em textos voltados para o campo da Psicologia são apontadas consequências gravíssimas na psique das vítimas de violência:

A depressão é uma das principais consequências da violência conjugal para as mulheres, pois verificar-se que as parceiras que continuam no

³ Já que, conforme cita Bell Hooks: só acabaremos com a violência contra a mulher ao desafiar o patriarcado, e isso significa não aceitar mais a ideia de que homens deveriam ter mais direitos e privilégios que as mulheres por causa de diferenças biológicas, ou de que homens deveriam ter poder para dominar as mulheres. (Hooks, 2021, pág.126)

relacionamento violento estão mais predispostas a desencadear a depressão. (Bittar e Kohlsdorf, 2013, pág. 12)

Não apenas a depressão é uma consequência. Transtornos psicológicos como ansiedade, síndrome de estresse pós-traumático, desânimo, fobias, tendências suicidas, baixa autoestima, dependência química e outros são também muito comuns em mulheres que sofreram violência.

Segundo dados da Fundação Perseu Abramo – FPA, em 2012, informou que de duas em cada três pessoas atendidas no SUS em razão de violência doméstica são mulheres; em 51,6% dos atendimentos foi registrada reincidência no exercício da violência contra a mulher. Em 66% dos casos, os responsáveis pelas agressões foram os maridos ou companheiros e 66% das brasileiras acham que a violência doméstica e familiar contra as mulheres aumentou, mas 60% acreditam que a proteção contra este tipo de agressão melhorou após a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Mostra que seis em cada 10 brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica e desse total, 63% tomaram alguma atitude para ajudar a vítima. (Bittar e Kohlsdorf, 2013, pág. 8)

Os dados acima trazem informações quantitativas sobre a problemática da violência doméstica no Brasil. Apesar de existirem casos de violência doméstica com pessoas de todos os gêneros e idades, o trecho citado traz à tona a superioridade de casos de violência contra mulheres e tendo como agressores homens, sejam maridos ou companheiros.

Entretanto, ao longo da pesquisa de campo, em contraponto à pesquisa bibliográfica desenvolvida, a casa revelou-se como um lugar de segurança e proteção para as interlocutoras. Tal resignificação será explicitada no Capítulo 5, no qual apresentaremos os resultados da aplicação metodológica. Essa percepção foi uma das mudanças mais significativas nas ideias iniciais que constituíram esta pesquisa. Se, inicialmente, a casa poderia configurar-se como um receptáculo das memórias traumáticas relacionadas à violência sofrida, passa, na verdade, a

constituir-se em um espaço de proteção e lazer, em razão do medo que permeia as ruas da cidade.

Para além dos dados apresentados, esta pesquisa se justifica, no campo da Arquitetura e Urbanismo, pela necessidade de revisão dos espaços livres das grandes cidades e de cuidado com as relações que mulheres e espaços desempenham diante de perigos e sintomas reais.

Para que o exercício do direito à cidade seja realizado plenamente, por todos os usuários da cidade, é necessário que sejam desenvolvidas estratégias para analisar e compreender as diferentes formas de se apropriar do espaço urbano. Pesquisar os reflexos da violência de gênero nas vivências das mulheres na cidade e nas significações que elas dão aos espaços que ocupam demanda uma abordagem empírica e sensível devido à natureza do tema.

Neste sentido, o **objetivo geral** desta pesquisa é analisar as relações de uso de espaços livres públicos da cidade por mulheres que sofreram violência doméstica, considerando os vínculos de pertencimento e afeto estabelecidos por elas com o espaço urbano.

Utilizaremos estratégias de abordagem de grupo focal, pela sensibilidade do tema e para promover uma ação mais colaborativa na tomada de respostas. Uma vez que a metodologia de pesquisa se volta para a análise de mulheres de determinados grupos focais voltados para pessoas de baixa renda, um recorte social será empregado a partir da vivência nos grupos de apoio que atendem, principalmente, mulheres em vulnerabilidade social.

A partir do objetivo geral definimos os seguintes **objetivos específicos**:

1. identificar as relações de afetividade na cidade, a partir da experiência de mulheres vítimas de violência doméstica;
2. elencar as narrativas e as representações de mulheres para a cidade;

3. correlacionar as informações obtidas a fim de colaborar com a potencialização de um urbanismo sensível ao gênero⁴.

Para a pesquisa utilizaremos o método Etnotopográfico, cunhado pelo Laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura – LASC/UFRJ, derivado do método etnográfico largamente utilizado na Antropologia Urbana. Neste método, assim como os antropólogos fazem anotações de campo, nós, arquitetas e urbanistas, fazemos as nossas próprias anotações em forma de desenhos, croquis e mapas, chamados croquis etnográficos.

Escolhemos essa base metodológica pelo seu caráter de fundamentação no espaço físico e das significações dadas pelas usuárias dos espaços a eles, dando o sentido de Lugar. Segundo Duarte (2011 *apud* Almeida, 2019, pág.68) “os espaços criados pelas pessoas frequentemente “falam” mais fielmente sobre sua dinâmica de uso do que suas próprias palavras”, portanto, a observação das formas como as mulheres se apropriam do espaço urbano é fundamental para alcançar resultados satisfatórios.

Partindo da premissa de que os espaços livres urbanos são vivenciados de forma subjetiva, especialmente por mulheres vítimas de violência doméstica, optamos por uma abordagem qualitativa e sensível, voltada à escuta ativa, à observação participante e à coleta de narrativas.

Essa escolha metodológica se mostrou essencial para acessar e compreender como as experiências traumáticas impactam a relação dessas mulheres com a cidade, suas ambiências e

⁴ O urbanismo sensível ao gênero busca a inclusão e proteção das mulheres no cotidiano urbanístico. Além de evitar a má iluminação, aumentar a vigilância e fazer manutenção de espaços públicos, esse tipo de urbanismo busca investir em estruturas inclusivas para criar espaços de convivência, gerando a chamada “segurança passiva”, que parte do pressuposto que quanto mais pessoas transitam em um lugar, mais seguro ele se torna. (Cavalcanti e Dumaresq, 2025, pág.11)

os significados atribuídos aos espaços vividos. Utilizaremos também parte do método etnográfico atrelado à observação participante, ao frequentar “rodas de conversa” e grupos de apoio a mulheres que sofreram violência doméstica, com o intuito de transcrever as narrativas estruturadas por elas durante as reuniões, além da elaboração de croquis etnográficos visando uma representação visual dos afetos das interlocutoras.

A pesquisa foi conduzida com Observação Participante em rodas de conversa sobre violência, aliando escuta, registros em cadernos de campo, croquis etnográficos e atenção às linguagens não verbais. A Etnotopografia, neste contexto, permitiu captar dimensões sensoriais, afetivas e simbólicas da vivência urbana.

Em um segundo momento, adotamos o método dos grupos focais, com a aplicação da “Oficina dos Desejos” — uma variação do “Poema dos Desejos⁵”, buscando explorar de forma visual e verbal as percepções e os anseios das interlocutoras sobre a cidade. As colagens produzidas pelas participantes se constituem como ferramentas expressivas que revelam seus desejos, memórias e desconfortos, abrindo espaço para formas não hegemônicas de produção de conhecimento sobre o espaço urbano.

A ida às reuniões de grupos de apoio às mulheres que sofreram violência foi essencial tanto para nos situar melhor no assunto abordado, quanto para encontrar as possíveis interlocutoras para a pesquisa. Foram realizadas visitas à Associação Mulheres de Atitude e Compromisso Social (AMAC) em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, e Centro de Referência para Mulheres Suely Souza

⁵ Ferramenta de pesquisa desenvolvida por Henry Sanoff (*apud* Rheingantz et al, 2009) que tem o objetivo de apreender dados sensíveis na relação das pessoas com os espaços a partir de suas vontades, demandas, expectativas e sentimentos. Estes dados podem ser obtidos através de relatos orais, textuais ou gráficos.

de Almeida (CRM-SSA) na Cidade Universitária, Rio de Janeiro, além da participação nas rodas de conversa: Roda de Conversa da Patrulha Maria da Penha do 17º BPM, Ilha do Governador-RJ; Direito das mulheres à cidade, Centro-RJ; e Roda de conversa Violência doméstica: Precisamos meter a colher, do TRT-RJ, Centro-RJ.

Além desta Introdução, que consiste em um contato inicial com tema, justificativa, objetivos e métodos aplicados, a proposta de estrutura da dissertação está desenvolvida em 5 capítulos, distribuídos da seguinte forma:

O **Capítulo 2** consiste na fundamentação teórica utilizada como ponto de partida da pesquisa. Serão abordados conceitos essenciais para a compreensão das demandas da pesquisa que atravessam os conceitos de corpo, gênero, interseccionalidade, ambiências, espaço, lugar, cidade, afeto e direito à cidade. Serão apresentados os conceitos da teoria do afeto, uma chave para o desenvolvimento desta pesquisa, o lugar como viabilizador da trama de relações tecidas entre a mulher e o espaço urbano, além da relevância das ambiências como potencializadoras de subjetividades nos espaços. Para desenvolver as discussões neste capítulo traremos as obras de pensadores e pensadoras como Lefebvre (2001), Saffioti (1976), Crenshaw (1989), Tomkins (1962), Anderson (2006), Bachelard (2000), Tuan (2015), Santos (2008), Jacobs (2011), Elkin (2016), Berth (2023), Kern (2021), Thibaud (2004), Duarte (2010; 2013; 2014; 2015; 2022) e Pinheiro (2010; 2013; 2022), visando fornecer o arcabouço teórico necessário para basear esta pesquisa.

O **Capítulo 3** é dedicado a tecer uma contextualização acerca do tema a partir de um resgate histórico do vínculo entre a mulher e o espaço físico e as questões de violência que podem ou não atravessar essa relação. No capítulo é colocada a relação com a casa e as representações de lar, o direito à cidade sob uma ótica de gênero e um panorama da violência de gênero no Brasil

além das políticas públicas desenvolvidas com o intuito de combater essa questão, explorando, desta forma, os lugares da mulher seja dentro de casa ou na cidade.

No **Capítulo 4** serão apresentados os métodos definidos para a elaboração da pesquisa. Para compor a estrutura metodológica será empregado o método etnográfico, utilizando-se croquis e relatórios que serão elaborados a partir das narrativas das interlocutoras⁶. Como parte do método serão feitas visitas a grupos de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, bem como a participação em rodas de conversa temáticas. Parte desta análise consiste na realização de uma oficina de colagem com grupos focais com o intuito de desenvolver elementos artísticos que demonstrem a perspectiva das voluntárias da pesquisa em relação ao meio urbano.

O **Capítulo 5** “Descobertas pelo caminho” trata da aplicação direta dos métodos apresentados no capítulo anterior, bem como as respostas obtidas ao longo do processo e os elementos que possibilitarão discussões mais substanciais nas considerações da pesquisa. Serão apresentadas as análises das observações participantes e os resultados obtidos com as oficinas a serem realizadas com os grupos focais elencando as similitudes e divergências entre narrativas que podem ou não reforçar o afeto das interlocutoras para com a cidade.

Por fim, o último capítulo se trata das **Conclusões** e considerações parciais, entendendo esta pesquisa como uma colaboração na larga discussão acerca do direito à cidade, trazendo reflexões de suma importância, porém com ainda um longo caminho a ser percorrido para transformar nossas cidades em espaços mais democráticos e seguros para todos os corpos que nelas habitam.

⁶ Forma como serão tratadas as participantes desta pesquisa.

2. Montando as Bases

Para avançar nas discussões propostas para essa pesquisa, alguns conceitos serão abordados contemplando as relações entre o corpo e a cidade sob o olhar das experiências sensíveis nos espaços considerando a cultura, as percepções, os afetos e apropriações pelos usos como potencializadores da formação dos espaços livres públicos. Trazer as ambiências sensíveis como base da discussão é reconhecer o caráter humano na formação das cidades, possibilitando então fornecer o repertório teórico necessário para aprofundar as discussões aqui iniciadas e dar continuidade às formas de se repensar as espacialidades considerando os aspectos culturais e sensíveis das cidades contemporâneas.

Este capítulo parte da compreensão das relações entre Espaço, Lugar e Afeto como constitutivas das experiências urbanas. A partir das contribuições de autores como Milton Santos (2008), Yi-Fu Tuan (2015), Gaston Bachelard (2000) e Jane Jacobs (2011), buscamos compreender como o espaço físico se transforma em lugar por meio da vivência, da apropriação e da atribuição de sentidos pelas pessoas. Assim, entendemos a cidade não apenas como estrutura material, mas como território de encontros, conflitos, memórias e afetos, em que o corpo, a sensibilidade e as relações sociais desempenham papel ativo na produção do espaço.

Nesse contexto, o corpo – especialmente o corpo feminino – emerge como agente sensível e político, cuja experiência urbana é atravessada por construções sociais, desigualdades históricas e opressões interseccionais. Com base em autoras como Kimberlé Crenshaw (1989), Bell Hooks (2019, 2021), Heleieth Saffioti (1976), Leslie Kern (2021) e Joice Berth (2023), discutimos como gênero, raça e classe moldam o modo como as mulheres habitam e experienciam a cidade.

Longe de ser neutro, o corpo feminino é regulado por normas simbólicas e culturais que o posicionam como alvo de controle e exclusão em diferentes contextos, públicos e privados. As diferenças entre mulheres, especialmente entre mulheres brancas e negras, revelam camadas múltiplas de vulnerabilidade, mas também de resistência e reinvenção do espaço. A análise incorpora ainda o conceito de heterotopia (Foucault, 1986), evidenciando como certos ambientes urbanos se tornam “lugares-outros” para as mulheres, como a rua à noite, o lar ou espaços de confinamento. Por fim, reconhecemos o corpo como um lugar sensível e ativo, capaz de perceber, afetar e ser afetado pelas ambiências urbanas, revelando tanto as limitações quanto as potências da experiência feminina na cidade.

2.1. Entre espaços, lugares e apropriações

Transformar espaço em lugar é uma prerrogativa, uma meta, mas também um direito humano de viver e desenvolver tudo o que o cerca de maneira autoral e criativa. (Duarte et al., 2022, pág.24)

“Espaço” e “lugar” são termos similares, muitas vezes confundidos ao se referenciar o suporte físico no qual as relações interpessoais são construídas. Para o geógrafo Milton Santos (2008) o espaço é mais que uma extensão física da superfície terrestre, ele é “algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não” (Santos, 2008, pág.46). Para Santos (Op. cit.) o espaço é dinâmico e histórico, ele muda de acordo com as relações sociais e tecnologias, além de refletir as contradições da sociedade.

De acordo com Queiroga (2001) “o espaço como um receptáculo tridimensional, um vazio a ser preenchido, é a noção mais comum encontrada na arquitetura” (Op. cit., pág.38). Portanto, sob

um ponto de vista morfológico, o espaço é qualquer ambiente construído, ou suporte físico no qual o ser humano desenvolve suas atividades.

Ainda falando sobre o campo da Geografia que entende o conceito de Lugar como o sentido locacional de um determinado sítio, Ramón (1985) aborda o conceito relacionando-o com a dimensão existencial, sendo processo fundamental que participa da construção de uma identidade e é capaz de desenvolver costumes e rotinas, elementos que constituem um bem estar psicológico.

Já para o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (2015), o “‘espaço’ é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como “(...) espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (Tuan, 2015, pág.13). Assim, o lugar é um espaço imbuído de significados, subjetividades e afetos. O Lugar enquanto conceito é um conjunto do invólucro físico, aspectos imateriais, sensíveis e referências culturais que nos possibilitam uma experiência sensível nos espaços. É necessária, portanto, uma certa vivência nos espaços para que a eles seja atribuído o sentido de lugar, pois o espaço torna-se lugar apenas quando nos é inteiramente familiar (Tuan, 2015). Como citam Duarte et al. (2022):

Sensibilidade, memória e percepção são atos essenciais à construção de Lugar (enquanto conceito), tendo a arquitetura como base para definir as espacialidades e territorialidades nas quais o ser humano exerce suas inúmeras e diversificadas atividades. (Duarte et al., 2022, pág.21)

Logo, o planejamento urbano não deve ser pensado somente através do melhor desenho, é necessário incluir uma esfera íntima, emocional no processo. Já que a satisfação com o bairro está muito menos relacionada com a estrutura física do que com as relações sociais da vizinhança. Por isso, demanda grande complexidade construir cidades que despertam afeto, já que a sensação de pertencimento é desencadeada de formas diferentes em cada pessoa. A

palavra “lugar”, por sua vez, significa: “1. parte delimitada de um espaço; local, sítio, região. 2. local onde se está ou se deveria estar; posto, posição, ponto.” (Cunha, 2009, pág. 522). Portanto, a compreensão de seu valor em escala situada deve sempre surgir.

Para Bachelard (2000, pág.24), "o lugar é uma das categorias fundamentais do ser no mundo, uma das formas primordiais que a alma assume para se situar no universo". Ou melhor, o lugar é construído a partir das experiências vividas pelo indivíduo, e cada espaço habitado é dotado de uma carga afetiva e simbólica que reflete sua subjetividade. Para o autor, o espaço habitado é uma dimensão fundamental da experiência humana, e a forma como habitamos um determinado lugar está diretamente relacionada à nossa imaginação, memória e pensamento.

Um bom exemplo de Lugar Arquitetônico (Duarte et al., 2022) é a Praça Mauá onde crianças das redondezas, especialmente meninos da favela da Providência e Santo Cristo, aproveitam o calor do Rio de Janeiro e pulam nas águas da Baía de Guanabara, ao lado de um dos pontos turísticos mais famosos da cidade, conforme Figura 3. Para eles, o espaço em processo de gentrificação nos arredores do Museu do Amanhã é um Lugar repleto de carga afetiva, onde alguns deles aprenderam a nadar. Subvertendo as construções sociais daquele espaço de contemplação, eles se apropriam do espaço como uma praia⁷ já que em sua maioria não têm a possibilidade de frequentar tais espaços.

⁷ “Se as praias da Zona Sul estão longe — e hostis — para os meninos que andam de ônibus, de bermuda e chinelo de dedo, a Praça Mauá é logo ali. Essa, sim, democrática. Quase todos chegam de bicicleta. As exceções vieram caminhando.” Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/so-de-onda-na-praca-maua-pular-na-baia-de-guanabara-vira-febre-entre-os-meninos-do-centro-18224894.html>>

Acesso em 19 de maio de 2025

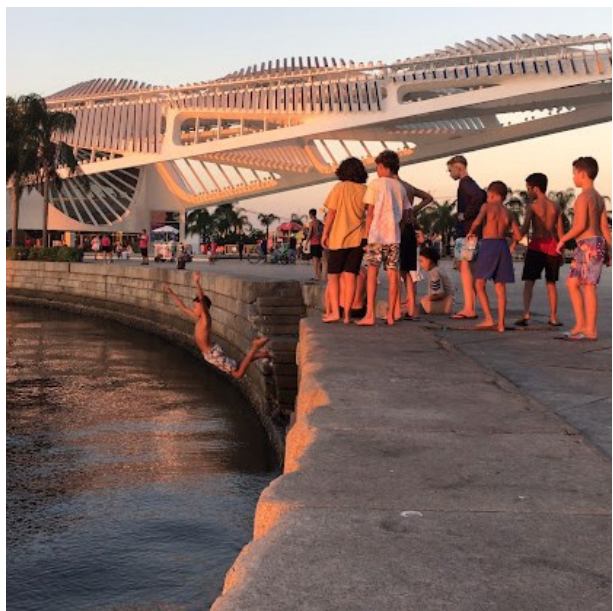


Figura 3a e 3b: Meninos brincando em frente ao Museu do Amanhã.
Fonte: Acervo da autora, 2024.

Para que se possa "ver" e "sentir" o espaço, torna-se necessário situar-se (DaMatta, 1997). Todo espaço físico é experienciado de acordo com os registros cognitivos que permitem a dotação de significado, bem como questões sociais, culturais e emocionais trazendo então a esse espaço a condição de lugar. O Lugar depende das percepções e significações que damos a determinado espaço, ou seja, para que um lugar exista, há a necessidade de um suporte espacial, físico, e passível de identificação e apropriação.

Experienciar o espaço cotidiano e valorar essa dimensão ordinária é descobrir no Outro uma potência, e no entorno uma possibilidade de uso. O Lugar Arquitetônico faz, assim, ultrapassar os usos programados ou projetados para desenvolver-se de acordo com o papel de encontro e das experiências vividas. (Duarte et al., 2022, pág.37)

Dessa forma, o corpo é mediador da nossa relação com o mundo. É através dos sentidos que percebemos determinado ambiente, provocando um processo cognitivo que convoca nossas memórias, sensações e afetos para dar o sentido de lugar. É a partir dessa conexão com o lugar que o indivíduo pode ser levado, ou não, a se apropriar dos espaços. A dimensão simbólica legitima ou deslegitima determinadas formas de apropriação da cidade. Nesta pesquisa exaltamos a relevância de se transformar o espaço em Lugar, dando ênfase na experiência humana de perceber e dar significado aos espaços arquitetônicos e assim potencializar nossas relações com as ambiências da cidade.

2.2. Cidade e Afetos

Gosto de cidades. Não de seus limites, não dos lugares em que deixam de ser cidades. Gosto do coração delas. Seus múltiplos bairros, setores, esquinas. (Elkin, 2016, pág.32)

Precisamos nos aproximar de uma definição do que é a cidade, tema tão caro a essa pesquisa, antes de falarmos nos atributos inerentes ao espaço urbano. Construir e viver na cidade implica necessariamente à coletividade. Em nenhum momento estamos totalmente a sós, somos sempre parte de um todo que a partir das suas relações, sejam de harmonia ou conflito, formam os espaços que chamamos de cidade. “Uma cidade que não se renova não prospera e, seja qual for o conceito posto para ela, não é cidade” (Pinheiro, 2010, pág.37).

Mais do que uma justaposição de Lugares, a cidade é política. Voltando à origem das cidades ocidentais como conhecemos hoje, nos deparamos com a *ágora* da *polis* Grega como locus da representação das relações públicas existentes nas cidades. Era na *ágora* que aconteciam todas as reuniões de cunho político (Figura 4), sociais e comerciais, portanto, também era onde a vida em sociedade acontecia. Desta forma, habitar a cidade significava, e ainda significa, “participar de alguma forma da vida pública, mesmo que em muitos casos esta participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos” (Rolnik, 2004, pág.21).

A cidade na era medieval era um conjunto de ruas sinuosas e muralhas, resultado de uma maneira de construir o espaço adaptada ao terreno ao invés de alterá-lo. O sistema feudal era o *modus operandi* da sociedade na qual toda a subsistência dos servos era ligada à terra e ao nobre que as possuía. A maioria das aglomerações modernas se deu a partir do crescimento das cidades na era medieval, que viram se intensificar o comércio ao mesmo tempo que o sistema feudal entrava em crise. Segundo Rolnik (Ibid., pág.31) a cidade medieval era:

Estruturada em torno da Igreja e suas instituições, ela vive para si mesma e para a vizinhança (...). Em suas ruas tortuosas se produzia algum artesanato, em suas praças se instalavam pequenos mercados ou feiras periódicas, em seus conventos e catedrais se celebrava o cristianismo triunfante. (Rolnik, 2004, pág.31)



Figura 4. Reunião na *polis* Grega.

Fonte: Disponível em <<https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2013/05/23/103/>>. Acesso em 12 de maio de 2025.

O Urbanismo, como o conhecemos de fato, surgiu com a Revolução Industrial⁸, mais especificamente o termo foi cunhado pelo arquiteto Ildefonso Cerdà em 1867. Apesar das cidades existirem desde a antiguidade, conforme falamos anteriormente, o Plano Cerdà (Figura 5) foi conhecido como um marco no urbanismo moderno. Com o crescimento das cidades se viu

⁸ “Essa que começa na Inglaterra a partir do século XVIII quando grandes contingentes populacionais migravam do campo para a cidade em busca de trabalho, e então se criaram grandes aglomerados populacionais nos quais as pessoas que pertenciam à classe operária viviam em péssimas condições de vida, principalmente de higiene, muitas delas sem ter aonde morar, ou habitando em locais insalubres e desconfortáveis. Houve então a partir daí uma grande discussão em diversas áreas do conhecimento na busca por soluções para estes chamados “problemas urbanos”. Naquela época, da Revolução Industrial, dos movimentos sociais e dos racionalismos que emergiam, ainda não se tinha um conceito de Urbanismo aprimorado, e nem o mesmo era considerado como uma área do conhecimento ou ciência de organização dos espaços urbanos, o que só acontece alguns anos depois, no início do séc. XX.” (Silva, 2016, pág.4)

a necessidade de organizar os espaços urbanos devido ao grande número de pessoas que deixavam as áreas rurais e iam em busca de novas oportunidades. Desta forma “são as autoridades laicas que procuram estabelecer o domínio do espaço urbano. É na revolução industrial que surge o urbanismo moderno” (Silva; Bueno; Madureira, 2016, pág.3) que rompe com o tradicionalismo utilizado até então e passa a utilizar a utopia como recurso para se planejar as cidades.

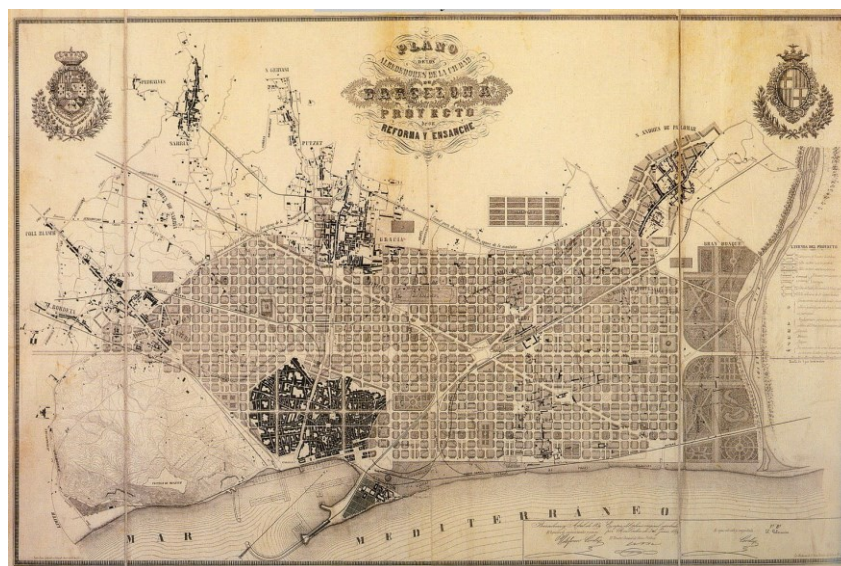


Figura 5. Plano Cerdà.

Fonte: Ildefons Cerdà i Sunyer - Museu d'Historia de la Ciutat, Barcelona. Domínio público.

Destas experiências com o espaço “surge a cidade como espiral de heterogeneidades, como oportunidade permanente de encontro com o desconhecido, de contiguidade com o estranho, de contato com outros mundos possíveis” (Eugenio, 2007, pág.145). Assim, também é importante lembrar que “nós fazemos desigualdade. Nós fazemos justiça. Nós fazemos pobreza.

Não cai apenas do céu.”⁹ Portanto, o planejamento urbano tende a reforçar os discursos de classe que afastam indivíduos de uma classe social mais baixa de lugares onde, de acordo com o pensamento popular, não deveriam estar, desta forma “a organização da cidade passa a ser marcada pela divisão da sociedade em classes: de um lado os proprietários dos meios de produção, (...) do outro os vendedores de sua força de trabalho, os livres e despossuídos” (Rolnik, 2004, pág.39). Ainda hoje podemos observar as sequelas de planejamentos urbanos higienistas que afastam para as áreas periféricas os corpos indesejados. De acordo com Campos e Berth:

Nossas cidades e o interior de nossas moradias espelham, em sua distribuição do espaço social, uma mesma estrutura etnocêntrica. A lógica espacial que colocou a casa-grande como marcador do poder colonial e a senzala como depósito de corpos marginalizados acompanhou o processo de formação das cidades e do espaço habitacional. Na moradia, a sala de estar é a microcasa-grande; a cozinha e as áreas de serviço são a senzala. O discurso espacial das cidades e das moradias dita que corpos têm permissão para existir, ocupar e se abrigar, onde fazê-lo e com que função. (Campos e Berth, 2020, pág.46)

Ao nos aprofundarmos nas definições de cidade também é imprescindível falarmos da rua como o espaço de grande parte das apropriações dos indivíduos no espaço livre urbano. Para DaMatta (1997) a "rua", em conjunto com a “casa”, é uma categoria sociológica para os brasileiros. De acordo com o autor “estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados” (Ibid., pág.14).

⁹ “Saskia Sassen Talks Finance, Climate, Race, Immigration and How We Can Begin to Fix Our Planet”, Creative Time Reports, entrevista a Nato Thompson, 27 out. 2014. Tradução da autora. Disponível em: <<https://creativetimereports.org/2014/10/27/saskia-sassen-finance-climate-race-immigration-creative-time-summit/>> Acesso em 14 de abril de 2025.

A rua é o centro da vida pública. Para Arendt (2007, pág.31) “todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de os homens viverem juntos”. É na rua que a maioria das manifestações, passeatas e reuniões acontecem, além da fruição diária dos usuários da cidade. Segundo Jane Jacobs (2011, pág.48) “quando as pessoas temem as ruas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras”. Em seu livro *Morte e Vida das Grandes Cidades*, Jacobs (2011) fala que as cidades são um laboratório de tentativas e erros, fracassos e sucessos. Para ela as ruas são as primeiras coisas que nos vêm à cabeça quando se fala de cidade e, portanto, se as ruas são interessantes as cidades também o serão. Se as ruas estão livres da violência, então a cidade também estará.

Jacobs (2011) critica o segregacionismo e o urbanismo moderno e introduz o conceito de “olhos da rua”. Para ela, uma rua movimentada consegue garantir a segurança de seus usuários, ao contrário de uma rua deserta. Para isto, se faz necessária uma revisão no urbanismo praticado até então que cada vez mais isola seus moradores do espaço público com condomínios murados, cercas e divisões entre setores de lazer, trabalho e moradia na cidade. Os olhos da rua seriam então os moradores e usuários que transitam pela cidade (Figura 6), ela defende o uso misto dos edifícios para que estes mantenham as ruas ativas o dia inteiro, fachadas voltadas para as calçadas, além destas serem bem estruturadas e convidativas, e uma diversidade de atividades a fim de atrair públicos diversos ao longo do dia. De acordo com Jacobs (Op. cit., pág.54) “ninguém gosta de ficar na soleira de uma casa ou na janela olhando uma rua vazia. Quase ninguém faz isso. Há muita gente que gosta de entreter-se, de quando em quando, olhando o movimento da rua”. De acordo com Gehl (2013, pág.91) “em geral, a vida e as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de segurança percebida ou vivenciada.”



Figura 6. Idosas conversando no Jardim do Méier.
Fonte: Acervo da autora, 2024.

Não negamos que as grandes cidades brasileiras são feitas de pessoas submetidas “às leis bárbaras da exploração do trabalho, dos salários mínimos e das batidas policiais” (DaMatta, 1997, pág.119), porém a cidade também é mais que conflitos. Essa pesquisa entende a cidade como um corpo em constante relação de afetos, que produzem e alteram os espaços à medida que as pessoas a experienciam, combinando elementos subjetivos e objetivos que moldam as vivências nos espaços, assim como aponta Valicente (2023).

Quando falamos em afeto é comum vir à tona o sentido de afeição ou simpatia por algo ou alguém. Porém o afeto é, em suma, o ato de afetar e ser afetado pelo Outro de forma positiva ou negativa, sendo esse Outro pessoa ou lugar. Ao caminharmos pela cidade somos inundados pelos estímulos físicos e sensoriais que nos fazem entrar em ressonância com os espaços e desencadear nossas respostas afetivas, pois “quando somos afetados, somos inundados de

sensações que podem levar a considerar o Outro ou nos fecharmos completamente” (Thomaz, 2019, pág.197).

Costuma-se relacionar o termo “afeto” com um sentimento de simpatia em relação a alguma coisa. No entanto, ao entrelaçarmos esse conceito com a noção de ambiências, podemos pensar em afetividade como uma possibilidade de afetar-se com o Outro, podendo este Outro ser, inclusive, um lugar, uma cidade, e não necessariamente uma pessoa. (Duarte e Pinheiro, 2013, pág.7)

A Teoria do Afeto foi apresentada originalmente por Silvan Tomkins em 1962 onde o autor propõe nove tipos de afetos compartilhados em ação inter-relacional, sendo eles: interesse-excitação, prazer-alegria, surpresa-sobressalto, angústia-angústia, medo-terror, vergonha-humilhação, raiva-fúria, dissimular e nojo. Pautada nas emoções humanas, a Teoria do Afeto de Tomkins (1962) reforça as manifestações afetivas em pares, através de expressões corporais, nos quais a primeira parte é uma manifestação suave e a segunda é vivida de forma mais intensa e reativa. Sendo assim, o afeto se estabelece como uma relação de interação entre indivíduos por meio de expressões do corpo, uma linguagem não-verbal.

Afeto é um trabalho de coleção de sentidos. Nós apenas sentimos, não nos perguntamos o quê, de onde vem ou porque estamos sentindo. Como cita Tomkins (1962, pág. 37) “É claro que as respostas afetivas são causadas. Há condições específicas que as ativam, as mantêm e as reduzem”. Para Spinoza (2009), afeto compreende “as afecções do corpo, pelas quais a sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (Spinoza, 2009, pág.50). Assim, os afetos não são aleatórios, eles surgem como respostas do corpo a estímulos do Outro sendo no encontro de corpos que os afetos se estabelecem, mas também através de suas trocas com os espaços. Eles têm causas específicas e podem ser regulados.

Os afetos são fundamentais para como nos relacionamos com o mundo ao nosso redor, pois, para Tomkins (1962) eles são motores para os comportamentos humanos, definindo como se dão nossas trocas com o Outro. Além disso, para Spinoza (2009) os afetos são também acompanhados de ideias, ou seja, possuem um componente cognitivo que nos faz formular representações do sentir, ao invés de apenas sentir. Entretanto para Tomkins (Op. cit.) esse componente cognitivo não aparece em todas as nossas respostas aos estímulos, principalmente durante a infância em que as crianças respondem afetivamente, porém sem saber exatamente do que se trata ou o porquê desse afeto. De acordo com ele:

A criança desfruta ou sofre passivamente a experiência de suas próprias respostas afetivas muito antes de ser capaz de empregar o afeto como parte de um mecanismo de feedback no comportamento instrumental. Ele não sabe “porque” está chorando, se pode parar ou como parar. Mesmo muitos anos depois, ele às vezes experimenta passivamente, sem saber o motivo ou pensar em uma ação corretiva, um profundo e intenso desespero sem objeto. (Tomkins, 1962, pág.37)

Para Anderson (2006), “pensar em uma expansão do afetivo e do emocional parte de uma sintonia alternativa com o afeto como uma capacidade transpessoal que um corpo tem de ser afetado (por meio de um afeto) e de afetar (como resultado de modificações)” (Anderson, 2006, pág.735, tradução nossa). Para o autor, não podemos reduzir as emoções a um grupo fixo e claro de sentimentos que sejam sempre iguais e definidos na mente de cada pessoa. Ou seja, as emoções não podem ser vistas como algo isolado ou simples, pois são muito mais complexas. O autor também menciona que os estudos sobre emoções, tanto na Sociologia quanto na Psicologia, têm variado entre ver as emoções como algo natural (ou seja, que sempre existiram dentro de nós) ou como algo que a sociedade e as experiências de vida nos ajudam a criar e entender. De acordo com Anderson (2006):

O desenvolvimento de um vocabulário explícito de afeto e emoção começa com a afirmação de que o mais-do-que ou menos-do-que racional não pode ser reduzido a uma gama de emoções discretas, internamente coerentes, que são idênticas à mente de um indivíduo. (Ibid.)

Sob o ponto de vista das Ambiências, entramos em consonância com os espaços a partir do momento que atribuímos sentido, significados e afetos aos lugares, desenvolvendo sentimentos que são nossos, mas também do lugar que nos envolve (Duarte, 2015). A partir desses afetos podemos considerar se um lugar nos é agradável ou não, se determinada construção é convidativa ou se uma praça lotada de gente é alegre ou intimidadora. “Quando afetamos algo também nos abrimos para sermos afetados” (Duarte et al., 2022, pág.140).

A importância dos vínculos afetivos pode ser percebida através das apropriações dos indivíduos nos espaços, percebendo também a importância do corpo como dispositivo de troca com o mundo. Como cita Falabretti (2010):

Eu compreendo o mundo porque estou situado nele e ele me envolve. Compreendo o meu corpo no instante em que experimento o corpo do Outro. A expressão do próprio corpo é, em última análise, o encontro e a comunicação de um correlato significativo dada no corpo do Outro. (Falabretti, 2010, pág.528)

Além disso, “o lugar do Outro permite conhecer um pouco sobre o nosso próprio lugar. Permite acolher o que nos é diferente e reconhecer a nós mesmos como integrantes de uma sociedade urbana, representada pelas ambiências que desnudam nossas sensações” (Duarte et al., 2022, pág.134), estimulando as trocas e o desenvolvimento da sensação de pertencimento.

Entretanto, para Berth (2023, pág.230), “o sentimento de pertencimento é algo que está em visível desequilíbrio nas cidades”. A autora afirma que alguns indivíduos se colocam como “donos absolutos do espaço pois acumulam poder socioeconômico e acham que estão em

condição de dominação, ao mesmo tempo que outros se sentem desprovidos de qualquer influência ou voz” (Ibid.). Nesta categoria se encaixam as minorias, corpos que visivelmente possuem menos recursos de se apropriar da cidade.

2.3. Mulheres e a experiência do corpo na cidade

Nosso corpo é um território que se desloca e se coloca como resistência por todos os lugares onde estamos. (Berth, 2023, pág.236)

Ao falar de corpos femininos adentramos na questão do que é ser mulher e como as diferenças entre os próprios corpos femininos impactam em sua relação com a cidade. “O corpo é parte indissociável da experiência espacial, não apenas como agente da experiência, mas como elo de integração com outros corpos e coisas, que só ganham sentido na medida em que se afetam” (Valicente, 2023, pág.44). Porém, “os corpos das mulheres ainda são frequentemente vistos como fonte ou um sinal de problemas urbanos” (Kern, 2021, pág.14).

Simone de Beauvoir afirma em sua obra, “O Segundo Sexo” (2014), que não se nasce mulher, torna-se mulher, do original em francês “*On ne naît pas femme, on devient femme*”. Essa célebre frase denota uma quebra no paradigma de que os fatores biológicos são definidores de gênero. Do contrário, tornar-se mulher¹⁰ exprime uma ideia de construção de ideias, cultura e regras sociais sobre o corpo biológico para que ele então se afirme como mulher.

De acordo com Berth (2023, pág.69) no início do movimento feminista, e durante muito tempo, “as teorias feministas nascidas no cerne dos espaços acadêmicos e, principalmente, entre as

¹⁰ O verbo em francês *devenir* é utilizado no português como devir trazendo uma ideia de um processo de transformação contínua, o vir-a-ser, algo que está sempre mudando. Essa palavra se refere à ideia de que nada é fixo ou permanente, a realidade está em constante mudança e movimento.

mulheres europeias, pautaram a mulher como uma categoria universal e que, portanto, vivenciavam as mesmas limitações dadas pelos sistemas de opressão e dominação”. Nesta dissertação escolhemos o recorte de gênero feminino cis especificamente devido a questão do feminicídio que apresenta números alarmantes desde que a legislação que criminaliza o feminicídio foi criada¹¹. Entretanto, vamos ao encontro com a ideia de Beauvoir de que o corpo biológico não define ser mulher, e, portanto, compreendemos a importância de não reforçar binarismos que excluem qualquer corpo que não esteja de acordo com as normas biológicas pré-definidas pela sociedade.

“O silenciamento histórico perpetuado contra a mulher até os dias atuais faz com que grande parte dos questionamentos e proposições do gênero feminino sejam consideradas irrelevantes” (Coutinho; Trevisan, 2022, pág.112). Os autores ainda colocam que por esta razão demandas reais do gênero feminino são negligenciadas, causando “espaços segregacionistas, que não protegem as mulheres e não consideram sua escala” (Ibid.).

“Nos últimos anos do século XIX ainda se acreditava, nos meios cultos da Inglaterra, que a mulher representasse uma subespécie cujo único destino era a procriação” (Safiotti, 1976, pág.116). Apesar dos avanços significativos nos últimos dois séculos, é preocupante a

¹¹ “Ao completar dez anos, a chamada Lei do Feminicídio continua mais necessária do que nunca. Ano após ano os órgãos de segurança pública registram novos aumentos dos casos de morte de mulheres unicamente devido à condição de gênero. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2023 para 2024 houve um crescimento de 0,8% dos casos de feminicídio. No biênio anterior, o aumento foi de 6,1%. E esse crescimento dos assassinatos de mulheres somente pelo fato de serem mulheres vai na contramão dos outros índices de violência. Entre 2023 e 2024, os demais casos de mortes violentas intencionais, por exemplo, caíram 3,4%. No período anterior, a queda tinha sido de 2,2%.” Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/noticias/1144991-lei-do-feminicidio-completa-dez-anos-em-meio-a-aumento-das-mortes-de-mulheres/>> Acesso em 18 de maio de 2025.

proximidade de tais ideias com a atualidade que, por vezes, se perpetuam em discursos contemporâneos. Com o avanço das ideias feministas a sociedade se vê compelida a reforçar as ideias de submissão da mulher, de acordo com Saffioti (1976):

Era chegado, portanto, o momento de se reviverem os mitos. É deles que a sociedade costuma lançar mão para impedir ou retardar a emancipação de uma categoria social que se impõe a tarefa da libertação. Assim aconteceu com os negros, assim ocorreu e ocorre com as mulheres, assim é com os nativos dos países sob o colonialismo. Os mitos religiosos são, pois, vigorosamente revividos. É como rainha que os americanos pretendem confinar a mulher ao lar; é a própria feminilidade que pretendem salvar. Cria-se, então, a imagem da feminista como um monstro que visa a destruir a família e a reduzir os homens a escravidão, numa completa subversão das leis divinas. (Ibid., pág.120).

Entretanto, “enquanto algumas mulheres precisavam ser protegidas da desordem conturbada da cidade, outras mulheres precisavam de controle, reeducação e talvez até de banimento” (Kern, 2021, pág.13). Diferente das mulheres brancas, as mulheres negras sempre tiveram um componente a mais que as impediam de conquistar plenamente seus direitos: a raça. De acordo com Berth (2023, pág.167) “a colonialidade converteu nossas diferenças biológicas em organizadores sociais, estabelecendo padrões de comportamento, regras para ser, existir e interagir em sociedade”. Desta forma, a escravidão tem um impacto direto nas formas de existir das mulheres que mesmo entre si sempre tiveram anos de diferença entre as conquistas de seus direitos de ser e circular livremente.

Nos registros da Exposição Casa Carioca, realizada no ano de 2020 no Museu de Arte do Rio, Campos e Berth afirmam que a grande diferença entre a vivência negra e a vivência branca de mulheridade é a seguinte: “enquanto as mulheres brancas buscavam a emancipação procurando extrapolar os limites da moradia, as mulheres negras buscavam o direito de serem donas do seu próprio lar” (Campos e Berth, 2020, pág.48).

A interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw, se trata da análise de como diferentes formas de opressão se cruzam. As análises interseccionais levaram a uma mudança radical na forma como o feminismo entendia as relações entre vários sistemas de privilégio e opressão, como “sexismo, racismo, classicismo, homofobia e capacidade social” (Kern, 2021, pág.20).

Para Crenshaw (1989), tanto as teorias feministas quanto as antirracistas frequentemente falham ao considerar corretamente as experiências de mulheres negras, pois tendem a tratar gênero e raça como categorias excludentes entre si. Ela propõe que a interseccionalidade é essencial para compreender a marginalização específica vivida por mulheres negras. Para Crenshaw (Ibid., pág.140, tradução nossa) “às vezes, as mulheres negras são excluídas da teoria feminista e do discurso político antirracista porque ambos se baseiam em um conjunto distinto de experiências que, muitas vezes, não reflete com precisão a interação de raça e gênero”.

Uma das pautas mais levantadas pelo feminismo branco é a questão do casamento e da maternidade como um certo impedimento à plena realização de atividades como o trabalho e o livre direito de ir e vir, porém, analisando de forma interseccional, Hooks (2019) afirma que:

Se as mulheres negras tivessem expressado sua visão sobre a maternidade, esta certamente não teria sido definida como um sério obstáculo à nossa liberdade como mulheres. Racismo, falta de emprego, falta de habilidades ou de formação e várias outras questões estariam no topo da lista - menos a maternidade. As mulheres negras não diriam que a maternidade nos impede de ingressar no mercado de trabalho, porque sempre trabalhamos. (Hooks, 2019, pág.218)

“A pauta racial reflete diretamente nas experiências das mulheres no espaço público e privado, nas formas de controle biopolítico, em apagamentos históricos, em violências enraizadas em esferas simbólicas e concretas, refletindo também em potências de resistência” (Valicente,

2023, pág.68). A experiência dos corpos na cidade é, portanto, marcada pelos ideais de gênero, raça, socioeconômicos e capacidade, limitando a fruição de quem é indesejado em determinados lugares e, neste sentido, os dados estatísticos apontam que mulheres negras e de menor condição social convivem com menores condições de apoio social e de mecanismos para lutar contra a violência. Para Berth:

Nosso corpo é um lugar. Nossa casa é um lugar. Ambos discursam, simbolizam, significam. O corpo é nosso primeiro lugar no mundo, nossa morada inicial. Ele delimita o espaço social que ocupamos e abriga nossos sonhos, conflitos, necessidades e desejos. No corpo mora nossa subjetividade. A casa é o nosso segundo lugar, nossa morada objetiva. Nela constituímos afetos, vivências, relações e também o limite entre existência social e existência individual, embora ambas sejam indissociáveis. (Campos e Berth, 2020, pág.22)

“Meu corpo é o lugar ao qual estou condenado” (Foucault, 2013, pág.8). Para Foucault (Ibid.) o corpo é utópico e ao mesmo tempo concreto, é ele o que nos dá existência no mundo, mas também nos limita e nos escapa. Segundo Foucault (1986), heterotopias são lugares reais que funcionam com regras específicas, diferentemente dos espaços comuns. São lugares-outros que possuem regras próprias que podem isolar as pessoas, guardar memórias ou mudar a forma como vemos o espaço, como cemitérios, museus, hospitais psiquiátricos e hotéis. De acordo com Foucault:

“Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade. Devido a estes lugares serem totalmente diferentes de quaisquer outros sítios, que eles refletem e discutem, chamá-los-ei, por contraste às utopias, heterotopias.” (Foucault, 1986, pág.3)

Ao analisar a presença de corpos femininos na cidade através das heterotopias percebemos como as mulheres por muito tempo foram colocadas nesses lugares-outros, à margem da cidade

e sociedade. A casa em si não é uma heterotopia por se tratar de um espaço de uso comum sem uma função especial ou diferente do resto da sociedade, entretanto, pode se tornar a partir de determinados usos e significados. Quando utilizada como um espaço de confinamento, ela se torna uma heterotopia, por ser tão inóspita quanto uma travessia qualquer de cidade (Figura 7).



Figura 7. Mulheres atravessando a rua.

Fonte: Acervo da autora, 2024.

O gênero é um fator que impacta as representações e organizações dos espaços. Certas heterotopias são produzidas a partir de questões de gênero, por vezes organizando e limitando a fruição das mulheres, como o lar. A rua à noite para a mulher, por exemplo, se trata de uma heterotopia a partir do entendimento de que é um lugar de risco onde a mulher é “inadequada”. Mesmo em espaços tidos como neutros, a mulher muitas vezes é olhada, controlada, sexualizada, o que transforma o espaço em território de vigilância, essencialmente uma heterotopia do masculino.

O corpo feminino, longe de ser uma entidade natural e neutra, é moldado por códigos culturais, sociais e simbólicos que lhe atribuem sentidos, funções e comportamentos específicos. Le Breton (2006 *apud* Valicente, 2023, pág.137) “defende a inexistência do corpo em um estado natural simplesmente, mas sim a partir das inserções culturais a que é submetido, sendo uma realidade construída sob múltiplas operações de agentes e fatores”, uma realidade historicamente produzida. Essa construção é particularmente evidente no modo como o corpo da mulher é lido, regulado e inserido no espaço urbano, sendo muitas vezes alvo de vigilância, normatização ou exclusão.

Além disso, como destaca Duarte (2013a), é por meio do corpo que se percebe e se interage com as ambiências da cidade, e essa interação não é passiva. O corpo feminino, ao ocupar o espaço urbano, não apenas o percebe, mas também é profundamente afetado por ele, sensorialmente, emocionalmente e politicamente. A cidade penetra o corpo com suas paisagens, sons, cheiros e também com seus limites, violências e possibilidades. Assim, compreender o corpo feminino exige reconhecer tanto sua condição de construção cultural quanto sua natureza sensível, ativa na experiência urbana. Segundo Duarte (Op. cit.):

Ainda, uma vez que a dimensão sensível é inerente à ambiência, torna-se impossível estudá-la sem considerar a presença do corpo: é o corpo que sente; sem ele não há percepção nem tampouco movimento a ser considerado. Dessa forma, compreende-se que os processos de apropriação do local urbano passam pelo reconhecimento da realidade sensorial das ambiências da cidade. Sendo o corpo o aparelho sensível que capta a percepção do mundo com o qual interagimos, diríamos que este reconhecimento se dá não apenas quando o corpo penetra na a ambiência urbana mas, principalmente, quando esta ambiência penetra nosso corpo. (Duarte, 2013a, pág.1)

Para Kern (2021, pág.25) “as mulheres nunca podem se esconder totalmente na invisibilidade, porque seu gênero as marca como objetos do olhar masculino”. Essa experiência sensível do

corpo feminino nos espaços urbanos evidencia como a vivência da cidade vai além da simples ocupação. O corpo da mulher, inserido nesse contexto, não apenas sente o espaço, mas também o interpreta e o ressignifica a partir de suas vivências culturais, históricas e subjetivas. Assim, pensar o corpo feminino na cidade é também pensar em como ele constrói e é construído pelas ambiências que o cercam.

2.4. Ambiências urbanas

Feche os olhos e imagine uma tarde chuvosa. Pense nas cores das nuvens do céu, no cheiro de terra molhada, no barulho da chuva... veja os passos das pessoas correndo para não ficarem molhadas com a tempestade (...)Pense em como é belo o brilho da iluminação das ruas quando refletida no asfalto molhado criando nesgas de luz pelas ruas... (Duarte e Pinheiro, 2013, pág.3)

Ambiências são conformadas na relação entre o ser humano, enquanto agente sociocultural, e o espaço construído, porém, apesar das experiências serem vivenciadas *in loco*, as ambiências não podem ser resumidas a uma simples soma dos dados, pois é impossível compreender tais características separadamente (Duarte et al., 2022). Para Duarte et al. (2022, pág. 113) “as ambiências são pautadas na experiência sensível do corpo no Lugar Arquitetônico e possuem três pilares de observação: a espacialidade, a sensorialidade e a socialidade”. Os sons, cheiros, elementos socioculturais, suporte espacial urbano ou arquitetônico, apenas fazem sentido em uma ambiência se analisados como “uma manifestação global que nos permite apreender imediatamente a sua totalidade” (Thibaud, 2004, pág.147).

As ambiências se tratam da “base por meio da qual nos situamos no mundo e atribuímos sentido, significados e afetos ao espaço por onde circulamos” (Duarte, 2015, pág.74). Desta forma, as ambiências são produzidas por meio de experiências, afetividades e sensações em

cada ambiente (Pinheiro, 2010). Ao analisar este conceito, o caminhar se mostra um meio pelo qual o corpo se situa no espaço urbano e possibilita as relações de troca com o Outro. “Caminhar ou deslocar-se na cidade é, essencialmente, apropriar-se cotidianamente das ambiências, com empatia, percebendo a cidade e seus detalhes” (Cohen, 2019, pág.233).

Ao adentrar um bar (Figura 8), por exemplo, o indivíduo é inundado pela música alta, as luzes brilhantes, os murmúrios das conversas difusas, ocasionalmente algumas palavras mais audíveis que outras, a movimentação rápida dos garçons transitando pelo espaço, podendo ou não imergir, de forma inconsciente, nas relações conformadas no lugar. Ao colocarmos em pauta a multissensorialidade dos espaços urbanos é possível observar que “a ambiência permeia todos os espaços de nossa vida cotidiana, porém, sem que nós percebamos de imediato a sua existência” (Melo, 2019, pág.136). Entretanto, as ambiências podem ser múltiplas e não se podem ser explicadas com uma mera listagem de atributos, é preciso estarmos alinhadas para perceber de acordo com elas, como citam Duarte et al.:

Neste sentido, estudar Ambiências é também tecer um compromisso de experienciá-las, pois não se pode analisar empiricamente o que está fora do ato do corpo e do fenômeno. A Ambiência, assim, é menos como um conceito e mais como um acesso ao mundo, como temos comprovado. (Duarte et al., 2022, pág.26)

Sob o ponto de vista das ambiências, entramos em consonância com os espaços a partir do momento que atribuímos sentido, significados e afetos aos lugares, desenvolvendo “sentimentos que são nossos mas também do lugar que nos envolve” (Duarte, 2015, pág.8). Mas, como mulheres afetadas por sentimentos de incredulidade com o Outro e com o espaço podem viver a cidade?



Figura 8. Festa em bar na rua.
Fonte: Acervo da autora, 2022.

Sabendo que as ambiências podem afetar de forma positiva ou negativa um indivíduo, ou grupo de indivíduos, podemos dizer que a forma como estamos situadas, e nossas construções próprias, também afetam nossa percepção.

Duarte et al. (2022, pág.113) afirmam que “ao penetrarmos em uma ambiência, nós a percebemos como um bloco indivisível, antes mesmo de tomarmos consciência de um ou outro sentido separadamente”. Para os autores, a ambiência pode ser “definida como um “pacote” que apreende o espaço vivenciado, os dados sensoriais e seus aspectos materiais e imateriais” (Ibid., pág.110). As ambiências constituem um campo complexo de relação entre o corpo e o ambiente, estruturando a maneira como nos sentimos e nos situamos em determinado lugar.

Tal compreensão revela o papel fundamental das ambiências na construção de vínculos afetivos e na formação do sentimento de pertencimento.

Ao afetar positivamente alguém, as ambiências podem colaborar na construção do pertencimento ao refletir culturas e modos de se portar em público, fazer com que pessoas se sintam acolhidas e seguras, além de consistir em uma base para as trocas relacionais das pessoas. Duarte e Pinheiro (2013, pág.7) afirmam que “quanto mais multissensorial for a relação que a ambiência permite à pessoa, maior será a atribuição de valores – positivos ou negativos – a ela”.

“Consideramos que na perspectiva interseccional de gênero existe uma ambiência recorrente, ora mais imponente, ora menos, que é a ambiência do medo, fruto das opressões e violências cotidianas reiteradas pela indústria do medo” (Valicente, 2023, pág.78). Essa ambiência do medo atravessa o caminhar de muitas mulheres, medo este que é ampliado por situações como ruas vazias, má iluminação durante a noite e é claro pelo receio de encontrar novamente seu agressor. O medo se faz mais assustador pela incerteza do que se pode ou não encontrar pelo caminho, pois quanto mais difuso, indistinto, disperso e flutuante é o medo, quando aparece sem explicação visível ou sem motivos nítidos ou quando a ameaça nos acompanha por todos os espaços, mais esse se faz assustador (Bauman, 2008, *apud* Carvalho, 2013). Para Kern (2021) a função social do medo das mulheres é controlá-las:

O medo restringe a vida das mulheres. Limita nosso uso dos espaços públicos, molda nossas escolhas sobre trabalho e outras oportunidades econômicas e nos mantém, no que talvez seja um paradoxo real, dependentes dos homens como nossos protetores. Tudo isso serve para sustentar um sistema capitalista heteropatriarcal, em que as mulheres são ligadas ao espaço privado do lar e responsáveis pelo trabalho doméstico dentro da instituição da família nuclear. É um sistema que beneficia os homens como um grupo e mantém o status quo de uma forma muito eficaz. (Kern, 2021, pág. 97)



Figura 9. Mulher caminhando pelo centro da cidade a noite.

Fonte: Reprodução Documentário Sob Constante Ameaça Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=WsO_XRA7XWU&ab_channel=Ag%C3%A4nciaP%C3%BAblica>
Acesso em 26 jun. 2024.

O documentário “Sob Constante Ameaça” (Figura 9) demonstra ambiências de medo que podem permear o caminhar feminino à noite em uma rua vazia. Imagine estar caminhando por uma rua do centro da cidade a noite a noite, os comércios já fecharam há horas, os postes com iluminação fraca deixam espaços obscuros entre eles, vez ou outra passos apressados se fazem audíveis, ocasionalmente é possível escutar o barulho de carros ao longe, até que você escuta passos se aproximando, conforme se aproxima da esquina a tensão de não saber quem está a caminho faz o coração acelerar.

Em determinados lugares uma pessoa pode ser inundada por uma sensação de medo experimentada a partir de aspectos sensíveis presentes no meio urbano, além das relações interpessoais e de seus registros cognitivos. Para Valicente (2023, pág.80) a “esfera subjetiva e

objetiva do medo e insegurança se articulam para limitar experiências, fazendo da ambiência de medo uma ambiência cotidiana”.

Compreender as ambiências exige mais do que observações técnicas ou registros objetivos: demanda empatia, abertura perceptiva e disposição para sentir com o corpo aquilo que o espaço comunica. O pesquisador sensível não se coloca apenas como um observador externo, mas como parte da experiência, permitindo-se ser afetado pelas nuances sensoriais, sociais e simbólicas que compõem cada lugar. Essa postura é especialmente importante em contextos de vulnerabilidade e opressão, como os que marcam a experiência cotidiana de muitas mulheres no espaço urbano. Nesse sentido, abordar as ambiências com sensibilidade não é apenas uma escolha metodológica, mas um posicionamento ético e político, que reconhece o valor das vivências corporais, das emoções e dos afetos na construção do conhecimento.

3. Contextualização Histórica: A Mulher e a Cidade

Este capítulo é dedicado a desenvolver uma breve contextualização histórica a fim de demonstrar o lugar da mulher em relação à casa e à cidade ao longo, principalmente, do último século, bem como um breve histórico da evolução das políticas públicas em relação à violência de gênero no Brasil.

Primeiramente propomos uma reflexão crítica sobre os espaços domésticos e urbanos a partir de uma perspectiva de gênero interseccional. Tradicionalmente idealizada como lugar de afeto e pertencimento, a casa pode também se configurar como um ambiente de opressão e violência, especialmente para as mulheres. Ao reunir contribuições da psicologia ambiental, filosofia e estudos de gênero, discutimos como o lar, ao mesmo tempo que acolhe, também aprisiona, reproduzindo uma lógica patriarcal que naturaliza a divisão sexual do espaço doméstico e sobrecarrega as mulheres com jornadas múltiplas e relações de poder assimétricas.

De forma complementar, o capítulo examina como a cidade, construída historicamente sob uma lógica excludente, restringe a presença e mobilidade das mulheres nos espaços públicos. O planejamento urbano, marcado por uma falsa neutralidade de gênero, invisibiliza as experiências de mulheres negras, pobres, mães e outros grupos minorizados. A análise histórica evidencia como o direito à cidade sempre foi condicionado, exigindo uma abordagem interseccional que considere raça, classe, gênero e maternidade.

Por fim, apresentamos um panorama da violência de gênero pelas cidades do Brasil, contextualizando suas raízes nas estruturas patriarcais e no controle dos corpos femininos. A violência, em suas múltiplas formas – física, psicológica, moral, sexual, patrimonial e institucional – é frequentemente naturalizada e reforçada por discursos misóginos e políticas

retrógradas. Além de afetar a integridade das mulheres, o medo da violência limita sua liberdade e acesso à cidade, evidenciando a urgência de incorporar a perspectiva de gênero no planejamento urbano e de promover segurança, justiça espacial e pertencimento para todas nas cidades brasileiras.

3.1. A casa onde começa o [des]afeto

A casa continua sendo o lugar de lazer e descanso, para uns, ao mesmo tempo que para a maioria das mulheres é mais um lugar de trabalho. (Martínez, 2024, pág.419)

A casa é considerada um local de refúgio, abrigo, a representação do Self (Cooper, 1974). Partindo dessa premissa, é possível afirmar que a casa é feita para proteger seus usuários, tanto em termos ambientais, quanto em termos culturais e sociais. E essa sensação de segurança é o que nos possibilita descansar nossa mente, bem como criar relações afetivas entre nós, outros e o espaço. Mas o que acontece se a casa não for um lugar seguro?

A casa é, segundo Heidegger (2005) um ambiente onde cada pessoa se recolhe para se preservar e se desenvolver, e Pallasma (2011, pág.61) afirma que “nosso domicílio é o refúgio do nosso corpo, nossa memória e identidade”. Podemos então salientar a importância que o habitar tem no nosso desenvolvimento cognitivo e nas nossas relações interpessoais.

De acordo com DaMatta “‘estar em casa’, ou sentir-se em casa, fala de situações onde as relações são harmoniosas e as disputas devem ser evitadas” (DaMatta, 1997, pág.50). Podemos perceber que, em certo aspecto etimológico, a casa é sinônimo de pertencimento, de repouso, um local onde a relação interpessoal de seus usuários se traduz na relação com a casa e vice-versa.

Poderíamos considerar que o lar é constituído das relações de afeto que dão significado ao mesmo. Uma casa torna-se um lar quando há intimidade, proteção, significados e lembranças. Ao mesmo tempo que essas percepções ocorrem de forma subjetiva, elas também ocorrem em consonância com as percepções do outro e são afetadas pela relação de troca com o ambiente. Para Duarte et. al (2014) existe uma correlação entre o bem-estar de uma pessoa e seu sentimento de pertencimento a determinado espaço. Dessa forma podemos entender que um lugar pode afetar positiva ou negativamente na nossa saúde mental, e a ideia de “lar” é justamente uma inferência positiva de segurança que também pode-se angariar em espaços livres e públicos.

Podemos encontrar uma lacuna na premissa de que o lar protege seus residentes, tendo em vista os reconhecidos casos de violências físicas ou psicológicas dentro de diversos lares, locais que, teoricamente, deveriam ser seguros para essas pessoas. Para (Bachelard, 2000, pág. 200) se “vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos.” Os ambientes que habitamos são feitos também das nossas subjetividades, memórias resgatadas do nosso passado e ressignificadas para dar sentido ao morar.

Do ponto de vista da psicologia ambiental, um determinado ambiente tem o poder de estimular sensações, originando sentimentos no usuário. É necessário salientar que o ambiente pode estimular tanto os sentimentos positivos, quanto negativos, e esse fator depende também dos registros cognitivos e da memória da pessoa em relação a tal espaço.

Ainda no campo da psicologia ambiental, o edifício é olhado não somente como uma construção, um espaço físico, mas também como um espaço a ser vivido. As experiências e dinâmicas dos usuários de determinado espaço são de extrema importância, pois a percepção do usuário é uma chave para uma melhor análise dos espaços que vivenciamos.

De acordo com Cooper (1974), a casa reflete perfeitamente como a pessoa se vê, indicando que a casa pode ser um espelho que demonstra quem nós somos, quais nossos anseios e quais nossos medos e inseguranças. Ainda no texto, Cooper diz que:

A maioria de nós já passou pela experiência de se mudar de uma casa para outra e, inicialmente, achar a nova morada estranha, hostil, talvez até hostil. Mas, com o tempo, nos acostumamos à nova casa e às suas peculiaridades, e quase parece que ela se acostuma conosco; podemos relaxar quando retornamos a ela, colocar os pés para cima, voltar a ser nós mesmos. (Cooper, 1974, pág. 131, tradução nossa)

O eixo central dos textos relacionados ao conceito de “sentir-se em casa” traz a ideia de relaxamento e segurança que são inerentes ao lar. No texto Cooper diz que “nós podemos relaxar quando retornamos para ela (a casa), pôr nossos pés para cima, nos tornarmos nós mesmos” (Ibid.). Essa conceituação é algo que poderia não se aplicar às mulheres vítimas de violência doméstica.

Porém, apesar das situações violentas a que mulheres são submetidas, ainda assim a casa se coloca como um lugar de segurança, como veremos no Capítulo 5, não somente como um teto, mas também um casulo para as mulheres mesmo que a violência sofrida tenha se passado dentro de suas paredes.

Observando a casa como idealizada pela sociedade patriarcal, podemos perceber uma cultura machista que coloca a cozinha como sendo o local da mulher e a sala o local do homem¹², cultura essa que é corroborada e afirmada por ditos populares como “você está precisando lavar uma louça”, dita muitas vezes com o sentido de “colocar a mulher em seu devido lugar”. É possível

¹² “A área social, por sua vez, é a da sociabilidade, das articulações políticas do poder masculino.” (Campos e Berth, 2020, pág.89)

entendermos, nesse contexto, a cozinha como sendo um local de trabalho incessante (Figura 10) e a sala local de descanso e socialização. Essa dinâmica que muitas vezes pode acontecer nas casas brasileiras acaba por criar uma relação de subserviência involuntária da mulher em relação ao homem, trazendo então uma perspectiva machista e muitas vezes misógina da relação homem-mulher-casa. Conforme cita Bell Hooks (2019):

A casa geralmente é o lugar que propicia essa situação de controle e o alvo desses abusos costuma ser a mulher. [...] Como a psicologia da masculinidade nas sociedades sexistas ensina os homens que admitir e expressar a dor é uma negação da masculinidade, uma castração simbólica, provocar dor em vez de expressá-la restaura seu senso de completude, de inteireza, de masculinidade. (Hooks, 2019, pág.203)



Figura 10. Mulher lavando louça, representação das jornadas de trabalho duplas e triplas das mulheres.

Fonte: Reprodução Documentário Domésticas Disponível em:

<<https://rollingstone.uol.com.br/noticia/idomesticai-que-estreia-nesta-sexta-3-leva-adiante-discussao-dos-empregados-domesticos-no-brasil/>>. Acesso em 24 de junho de 2024.

Em toda a história da sociedade houve uma separação de espaços tidos como masculinos ou femininos, sendo a casa de domínio da servidão das mulheres. Na sociedade Grega, por exemplo, “as mulheres gregas abastadas viviam separadas dos homens em cômodos diferentes reservados a elas dentro da casa, chamados de *gineceus*, onde ficavam confinadas a maior parte do tempo” (Funari, 2002, pág. 43).

Apesar de ser menos rígida essa separação nas residências burguesas nos últimos dois séculos, ainda assim os espaços predominantemente masculinos ou femininos dentro de casa se faziam presentes, principalmente com a ideia de que a missão da mulher¹³ era para com a casa e os filhos (Figura 11), enquanto o homem se envolvia na política, nas decisões da sociedade e na provisão da casa. Embora existissem exceções, elas não eram suficientes para uma mudança significativa na visão de toda a sociedade. Saffioti (1976) coloca que:

Raramente, as mulheres da camada dominante saíam à rua, só deixando a casa praticamente para irem à Igreja, o que nunca faziam desacompanhadas. Tudo indica que a mulher branca da casa-grande, abafada pela rigidez da educação que recebia, pela falta de instrução e pelas sucessivas maternidades, se submetia à autoridade do pai ou do marido. (Saffioti, 1976, pág.168)

¹³ É importante salientar que a mulher a que nos referimos é a mulher branca da classe dominante que possuía o privilégio de não precisar trabalhar para se sustentar ou aos filhos.



Figura 11. Obra Uma Senhora de Algumas Posses em sua Casa de Jean-Baptiste Debret, 1823.
Fonte: Jean-Baptiste Debret. Domínio público.

A situação começa a mudar nos Estados patriarcais após a Revolução Industrial e no Brasil a partir no século XIX onde as mulheres da classe dominante começaram a se apropriar mais da cidade através de reuniões sociais, festas, idas à igreja e ao teatro. Com o avanço da urbanização e crescimento das cidades também se deu uma maior vivência das mulheres fora de casa, mesmo que ainda fossem marginalizadas na sociedade, tanto a mulher branca quanto a mulher negra (Op. cit.).

3.2. Direito à cidade sob a ótica de gênero

A cidade é o lugar para ser ouvido; é também o lugar pelo qual lutamos. Lutando para pertencer, para nos sentirmos seguras, para ganhar a vida, para representar nossas comunidades e muito mais. (Kern, 2021, pág.80)

A cidade é um lugar feito pelas pessoas, é feito pelas percepções, relações de trocas e histórias que nela se desenvolvem. A relação da mulher com a cidade é marcada ao longo da história da humanidade pelas ideias generalistas que determinaram os lugares onde mulheres poderiam ou não estar. O estranhamento dos corpos femininos na cidade (Figura 12) é um fenômeno de longa data – como demonstram algumas das imagens históricas deste capítulo – muitas vezes embasado pelo discurso biológico que associa características mais suaves às mulheres devido ao seu papel na reprodução humana.



Figura 12. O assédio à mulher na cidade como problema histórico.

Fonte: Fotografia de Jacques Henri Lartigue, 1967. Disponível em:

<<https://www.fondationdefrance.org/fr/actualites-de-fondations/des-photographies-de-jacques-henri-lartigue-exposees-au-ministere-de-la-culture>>. Acesso em 24 de junho de 2024.

Na *polis* da Grécia antiga as mulheres sequer eram consideradas cidadãs, sendo comparadas em questão de direitos com escravos e estrangeiros que, apesar de habitarem a cidade, não possuíam cidadania por não terem terras ou participar das atividades e decisões políticas da cidade. Como dissemos no capítulo anterior, as mulheres eram consideradas corpos estranhos no espaço público, além de serem consideradas seres inferiores. As meninas gregas também eram separadas do contato com meninos a partir da primeira infância, “elas tinham brinquedos que se referiam à vida que teriam como adultas, basicamente como mães e donas de casa, dedicadas à costura da lã, ao cuidado dos filhos e ao comando dos escravos domésticos” (Funari, 2002, pág.43). Apesar da sua presença nas cidades, as mulheres sempre foram apagadas pela história ao não serem consideradas importantes para a construção das narrativas que conhecemos hoje sobre o início da criação das cidades contemporâneas.

Na Idade Média, as mulheres eram mais livres para circular pela cidade, desde que seguissem as normas sociais vigentes. Havia mulheres que trabalhavam, que chegaram à universidade e que inclusive eram donas de comércio, além das esposas de artesãos que tinham um papel relevante no auxílio de seus maridos. Apesar da tentativa de apagamento da sua presença nas cidades, historiadores apontam que mulheres “possuíam cervejarias, fábricas, moinhos, empresas têxteis – e isso estava, em certas situações, relacionado com o seu poder religioso. Só aos poucos este poder vai desmoronar-se, já por volta do século XIV” (Troch, 2013, pág.3).

Entretanto, um grande marco da Idade Medieval foi a consolidação do Cristianismo e da Igreja como detentora do poder máximo. Esse fortalecimento do poder da Igreja gerou novas formas de submissão da mulher baseadas na doutrina do Pecado Original e colocou as mulheres em um lugar inferior ao homem por sua facilidade de ser corrompida e, portanto, fraqueza. No século XV ainda existia o discurso de que “houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter

sido ela criada a partir de uma costela recurva...contrária a retidão do homem [...] em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepçiona e mente” (Kramer; Sprenger, 1991, pág.116 *apud* Pires, 2016, pág. 133). “Por essas e outras justificativas, o homem era responsável por atuar no espaço público, enquanto a mulher era responsável pelo ambiente privado, onde se tornava menos perigosa” (Pires, 2016, pág.130).

Segundo Abreu (2003), a mulher inicia de fato um processo de participação política na esfera pública somente da Revolução Inglesa, nos séculos XVI e XVII. No mundo pós Revolução Industrial as mulheres começaram a se colocar de forma mais significativa no mercado de trabalho e então se apropriar da cidade de outras formas.

De acordo com Saffioti (1976) a mulher é lançada do mundo da propriedade e o vínculo de casamento que a prendia ao marido se torna uma mera coexistência, isso a impele a buscar uma identidade própria. “A ocupação crescente de espaços públicos pelas mulheres, seja nas fábricas, seja nas escolas, criou um campo fértil para a produção intelectual de autoras sufragistas e abolicionistas, que refutaram as teorias biológicas da dominação masculina” (Cavalcanti e Dumaresq, 2025, pág.4).

Porém, ainda que tenha ocorrido esse marco significativo na relação da mulher com a cidade, “(...) a inserção das mulheres às responsabilidades econômicas e políticas, e também nosso direito à cidade, se deram por meio de uma falsa política de “neutralidade de gênero” (Zampronha, 2022, pág.234).

Apesar da crescente participação feminina na vida na cidade, as políticas públicas buscam transmitir a ideia de que devemos tratar os corpos como iguais e de que possuem os mesmos direitos ao transitar pela cidade. Segundo Arendt (2007, pág.37) “a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno

relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna”, o que possivelmente causou uma certa dificuldade em compreender quais os limites para determinadas atitudes por parte da população.

Uma das principais formas de restringir as apropriações das mulheres à cidade era o estigma da “mulher da rua”, pautado acima de tudo no discurso da pureza feminina reforçado pelas crenças da Igreja Católica. “As mulheres que andavam nas ruas eram mais propensas a serem julgadas como mulheres da rua (prostitutas) do que como mulheres que estivessem fora de casa por qualquer outro motivo” (Kern, 2021, pág.25). Mulheres brancas da elite eram criaturas a se proteger e a manter na segurança do lar, mas como pontua Saffioti (1976) a castidade da maioria das mulheres burguesas só foi possível graças à prostituição de outras mulheres, inclusive muitas vezes brancas pobres que eram obrigadas a utilizar seu corpo como ferramenta de trabalho para sobreviver.

“As mulheres sempre foram vistas como um problema para a cidade moderna. Durante a Revolução Industrial, as cidades europeias cresceram rapidamente e trouxeram para as ruas uma mistura caótica de classes sociais e imigrantes” (Kern, 2021, pág.12), tornando mais difícil desta forma diferenciar uma “senhora de respeito” de uma “mulher pública”, o insulto máximo na época. Apesar de a mulher ter demonstrado de forma incontestável sua grande competência como trabalhadora, “penetrando em massa nas fábricas, no ensino, no comércio e em outros setores da vida econômica, a Igreja Católica insiste em colocá-la ao lado das crianças e em confiná-la aos trabalhos domésticos sempre que possível” (Saffioti, 1976, pág.93).

O assédio é um dos problemas mais frequentes relacionados à presença da mulher no espaço público, ditando comportamentos a fim de evitar ou ao mínimo restringir a possibilidade de passar por essa situação. “A ideia de que as mulheres pertencem ao espaço doméstico está

intimamente ligada à questão do assédio e das violências sexuais diversas que as vitimizam no espaço público” (Berth, 2023, pág.172). Como cita Kern (2021, pág.19) as cidades são “patriarcados escritos na pedra, no tijolo, no vidro e no concreto”, tendo, portanto, um planejamento urbano voltado majoritariamente para o público masculino.

Quando dizemos que a cidade é masculina, estamos querendo expor que todo o planejamento das cidades é projetado com base em corpos masculinos, com referências e valorização desses corpos. “A utilização do corpo masculino como padrão “universal” impõe barreiras e dificuldades a todos os demais corpos que circulam nas cidades” (Cavalcanti e Dumaresq, 2025, pág.7).

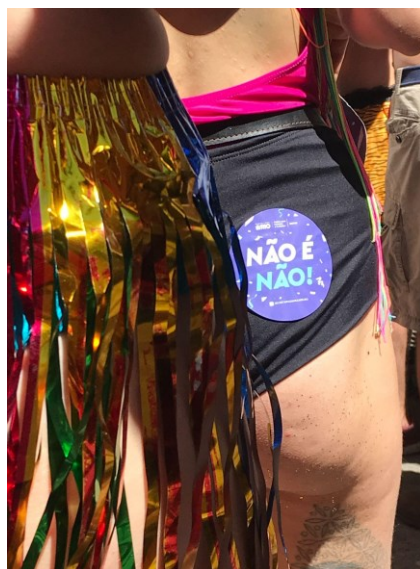


Figura 13. Adesivos¹⁴ contra o assédio no Carnaval de 2025.
Fonte: Acervo da autora, 2025.

¹⁴ Adesivos distribuídos e usados durante o Carnaval de 2025, e comuns também em outras épocas, com o intuito de expor a luta contra o assédio.

A ameaça constante do assédio molda a vida das mulheres a ponto de serem necessárias estratégias para se estar na cidade com uma maior sensação de segurança (Figura 13), tal ameaça também nos faz considerar a todo momento consciente ou inconscientemente que caminhos devemos tomar. “A presença da mulher no espaço público sempre foi algo visto com estranhamento pelos padrões que a sociedade ocidental foi estabelecendo ao longo de sua cultura colonizadora, de controle e de dominação” (Valicente, 2023, pág.58), conforme demonstra a Figura 14 que aponta o problema histórico e recorrente do assédio. Os limites impostos na cidade são acima de tudo simbólicos e psicológicos, segregando os corpos que não são bem vindos em determinados locais. Para Kern (Op.cit.), até mesmo os mitos de estupro têm uma geografia:

Isso fica embutido no mapa mental de segurança e perigo que toda mulher carrega em sua mente. “O que você estava fazendo naquele bairro? Nesse bar? Esperando sozinha por um ônibus?”, “Por que você estava andando sozinha à noite?”, “Por que você pegou um atalho?”. Antecipamos essas perguntas e elas moldam nossos mapas mentais tanto quanto qualquer ameaça real. Esses mitos sexistas servem para nos lembrar de que devemos limitar nossa liberdade de caminhar, trabalhar, se divertir e ocupar espaço na cidade. Eles dizem: a cidade não serve para você. (Kern, 2021, pág.17)

O resultado das manifestações da colonialidade na formação das cidades brasileiras são “espaços segregacionistas, que não protegem as mulheres e não consideram sua escala, além de promover a exclusão mediante as oportunidades e uma consequente vulnerabilidade social associada à mulher” (Coutinho e Trevisan, 2022, pág. 112). A segregação nega a pessoas que não são bem vindas em determinados locais o seu pleno usufruto dos espaços urbanos. Os limites impostos por essa segregação são visíveis de inúmeras formas como ruas muradas, condomínios fechados e espaços públicos normalizados, além de se mostrar na organização de periferias e favelas por meio de barreiras definidas pelo poder paralelo do tráfico.



Figura 14. “An American Girl in Italy”.

Fonte: Foto de Ruth Orkin, 1951. Disponível em: <<https://www.orkinphoto.com/photographs/american-girl/>>. Acesso em 24 de junho de 2024.

É importante citarmos também as diferenças entre as vivências de mulheres brancas e negras (Figura 15) na cidade, já que é inegável a disparidade quando se trata dos direitos das mulheres negras que, ao contrário das mulheres brancas, são atravessadas também pela questão racial e têm seus caminhos ainda mais dificultados. Durante o período colonial, devido a escravidão, “as mulheres negras eram permitidas no espaço público pois era subentendido que a função delas é servir, de alguma forma” (Berth, 2023, pág.161), considerando ainda que a premissa da escravidão era considerar pessoas negras como inferiores. O componente racial reforça a diferença entre a vivência de mulheres brancas e negras no espaço urbano, um reflexo direto da colonialidade que tem o histórico de rebaixar os corpos negros à não-humanidade.

Quando comparamos a sociedade pós-abolição da escravidão os homens negros eram considerados como cidadãos brasileiros para efeitos eleitorais, enquanto a mulher, tanto branca

quanto negra, seria marginalizada da escolha dos representantes do povo no governo (Saffioti, 1976). Portanto, mesmo após o fim institucional do período crítico da escravidão a sonhada igualdade entre homens e mulheres não foi alcançada. Como cita Valicente:

Enquanto as mulheres brancas reivindicavam seu direito ao trabalho, as mulheres negras, escravizadas, eram resumidas a sua força de trabalho. Enquanto as mulheres brancas reivindicavam o direito à herança, as mulheres negras reivindicavam o direito a construir uma família. Enquanto as mulheres brancas reivindicavam direito de ir e vir, as mulheres negras tinham a incumbência de ir e vir para suprir as necessidades e privilégios de quem as escravizava. (Valicente, 2023, pág.69)



Figura 15. Mulheres negras no Parque Natural Municipal do Gericinó.
Fonte: Foto de Sergio Felipe Henriques, 2023.

De acordo com Elkin (2016, pág.24) “embora as mulheres de uma classe social mais abastada fossem, até o fim do século XIX, basicamente identificadas como donas do lar, as de classe média e baixa tinham muitas razões para estar na rua, indo se distrair ou trabalhar”. Assim, se faz necessário considerar a interseccionalidade nas análises e discursos voltados para esse tema. Devido ao cruzamento de questões essenciais para o entendimento das vivências femininas, os conceitos de classe, raça, gênero e sexualidade se justapõem modificando usos, apropriações e direitos das mulheres.

É importante ressaltar que a noção de mulher se associa ao gênero, mas o fato de uma pessoa ter um corpo feminino implica também em sua mobilidade e acesso aos espaços públicos e privados, o que faz com que essas pessoas vivenciem a cidade diferentemente da categoria homens. “É um privilégio social não ter que se importar com quais espaços da cidade se pode ocupar, por quais espaços da cidade se pode transitar, em quais horários se pode permanecer nas ruas” (Berth, 2023, pág.70). Além disso, outra esfera que costuma não ser considerada no planejamento urbano é a maternidade (Figura 16). Quando se fala em planejamento urbano, apesar do cidadão padrão ser o homem branco, hétero, apto e de classe média, Kern (2021, pág.40) fala que “a cidadã imaginada no planejamento de gênero também foi limitada”. Segundo ela:

Uma mãe casada e apta com um emprego de colarinho rosa ou branco geralmente é a beneficiária imaginária do planejamento com perspectiva de gênero. É cada vez mais provável que essa mulher represente uma minoria na maioria das cidades contemporâneas, sugerindo que há grandes grupos de mulheres, cujas necessidades podem não ser atendidas pela integração de gênero. (Kern, 2021, pág.40)



Figura 16. Mulher e seu bebê no Bangu Shopping.
Fonte: Foto de Sergio Felipe Henriques, 2022.

Mulheres negras são maioria em casos de assédio sexual no país¹⁵. Considerando que a cidade reproduz as ideologias que se fazem nas sociedades é natural as questões raciais e de gênero, entre outras, interfiram na experiência feminina na cidade. De acordo com Berth:

¹⁵ “Os dados revelam um padrão persistente de desigualdade racial na vitimização de mulheres no Brasil. A maior prevalência de violência entre mulheres negras não pode ser dissociada de fatores estruturais como o racismo, a desigualdade socioeconômica e a menor proteção institucional a essa população. Além de enfrentarem as mesmas formas de violência que atingem todas as mulheres, as mulheres negras lidam com camadas adicionais de vulnerabilidade, como a precarização do trabalho, a sobrecarga de cuidados e um acesso mais limitado à rede de proteção e justiça.” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025, pág.32.)

A cidade não está, e nunca esteve, livre de absorver os discursos que constroem a sociedade, sejam eles libertários ou opressores, estruturais ou superficiais, progressistas ou conservadores. São esses discursos que, somados, configuram seu tecido e suas divisões espaciais. O território urbano é feito de manifestações e de ideias, que podem mudar no decorrer dos processos históricos, mas possuem efeito cumulativo, especialmente se considerarmos suas consequências no tempo. (Berth, 2023, pág.11).

O conceito do Direito à Cidade, cunhado por Henri Lefebvre (2001), sugere, como sabemos, que todos os habitantes têm o direito de usufruir do espaço urbano, além de participar na sua produção exercendo sua criatividade e liberdade. Desta forma, o direito à cidade é o direito de influenciar na criação dos espaços públicos, mas também de transitar livremente pelo espaço urbano, sem preocupações ou limitações. Porém “limitar o conceito de direito à cidade ao acesso à infraestrutura é esvaziá-lo de sentido: é necessário um debate mais amplo que englobe também a tensão vivida pela apropriação e dominação dos espaços” (Sarmiento, 2017 *apud* Zampronha, 2022, pág. 223).

“Nossos deslocamentos são parte fundamental da nossa cidadania e são responsáveis pelas dinâmicas e atividades que movem e sustentam as cidades” (Berth, 2023, pág.169). A cidade de Lefebvre é uma cidade com gênero, porém a falsa neutralidade nos discursos levantados tende a invisibilizar importantes aspectos da vivência de mulheres na cidade, reforçando uma exclusão espacial onde “o poder e os privilégios masculinos são mantidos ao manterem os movimentos das mulheres limitados e restringirem sua capacidade de acessar espaços diferentes” (Kern, 2021, p.19).

A crítica envolve a forma como as cidades são produzidas e quem realmente se beneficia delas. O direito à cidade envolve dois fatores principais: direito à participação e direito à apropriação. O direito à participação envolve o poder de decidir sobre o planejamento urbano e pode se

manifestar na participação da sociedade civil na criação de legislações e mudanças concretas no meio urbano, já o direito à apropriação se refere ao uso pleno dos espaços públicos da cidade por toda a população.

Para o indivíduo ou para o grupo, apropriar-se refere-se a algo. Apropriar-se não é ter a propriedade, mas fazer sua obra, modela-la, forma-la, pôr o selo próprio (...). Habitar é apropriar-se de um espaço, é também fazer frente aos constrangimentos, quer dizer, é o lugar do conflito agudo entre os constrangimentos e as forças de apropriação. (Lefebvre, 1973, pág.210 *apud* Carlos, 2020, pág.362)

Ao discutirmos o direito à cidade sob uma outra perspectiva, uma que priorize as minorias existentes na estrutura das sociedades atuais, são reafirmados os obstáculos na apropriação das cidades não só por mulheres, mas também por pessoas não brancas, lgbtqiapn+ e com deficiência. Essa é uma das questões mais urgentes no planejamento urbano praticado até os dias atuais, pois uma cidade que não permite ou não facilita os deslocamentos e acessos não pode ser considerada uma cidade inclusiva para todos seus habitantes.

A insegurança percebida durante os trajetos femininos na cidade é representada em pesquisas como o dossiê “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, uma pesquisa realizada pelo DataFolha e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 47% das mulheres brasileiras indicam ter sofrido assédio, sendo a maior parte na forma de cantadas e comentários desrespeitosos na rua. Já na edição de 2025 esse número aumentou para 49,6% das mulheres entrevistadas.

Tais acontecimentos geram medo de circular nos espaços públicos e representam um processo de violência contínua que limita o acesso de seus corpos a uma série de direitos: o direito de usufruir da cidade e do bairro, por meio de atividades sociais, culturais e de lazer; o direito à liberdade de locomoção; o direito à participação na vida política; o direito de desempenhar funções na esfera pública; e o direito de acesso a oportunidades econômicas. (Cavalcanti e Dumaresq, 2025, pág.7)

O medo do assédio incentiva as mulheres a buscar soluções que as protejam de sofrer violências nas ruas. Um interessante paralelo entre as estratégias de combate à violência são os alfinetes de chapéu e os pentes facas, ambos dispositivos utilizados por mulheres para se defender em caso de assédio¹⁶. Com a popularização dos chapéus no final do século XIX, vieram também os adornos que compunham o visual, sendo um deles o alfinete de chapéu¹⁷. Logo, as mulheres observaram a oportunidade de se proteger contra possíveis ataques de assaltantes e assediadores, e assim se sentirem mais seguras nas ruas. A Figura 17 mostra uma manchete do jornal *The Cleveland Plain Dealer* alertando sobre o perigo dos alfinetes e informando sobre as “agressões violentas” cometidas pelas mulheres com essas espécies de armas. Após várias denúncias e casos de agressão, em legítima defesa, por parte das mulheres foram criadas leis a fim de limitar o uso dos alfinetes.

Nos últimos anos houve um crescimento exponencial na venda de dispositivos de defesa pessoal, dentre eles pentes que ao destacar a parte dos “dentes” revelam uma faca escondida. A popularidade destes dispositivos de defesa reflete o medo e insegurança sentido pelas mulheres ao se relacionar com o espaço urbano. Por volta de cem anos separa um acontecimento do outro e mulheres seguem procurando formas de se proteger na cidade.

¹⁶ Em entrevista à Veja São Paulo, a vendedora de Kits de defesa pessoal para mulheres Elaine Santos diz: “Sempre temi a violência nas ruas e já fui assaltada várias vezes. Esses itens são feitos para elas pedirem ajuda e se protegerem de agressões, que acontecem até dentro de casa.” Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/coluna/terraco-paulistano/elaine-santos-safedgirl-kit-autodefesa>>. Acesso em 15 de jun. 2024.

¹⁷ “The Hatpin Peril” Terrorized Men Who Couldn’t Handle the 20th-Century Woman: To protect themselves from unwanted advances, city women protected themselves with some sharp accessories. Disponível em: <<https://www.smithsonianmag.com/history/hatpin-peril-terrorized-men-who-couldnt-handle-20th-century-woman-180951219/?no-ist>>. Acesso em 15 de jun. 2024.



Figura 17. The Hat Pin Peril (O perigo dos alfinetes de chapéu).

Fonte: The Cleveland Plain Dealer, March 3, 1907. Disponível em:

<<https://www.smithsonianmag.com/history/hatpin-peril-terrorized-men-who-couldnt-handle-20th-century-woman-180951219/?no-ist>>. Acesso em 15 de jun. 2024.

O medo que as mulheres sentem não é exatamente do espaço físico, mas sim dos homens e isso se demonstra nas pesquisas realizadas acerca das vivências femininas na cidade através das narrativas de medo de estupro e assédios como umas das maiores preocupações das mulheres. Porém não se pode de fato evitar os homens como um todo, inclusive não podemos colocar toda a população masculina como perigosa, portanto “o medo que as mulheres têm dos homens assume uma lógica geográfica. Descobrimos quais lugares evitar, em vez de que pessoas” (Kern, 2021, pág.97) e continua, “tudo que temos foi conquistado e nada que teremos no futuro será entregue sem luta” (Ibid., pág.80).

Também podemos analisar, através da história, que grande parte das melhorias na vida das mulheres pode ser rastreada até os protestos e movimentos ativistas formados por mulheres. Conforme afirmou Lefebvre (1966 *apud* Kern, 2021, pág.80), ao longo da história as mulheres utilizaram a cidade como local de apropriação, mas também como “lanças de luta” se colocando

nos espaços e lutando por seus direitos. “Em outras palavras, a cidade é o lugar para ser ouvido; é também o lugar pelo qual lutamos. Lutando para pertencer, para nos sentirmos seguras, para ganhar a vida, para representar nossas comunidades e muito mais” (Ibid., pág.80).



Figura 18. Mulheres fazem manifestação contra PL 1904 no Rio de Janeiro.

Fonte: Reprodução André Costa, 2024. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/06/13/ato-cinelandia-contra-pl-aborto.ghml>>. Acesso em 24 de junho de 2024.

As lutas que vemos hoje se relacionam diretamente com tais manifestações, pois tudo o que temos foi conquistado, como afirmou Leslie Kern (Op.cit.) Em outras palavras é apenas protestando e indo atrás dos nossos direitos que conseguimos os avanços necessários para que hoje, apesar de todo o medo e possibilidades de mais avanços, possamos usufruir da cidade. Um grande exemplo dessa luta foram as manifestações contra a PL 1904 de 2024 (Figura 18) que tomaram conta das ruas contra o Projeto de Lei que equipara o aborto de gestação acima de 22

semanas ao homicídio¹⁸, em casos permitidos por lei devido a estupros, além de impor sentenças mais duras aos corpos femininos do que a seus agressores.



Figura 19. Márcia Baiana e sua relação com a cidade.

Fonte: Acervo da autora, Reprodução

<https://www.youtube.com/watch?v=Q9dU85xZ4rI&ab_channel=Maz%C3%A9Mixo>, 2024.

Contudo, mesmo com todas as dificuldades existentes na relação da mulher com a cidade, elas ainda resistem e insistem em se fazerem presentes. Na minissérie “Iguarias de Iguassú”¹⁹, que teve suas imagens cedidas para serem apresentadas na exposição Cidade Mulher realizada em 2023 no Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica-RJ, a cozinheira e comerciante Márcia Baiana (Figura 19), uma mulher preta e periférica, fala sobre sua relação com as ruas da cidade:

¹⁸ Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/noticias/1072249-camara-aprova-urgencia-para-projeto-que-equipara-aborto-de-gestacao-acima-de-22-semanas-a-homicidio/>> Acesso em 16 de maio de 2025.

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q9dU85xZ4rI&ab_channel=Maz%C3%A9Mixo>. Acesso em 12 de jun. de 2024.

Quem me conhece lá atrás sabe que eu venho das ruas, eu sou cria das ruas né, e hoje sobrevivo onde, na rua. Onde na realidade eu acho que é minha casa. Minha casa é a rua. (Trecho da fala de Márcia Baiana no documentário, minuto 5:35)

3.3. Panorama da violência de gênero no Brasil

Só acabaremos com a violência contra a mulher ao desafiar o patriarcado, e que isso significa não aceitar mais a ideia de que homens deveriam ter mais direitos e privilégios que as mulheres por causa de diferenças biológicas, ou de que homens deveriam ter poder para dominar as mulheres. (Hooks, 2021, pág. 126)

Neste capítulo apresentaremos os tipos de violência existentes e nomeados, legislações específicas e dados da violência de gênero no Brasil com o intuito de situarmos a problemática e discutirmos sobre a importância de se pesquisar e discutir na área de urbanismo este tema tão atual.

Sob uma perspectiva histórica a violência de gênero tem suas raízes na desigualdade de gênero que está presente desde o início da construção da sociedade moderna. Como vimos no capítulo anterior, é indissociável a questão da violência com a ideia de que existe uma inferioridade intrínseca à mulher em relação ao homem tanto por questões biológicas quanto religiosas. Tal pensamento torna mais recorrente a ideia de que é correto o controle e autoridade exercido por certos homens com o intuito de dominar suas parceiras, considerando que “a razão de ser da violência é comunicar quem está no controle” (Berth, 2023, pág.207). Ao mesmo tempo, a ideia de que é correto “agir de modo abusivo para manter a autoridade é ensinada aos indivíduos pela igreja, pelas escolas e outras instituições” (Hooks, 2019, pág.205).

“Segundo estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mais de 1/4 da população mundial acredita que é justificável um marido agredir a esposa” (Cavalcanti e

Dumaresq, 2025, pág.5). Quando vemos por essa perspectiva pode parecer um número pequeno, porém comparando com a população mundial em números isso significa que para mais de 2 bilhões de pessoas a violência de gênero, principalmente a doméstica, é algo normalizado.

A inferiorização da mulher (Figura 20) é reverberada por discursos de ódio praticados na política²⁰ e por outros agentes interessados na manutenção do *status quo* como *redpills*²¹, por exemplo. Existe a hipótese de que o aumento de tais discursos de ódio estejam diretamente ligados ao avanço da conquista de direitos femininos, causando um efeito rebote no qual o patriarcado diminui a importância destas conquistas e tenta reverter os avanços da agenda feminista. Esses discursos são base para o aumento da violência já que “uma sociedade imersa na perversidade de discursos misóginos proferidos reiteradamente por formadores de opinião

²⁰ Um caso de grande repercussão que corrobora com essa afirmação foram os ataques sofridos pela Ministra Marina Silva em 27 de maio de 2025. A Ministra foi alvo do ataque de pelo menos três parlamentares, o presidente do colegiado, Marcos Rogério (PL-RO), exigiu que Marina se colocasse “no seu lugar”. O senador Omar Aziz (PSD-AM) disse que ela não tinha “direito” de fazer seu trabalho com base nas leis. E Plínio Valério (PSDB-AM) disse que a respeitava como mulher, mas não como ministra. Em março de 2025, Marina já havia sofrido um ataque no qual o senador Plínio Valério declarou “imagine o que é tolerar a Marina seis horas e dez minutos sem enforcá-la”. Essas falas representam a violência política de gênero sofrida pela Ministra e inúmeras outras parlamentares principalmente pelo fato de serem mulheres, visto que tais ofensas não ocorreriam desta forma se o debate fosse entre homens. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2025/05/27/ataque-a-marina-silva-pode-ser-enquadrado-no-codigo-penal.ghtml>>. Acesso em 08 de junho de 2025.

²¹ Esse termo faz referência ao filme Matrix (1999) em que o protagonista, Neo, é confrontado com a escolha de tomar uma pílula azul, seguindo em um mundo ilusório, ou uma pílula vermelha e, assim, encarar a realidade. Homens que seguem esse movimento encaram as mulheres como manipuladoras e elencam diversas regras como as definições de uma parceira perfeita que “seria aquela de perfil obediente, que entende o homem como o chefe da casa, não usa roupas curtas e exala delicadeza...”. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/comportamento/movimento-red-pill-revela-a-face-cruel-e-reacionaria-do-machismo/>>. Acesso em 25 de abril de 2025.

e tomadores de decisão geram um caldo cultural que autoriza agressores a se comportarem como tais” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025, pág.9).



Figura 20. Cultura da violência e discriminação contra mulheres.

Fonte: Instituto Maria da Penha. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>>. Acesso em 28 de abril de 2025.

Esses discursos de ódio ganham força com o apoio de homens e mulheres que negam a importância do feminismo e se demonstram em projetos e legislações retrógradas que visam reforçar o controle sobre os corpos femininos como a PL 1.904/2024. Como cita Bell Hooks (2021, pág.126) “o patriarcado, como qualquer sistema de dominação (como o racismo, por exemplo), precisa socializar todo mundo para acreditar que em todas as relações humanas há um lado superior e um inferior”.

Para combater a violência de gênero e possibilitar o avanço das políticas públicas que promovam uma cidade mais segura é preciso dar nome às coisas. Definir os tipos de violência trouxe possibilidade para determinadas mulheres de encarar a situação em que viviam e entendê-las como violentas. Por vezes é difícil, principalmente para mulheres com menos instrução, como será apresentado mais adiante, entender determinadas situações como violência devido a normalização dessas situações na sociedade em que vivemos.

“A masculinidade patriarcal exige que meninos e homens não só se vejam como mais poderosos e superiores às mulheres, mas que façam o que for preciso para manter sua posição de controle” (Hooks, 2021, pág.82), e as formas de controle que muitas vezes são normalizadas, como ditar regras sobre o que vestir ou com quem falar, são as mais relatadas por mulheres. Tipos de violência que não deixam marcas como a violência física são mais difíceis de serem entendidos como tal.

As violências moral e psicológica, por não terem marcas visíveis nas vítimas, têm um histórico de maior subnotificação devido à normalização de determinadas atitudes pela nossa sociedade. Porém nas últimas pesquisas divulgadas pelo Relatório Visível e Invisível²² fica claro o aumento nas denúncias desses tipos de violência, sendo um dos motivos a maior instrução em relação a determinados tipos de violência. Assim vemos a importância de se dar nome aos atos e de se falar sobre eles (Figura 21), pois quanto mais falamos mais se compreende que a violência física é um dos últimos estágios e antes dela as vítimas, em geral, sofrem outros tipos de violência, muitas vezes sem diferenciar esses atos de um comportamento masculino dito como normal.

²² Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-5ed/>>. Acesso em 24 de abril de 2025.



Figura 21. Mulheres durante manifestação do Dia da Mulher (2017) na região central da capital paulista. Fonte: Foto de Rovená Rosa/Agência Brasil. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-03/mulheres-vao-ruas-em-sao-paulo-em-dois-grandes-atos-para-marcar-o-8> >. Acesso em 24 de junho de 2024.

Mulheres seguem sofrendo, por um resultado de séculos de agenciamento de padrões culturais colocados como ideias, geralmente caladas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025). A feliz ação de agentes da sociedade civil e campanhas de conscientização tem trazido novos olhares para ações que antes eram tidas como normais. Tais ações ajudam vítimas a terem uma tomada de consciência e identificar nas situações que vivem tipos de violência, desta forma oferecendo a oportunidade de denunciar seu agressor antes que agressões mais permanentes possam acontecer. Os tipos de violência doméstica contra as mulheres, de acordo com a Lei Maria da Penha, incluem:

- a violência **física** - entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- a violência **psicológica** - entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe

prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

- a violência **sexual** - entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- a violência **patrimonial** - entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- a violência **moral** - entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011, pág.9)

Além dos tipos de violência doméstica elencados acima, ainda existem outras formas de violência regidas por lei como a violência institucional e a importunação sexual. Porém, o mais importante de se situar nesta pesquisa, além das definições de violência doméstica, é a questão do assédio, visto aqui não como o definido no art. 216-A do Código Penal, que se restringe a situações em que há relação de hierarquia ou ascendência e intenção de obter vantagem sexual, mas sim como “qualquer ato com conotação sexual indesejado pela vítima seja de forma verbal, gestual ou física, implícita ou explícita e que causem constrangimentos, intimidação e invasão do espaço pessoal” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025, pág.12).

A história de Maria da Penha²³, inspiração para a lei de combate à violência de gênero, infelizmente pode se confundir com diversas outras histórias de mulheres vítimas. A sua relação com o seu agressor, então marido, iniciou de uma forma amável como muitas outras e conforme os anos passaram foi se desenvolvendo o ciclo da violência²⁴ no qual ela se viu presa, muito pela esperança de melhora. Em meados dos anos 1980 não existiam no Brasil legislações específicas para casos de violência como o que ela sofreu, tendo sofrido ataques psicológicos, patrimoniais, e por fim uma tentativa dupla de feminicídio na qual levou um tiro que resultou na perda de todos os movimentos de seus membros inferiores.

A proteção de mulheres em casos de violência doméstica teve como marco histórico a criação da Lei Maria da Penha em 2006, porém desde sua criação foram aprovadas outras leis²⁵ que discorrem sobre o assunto, sendo as principais:

- Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012): Tornou crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares.
- Lei do Minuto Seguinte (12.845/2013): Oferece garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e informações sobre seus direitos.
- Lei Joana Maranhão (12.650/2015): Alterou os prazos quanto à prescrição de crimes de abusos sexuais de crianças e adolescentes. A prescrição passou a valer após a vítima completar 18 anos, e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos.

²³ Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>>. Acesso em 29 de abril de 2025.

²⁴ Ciclo que elenca a repetição de três fases em relações abusivas de violência doméstica: tensão crescente, explosão de violência e a “lua de mel”, quando o agressor se mostra arrependido e promete mudar. Esse padrão tende a se intensificar com o tempo, dificultando que a vítima rompa com a relação.

²⁵ Principais legislações de enfrentamento à violência de gênero. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/violencia-contra-a-mulher/legislacao-3/>>. Acesso em 29 de abril de 2025.

- Lei do Feminicídio (13.104/2015): Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Quase 20 anos depois da criação da Lei Maria da Penha os números da violência de gênero no Brasil são alarmantes, porém não se pode resumir o aumento dos casos a apenas um aumento da violência em si. A criação de legislações específicas, a ação de entidades de combate à violência e demais agentes trouxeram à tona discursos que permitem uma mudança de paradigmas e um maior conhecimento dos direitos femininos. O controle de com quem a mulher pode ou não falar, que antes poderia ser visto como comportamento normal entre cônjuges, hoje é reconhecido como violência.

De acordo com a Pesquisa Visível e Invisível do ano de 2025, 37,5% das mulheres brasileiras já passaram por algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses. Em comparação, esse número estava em 28,6% no ano de 2017, quando foi realizada a primeira edição da pesquisa, e em 24,4% em 2021, a primeira edição após a fase de quarentena da pandemia de Covid-19, conforme demonstrado na Figura 22.

Além disso, 32,4% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais já sofreram violência física ou sexual por parte de parceiro ou ex-parceiro íntimo ao longo da vida, quando acrescentados outros tipos de violência esse número cresce para 40,7%. Esse aumento nas notificações pode ser atribuído, conforme dito anteriormente, ao aumento nos casos de violência, muitas vezes incitado por falas colocadas por agentes políticos, mas também pode ser visto a partir da maior conscientização da população feminina, principalmente de baixa renda, que hoje entende com mais facilidade as diversas faces da violência.

Gráfico 6. Nos últimos 12 meses, você sofreu algum tipo de violência ou agressão, por ação de qualquer pessoa.
Série histórica, 2017-2025.

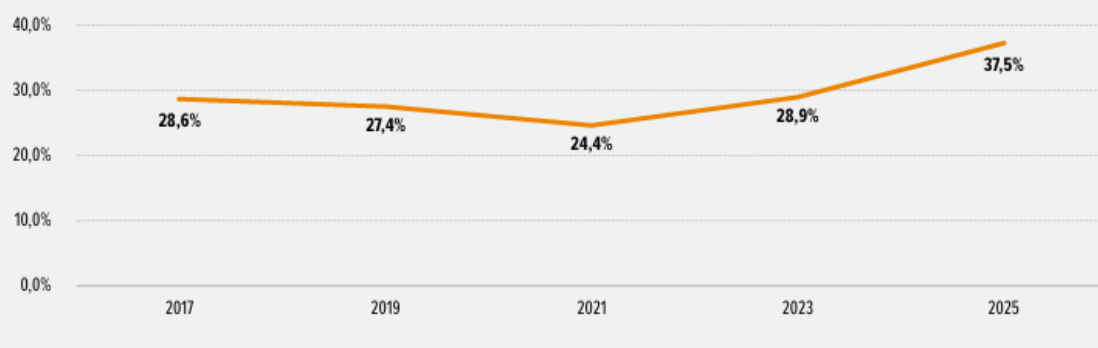


Figura 22. Dados sobre mulheres que sofreram violência entre os anos de 2017 a 2025.
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil.

Ainda, 55,6% dos brasileiros viu ou ouviu alguma situação de violência, sendo a maioria de respostas positivas por parte de mulheres. Esse dado pode refletir uma maior percepção do público feminino a tais situações, diferentemente do público masculino, devido a uma maior vitimização de mulheres ou ainda uma leitura mais crítica desse resultado pode indicar “uma menor percepção masculina em reconhecer determinados contextos de agressão contra mulheres como formas de violência” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025, pág.15).

Quando analisamos as situações de violência em relação à cidade é possível perceber como as mulheres são o público que mais sofre com o medo nos seus deslocamentos pela cidade²⁶. É comprovado através de estatísticas que as mulheres sofrem hostilidade ao experienciar a

²⁶ Conforme dados da pesquisa Vivências e demandas das mulheres por segurança no deslocamento disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/institucional/pesquisas/71-das-mulheres-ja-sofreram-violencia-no-deslocamento-e-9-em-cada-10-acham-que-a-seguranca-das-mulheres-deve-ser-prioridade-nas-eleicoes-municipais/?doing_wp_cron=1726233303.2259740829467773437500>. Acesso em 30 de abril de 2025.

cidade, limitando seu acesso a atividades básicas. “É comum que a infraestrutura, os serviços públicos e o planejamento urbano ignorem as necessidades de gênero, gerando situações de insegurança que afetam, principalmente, mulheres em situação de maior vulnerabilidade social” (Cavalcanti e Dumaresq, 2025, pág.7).

De acordo com pesquisas, 71% das mulheres brasileiras já sofreram violência em seus deslocamentos, sendo a maioria situações de assédio que aconteceram durante seus trajetos a pé ou de ônibus. Além disso, 97% das mulheres deslocam-se na cidade com medo de que algo aconteça sendo os principais temores assédio, assalto e estupro. Na cidade do Rio de Janeiro o número de mulheres que sentem medo de sofrer um estupro é de 70%.

As principais razões que as mulheres colocam como agravadores da sua sensação de insegurança nas ruas é a falta de policiamento, falta de iluminação pública, ruas desertas, espaços públicos abandonados e falta de respeito ou agressividade das pessoas. O transporte público, principalmente ônibus e trens, é relatado como lugar de maior sensação de insegurança durante os deslocamentos femininos, conforme demonstra a Figura 23.

Entretanto, considerando as mulheres que já sofreram algum tipo de violência em seus trajetos, 73% dessas situações foram enquanto se deslocavam a pé. A sufocante maioria das mulheres não denuncia as situações de violências vividas, pelo contrário, se priva de frequentar determinados lugares, de usar alguma roupa ou acessório que as tornem ainda mais “visíveis”.

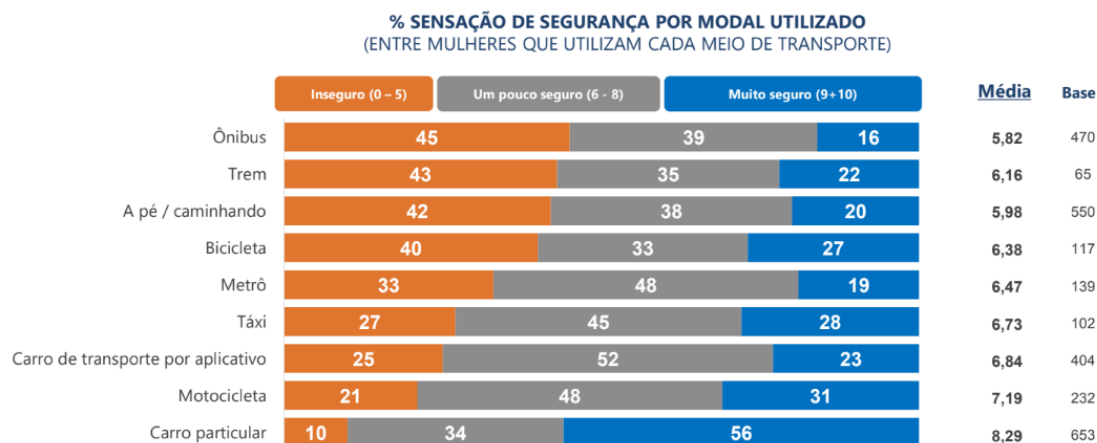


Figura 23. Dados sobre sensação de segurança feminina em modais de transporte em 2021.
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil.

O planejamento urbano e a sociedade, em um geral, não são gentis com mulheres que sofreram violência, um tanto por incompreensão e outro tanto por uma reprodução de *status quo*, e isso se reflete no fato de que a maioria das pessoas que presenciaram uma situação de violência de gênero não ofereceram ajuda para a vítima. Do mesmo modo, “a mídia questiona implicitamente as ações, saúde mental, história e hábitos da sobrevivente, especialmente se a vítima for negra, indígena ou marginalizada de alguma outra forma” (Kern, 2021, pág.99). Devido a isso, muitas mulheres não denunciam as violências sofridas, com o medo de sofrer uma revitimização ou por assumir que nada será resolvido a partir da denúncia.

Como o cerne desta dissertação é a atenção a essa perda do direito à cidade, que acomete mulheres que vivenciaram situações de violência, este capítulo trouxe uma compreensão mais abrangente do quanto a casa, a cidade e os tipos de violência podem fragmentar e corromper a relação de uma cidadã.

4. Construção Metodológica

A fim de abarcar as experiências sensíveis nos espaços, este capítulo visa apresentar o conjunto de materiais e métodos utilizados nesta pesquisa aplicada, que têm base na Etnografia, por meio da “Etnotopografia” – termo cunhado pelas coordenadoras do LASC/UFRJ desde o projeto “Análise Etnotopográfica do lugar” (2006).²⁷ Como apresentamos na introdução, este termo surge da conjunção de ferramentas e métodos de abordagem etnográfica de indivíduos/grupos, porém a partir de uma sondagem espacial – própria de arquitetos e urbanistas. A análise etnotopográfica consiste, assim, em um conjunto de métodos de que miram a análise de um determinado grupo sociocultural.

A partir das discussões apresentadas sobre a relação corpo-espço, sob a ótica interseccional de gênero e considerando a sensibilidade do tema da violência doméstica, partimos do princípio de que a escolha de métodos para a pesquisa deveria envolver uma abordagem sensível e qualitativa, sempre em atividade coletiva, e alinhando-se às pesquisas empíricas acerca das ambiências exploradas há anos pelo LASC/UFRJ.

Ao passo que esta pesquisa se preocupa com as vivências das mulheres vítimas de violência doméstica na cidade, e que são marcadas pelo trauma experienciado, tornou-se necessário trabalhar em conjunto com uma equipe multidisciplinar de agentes empenhados na recuperação psicossocial dessas mulheres. Devido ao caráter sensível da pesquisa, alguns procedimentos especiais são necessários para garantir a segurança das interlocutoras da pesquisa e a conduta ética, sendo eles: a garantia do sigilo absoluto da identidade das

²⁷ Disponível em: <<https://lasc.fau.ufrj.br/projetos-de-pesquisa/40/analise-etnotopografica-do-lugar>>
Acesso em 08 de junho de 2025.

interlocutoras; o cuidado na manipulação e divulgação dos resultados; evitar a revitimização e emergência de conflitos conjugais; a devolutiva dos resultados das interlocutoras²⁸.

4.1. Uma pesquisa sob o viés etnográfico

A viagem etnográfica só pode acontecer na inquietação, no deslocamento e na “distração” do eu, no deixar-se afetar por paixões alheias. (Eugenio, 2007, pág.144)

É essencial para esta pesquisa analisar as significações dadas aos espaços pelas mulheres, por meio das ambiências, e para tal foi necessário estruturar um conjunto de métodos que pudesse abarcar as nuances dos processos de apropriação das interlocutoras da pesquisa, tentando minimizar desconfortos e revitimizações.

Assim, fazia sentido que a pesquisa em campo tivesse início com uma primeira etapa: a utilização da Observação Participante (Spradley, 1980) em determinadas rodas de conversa sobre o tema da violência doméstica, buscando uma impregnação nos espaços onde o tema é discutido. A abordagem de Spradley (Ibid.) envolve o processo de encontrar pessoas e grupos e conhecê-los durante um período de tempo, por meio da observação de pessoas em seu ambiente natural. Ao longo das reuniões escolhidas para acompanhar essas mulheres em seus momentos terapêuticos registramos as primeiras impressões em cadernos de campo, com a utilização de croquis, adotando o viés etnográfico a fim de abarcar as subjetividades dos grupos nos ambientes.

²⁸ Este trabalho foi aprovado pelo CEP-CFCH para estudos conduzidos na Plataforma Brasil sob o número de processo 85519724.1.0000.5582.

As sessões de observação participante ocorreram nas rodas de conversa: Roda de conversa da Patrulha Maria da Penha do 17º BPM, Ilha do Governador-RJ, no dia 11 de agosto de 2023; Roda de conversa sobre Direito das mulheres à cidade, Centro-RJ, em 25 de novembro de 2023; Roda de conversa “Violência doméstica: Precisamos meter a colher”, realizada pelo TRT/RJ, Centro-RJ, em 06 de maio de 2024 e nos Grupos Reflexivos do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM-SSA) na Cidade Universitária, Rio de Janeiro, nos dias 28 de novembro de 2024, 13 de março, 03 de abril e 08 de maio de 2025, sem interferência ou contato direto com as mulheres ouvidas, nesses casos. Algumas das observações se deram em eventos específicos voltados para a questão da violência, e outras em grupos reflexivos que contavam com a presença de vítimas de violência, porém nem todas as visitas geraram narrativas relevantes para esta pesquisa, como veremos no Capítulo 5, devido às características de cada uma das atividades de conversa.

Os tipos de observação participante podem ser categorizados de acordo com o envolvimento do pesquisador, como: alto (completo, ativo, moderado), baixo (passivo) e sem envolvimento (não participação). A designação de Participação Completa pressupõe o “mais alto nível de envolvimento do observador enquanto mero participante nas situações” (Spradley, 1980 *apud* Mónico et al., 2017, pág.728).

De acordo com Spradley (1980, pág.54) o observador participante chega a uma situação social com dois objetivos: (1) participar de atividades apropriadas à situação e (2) observar as atividades, as pessoas e os aspectos físicos da situação. A ida às rodas de conversa e a observação foram estratégias utilizadas a fim de que a pesquisadora pudesse se situar no contexto e facilitar o contato com mulheres que tinham passado por situações de violência.

A Participação moderada ocorre quando o investigador tenta oscilar entre o ser insider e outsider ou, dito de outro modo, entre participar e observar (Spradley, 1980). Como Observação Participante passiva entende-se que o observador participante insere-se na realidade a observar, observa, mas não mexe em nada(...). Quando falamos de não participação, o observador não tem qualquer envolvimento com as pessoas ou as atividades em estudo. É possível recolher dados através da observação pura. Há situações muito particulares que não permitem o envolvimento do observador, apesar de poderem ser investigadas. (Spradley, 1980 *apud* Mónico et al., pág.728)

O trabalho de escuta, como observadora participante, mostra que as narrativas são importantes ferramentas de análise, pois são construídas não como uma representação da realidade, mas, de acordo com o que a pessoa que narra rememora os episódios vividos e entende o que é importante expor. Assim, existe também um trabalho de seleção memorial, e de importância dos dados.

Através das narrativas são resgatadas as histórias vividas pelas mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica e como essas histórias impactam a forma como elas vivenciam a cidade, uma vez que “histórias de vida são geralmente obtidas por intermédio de narrativas, pelas quais os indivíduos se definem. Narrar é construir um lugar imaginário para experiências do pensamento” (Ávila, 2020, pág.80). A escuta é uma parte essencial dessa pesquisa. O exercício da escuta ativa e atenção plena são elementos essenciais na compreensão da linguagem não-verbal das interlocutoras, considerando que “como alguém diz o que diz é uma chave essencial para entender o dizer.” (Dunker e Thebas, 2021, pág.169).

As narrativas, nesse contexto, são utilizadas para estruturar a compreensão das percepções das mulheres como usuárias do espaço público, bem como a percepção da pesquisadora ao se situar como observadora e reinterpretar os comentários realizados durante as reuniões. As narrativas aparecem em cadernos de campo, onde a pesquisadora toma notas das falas, mas também dos

silêncios e dificuldades de exposição da situação pelas interlocutoras da pesquisa, assim como desenvolve croquis etnográficos, como um processo de pesquisa que expõe o registro visual e percepções ao longo das reuniões, como no trabalho elaborado e delicado de Karina Kuschnir²⁹.

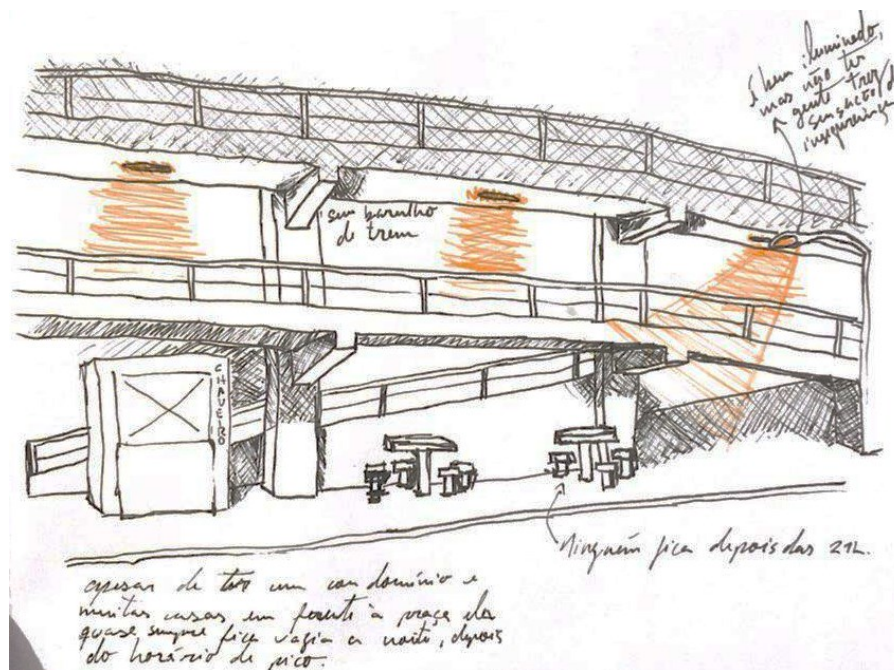


Figura 24. Ambiência noturna na estação de trem de Piedade.

Fonte: Autora, 2024.

Para Kuschnir (2016, pág.9) “o potencial do desenho não só para representar algo graficamente, mas para revelar modos de ver, de se comunicar e de registrar utilizados por antropólogos em campo”. Para a autora o que realmente importa não é a aparência dos desenhos em si, mas os problemas e questões suscitados pelo processo dessa experiência visual e etnográfica. Os desenhos então podem tornar-se croquis etnográficos (Figura 24) a partir das interpretações

²⁹ Disponível em: <<https://karinakuschnir.com/>> Acesso em 08 de junho de 2025.

que o pesquisador impregna nele a fim de investigar as relações sociais nos espaços, mais do que a intenção de transpor a realidade.

Dunker e Thebas (2021, pág.177) indicam que quando comunicamos nossas emoções, “55% são transmitidos por meio de nossa linguagem corporal, 38% pela nossa voz e apenas 7% do conteúdo da mensagem por palavras e seus significados”, portanto um método qualitativo que nos permita analisar as narrativas das interlocutoras não apenas por suas palavras mas também pelos gestos e pelos “não ditos” pode se mostrar mais eficaz que métodos de cunho quantitativo, ou que foquem apenas nas elaborações verbais das interlocutoras da pesquisa. De acordo com Duncan:

As emoções são nossa forma de comunicação primária, são mais importantes que as palavras. Se as palavras não vão acompanhadas por emoções apropriadas, dificilmente se acreditam. Normalmente quando expressamos algo com emoção, utilizamos gestos, imagens, metáforas verbais e tons de voz para nos comunicarmos melhor com outras pessoas. (Duncan, 2007, pág.39, tradução nossa)

A descrição etnográfica depende, portanto, “das qualidades de observação, de sensibilidade ao Outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo” (Duarte, 2010, pág.5). Derivada da etnografia, a Etnotopografia traz a visão sensível dos etnógrafos para o campo das pesquisas relacionadas com o espaço construído sem o intuito de se apropriar da descrição etnográfica, trabalho dos antropólogos, mas abordando o olhar sensível para as trocas e relações desenvolvidas pelos agentes sociais. A descrição etnotopográfica abre possibilidades para interpretar as experiências na cidade por outros ângulos que vão além da análise dura do espaço construído e chegam a pontos mais afetivos como a memória de quem usufrui do espaço, seus cheiros, sons e luzes. Segundo Duarte (2013b), os métodos derivados da Etnotopografia consistem em:

Uma atitude experiencial na qual a observação atenta e detalhada toma por princípio a necessidade de uma imersão total e de um olhar minucioso dos usos, práticas, manipulações espaciais e relacionamento das pessoas com seus lugares. (Duarte, 2013b, pág.11)

Não há consenso quanto à quantidade de tempo necessária para a imersão numa Etonotopografia. No entanto, o pesquisador deve estar ciente da necessidade de diversos períodos para justapor as informações coletadas. “Não é possível descrever a complexidade cultural em um curto período de tempo” (Garrido, 2017, pág.46, tradução nossa). Segundo Magnani (2002, pág.8), incorporar determinados atores sociais e suas narrativas permitiria a introdução de “outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo”.

Para esta pesquisa foram utilizadas anotações das percepções da mestrandia acerca das reuniões de grupos focais, elencando os atributos dos lugares de acordo com a sua visão, as narrativas das pessoas participantes e seus modos de se portar a partir das conversas desenvolvidas ao longo das reuniões. De acordo com Brasileiro:

A adoção de um viés etnográfico na observação se faz necessária pelo fato de que a análise feita é de cunho essencialmente qualitativo, necessário para alcançarmos resultados mais representativos de como as subjetividades dos grupos de usuários podem estar refletidas no ambiente. Contudo, o uso da observação unicamente não é suficiente para obtermos as respostas buscadas na pesquisa. É necessário utilizar métodos que complementem o que foi observado, como forma de ratificar e/ou questionar o material então coletado. (Brasileiro, 2019, pág.29)

Desde o início percebemos que não seria possível fazer uma observação não-participante por conta das características de algumas reuniões que incentivavam a conversa e, portanto, a participação voluntária de quem estivesse presente. Desta forma, a observação participante

passou para observação moderada como forma de participação, mantendo um certo distanciamento da pesquisadora em relação aos outros participantes, porém evitando a possibilidade de parecer avessa a qualquer interação.

Em conjunto com as anotações foram feitos croquis das reuniões, porém um dos obstáculos percebidos foi que não era possível desenvolver os croquis durante algumas das rodas de conversa devido ao afeto que essa atitude poderia causar nas interlocutoras, podendo inclusive modificar suas narrativas.

Assim foi escolhido, após a primeira reunião, desenvolver os croquis e fazer as anotações logo após as rodas de conversa. A pesquisadora fazia as anotações e os croquis logo após as reuniões, ainda com a memória recente das narrativas desenvolvidas que mais a impactaram. Sentava-se por alguns minutos e escrevia tudo o que lhe vinha à mente para guardar as informações da pesquisa; em seguida, desenhava os croquis e anotava as frases mais importantes que a levaram a desenhar aquela cena em específico.

4.2. Análise de grupos focais

As vantagens de trabalhar com o grupo focal são: o clima relaxado das discussões; a confiança dos participantes em expressar suas opiniões; a sua participação ativa (...) (Duarte et al., 2008, pág.83)

A partir das visitas e observações realizadas, definimos a segunda etapa metodológica, que é a abordagem através de grupos focais, devido à facilidade de acesso aos agentes que tratam dos grupos de apoio e consequentemente das interlocutoras.

Entendemos os grupos focais nesta pesquisa como forma eficiente de reunir um determinado grupo de pessoas, a fim de debater questões de uma pesquisa e produzir dados qualitativos.

Muito utilizado nas pesquisas sociais, este método facilita o acesso ao público-alvo da pesquisa podendo ser aplicado mais de uma vez ou com grupos de pessoas diferentes a depender do objetivo dos estudos (Neto; Moreira; Sucena, 2002).

A análise de grupos focais é um método muito utilizado em pesquisas sociais, apesar de ter ficado conhecido principalmente por suas aplicações em pesquisas de mercado e marketing a fim de encontrar resultados rápidos para a criação de propostas que visam o aumento do lucro das empresas (Neto; Moreira; Sucena, 2002) ou para analisar “as reações dos consumidores a novos produtos, serviços ou mensagens promocionais” (Dias, 2000, pág.3).

Este método consiste em uma reunião de um grupo pequeno, normalmente entre 5 e 12 pessoas³⁰, na qual será realizada uma discussão com o intuito de obter dados qualitativos sobre determinado assunto. Uma das grandes vantagens de se trabalhar com esse método, e também motivo para a escolha do mesmo, é a possibilidade de um clima relaxado entre os participantes e de validação dos sentimentos em grupo. É possível desenvolver uma aplicação em estilo de roda de conversa e debater assuntos que poderiam soar rígidos ou sensíveis demais em outros tipos de conversas, principalmente as particulares. Para Neto, Moreira e Sucena (Op.cit.) o grupo focal consiste em:

uma técnica de pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico. (Neto; Moreira; Sucena, 2002, pág.5)

³⁰ Este número pode variar de acordo com alguns autores: 7 a 12, 6 a 10, 4 a 12 participantes. Porém é sempre informado um número próximo a este entendendo como uma média de amostragem satisfatória.

Segundo Dias (2000, pág.3), em pesquisas exploratórias, “seu propósito é gerar novas ideias ou hipóteses e em pesquisas fenomenológicas ou de orientação, é aprender como os participantes interpretam a realidade, seus conhecimentos e experiências”. O esforço combinado do grupo produz mais informações e com maior riqueza de detalhes do que o somatório das respostas individuais. “Resumindo, a sinergia entre os participantes leva a resultados que ultrapassam a soma das partes individuais” (Dias, 2000, pág.4). O primeiro passo do grupo focal é o seu planejamento, pois, a partir da questão da pesquisa, é necessário o desenvolvimento de atividades ou entrevistas direcionadas.

Em conformidade com o método de grupos focais propomos nesta etapa uma “Oficina dos Desejos”, a fim de obter dados mais consistentes sobre a interpretação dos espaços públicos urbanos pelas interlocutoras da pesquisa. A oficina é uma variação do método “Poema dos Desejos” desenvolvido por Henry Sanoff (*apud* Rheingantz et al., 2009).

O poema dos desejos é um método no qual os interlocutores da pesquisa são convidados a expor, por meio de falas, escritos ou desenhos, seus sentimentos e necessidades em relação a determinado ambiente. De acordo com Rheingantz et al.:

As declarações espontâneas compõem um conjunto de informações ilustrativo e, quando combinadas com as respostas de diversas categorias de usuários, possibilitam que se obtenha um perfil representativo dos desejos e demandas do conjunto de usuários de um determinado ambiente. (Rheingantz et al., 2009, pág.43)

A Oficina dos Desejos tem o intuito de investigar as significações que as mulheres vítimas de violência doméstica dão para a cidade que vivem, ou que não vivem. Com a pergunta tema “O que é a cidade para você?”, esperávamos que as mulheres interlocutoras desenvolvessem uma colagem/desenho com elementos que representassem as percepções delas da cidade, ou do

território que circulam. Desta forma a oficina funcionaria como um espaço de diálogo, na qual as interlocutoras se sentissem mais acolhidas e à vontade para expressar suas percepções, mal-estares e desejos, ou não, de mudanças.



Figura 25. Colagem digital para a divulgação do evento “Cidades Pretas” da UFBA.
Fonte: Colagem de Flora Menezes Tavares (2023).

Passetti (2007, pág.22) afirma que “a colagem não agrupa qualquer resto de papel só porque ele está à disposição para ser colado”. Há uma seleção prévia, subordinada ao acaso e supostamente às forças do inconsciente. As colagens são feitas com paciência, examinando minuciosamente papéis e outros materiais coletados, possibilitando descobrir novas associações e dando novos significados ao que não tem mais utilidade ou já havia sido

transformado em lixo. “As colagens não apresentam só cores e texturas, mas palavras, ou pedaços delas, imagens, recortes, fragmentos que compõem uma poética visual” (Op. cit., pág.15).

Atualmente, com as tecnologias existentes, a maioria das colagens são produzidas de forma digital, como na Figura 25, e funcionam como arte, meio de comunicação, sendo muito utilizadas na produção de conteúdos digitais para redes sociais. Tavares (2023) afirma que a colagem funciona como lugar de pensamento e simbiose com o corpo, buscando contribuir para a discussão sobre modos não hegemônicos de produção de conhecimento a partir de práticas educativas, artísticas e coletivas. Para Duncan (2007) o inconsciente trabalha com símbolos, a autora afirma que:

O uso das artes facilita o processo de reflexão e seu desenvolvimento. Muito mais pode ser comunicado por meio das artes, especialmente inconscientemente, pois as imagens transmitem mais do que as palavras e oferecem um meio seguro para explorar questões difíceis. (Duncan, 2007, pág. 43)

A oficina seria aplicada em dois locais: a Associação Mulheres de Atitude e Compromisso Social (AMAC³¹), em Duque de Caxias, e o Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM-SSA³²), na Ilha do Fundão. Porém, devido a complicações na aprovação, não foi possível

³¹ A história da AMAC começou quando a sua presidente, Nill Santos, foi vítima de violência doméstica por quase 10 anos. Quando Nill resolveu dar fim a este ciclo de violência decidiu que deveria ajudar outras mulheres a saírem deste mesmo ciclo, assim começou o trabalho de apoio às mulheres e suas famílias. A AMAC vem desde 2010 desenvolvendo suas atividades no Estado do Rio de Janeiro, com sede no município de Duque de Caxias, também fazendo atendimentos via redes sociais para todo o Brasil, tendo como objetivo principal a defesa e garantia de direitos da mulher e famílias vítimas de violência doméstica. Fonte: <<https://www.atitudeamac.org.br/quem-somos>>. Acesso em 20 de maio de 2025

³² O CRM-SSA se trata de um centro de apoio à mulher vítima de violência vinculado à UFRJ que oferece acolhimento, atividades, atendimento psicológico e social para as vítimas.

aplicar a oficina no CRM-SSA, resultando assim em apenas uma oficina realizada, o que não invalida os resultados obtidos, bastante representativos de diversas realidades femininas, mas nos dá um recorte menos amplo das narrativas. A proposta de desenvolvimento e aplicação da Oficina dos Desejos, baseada em colagens, foi realizada em três etapas sendo elas:

1. Conversa
2. Explicação e aplicação do experimento
3. Debate final

A primeira etapa foi composta da apresentação da pesquisa e de uma fala inicial sobre direito à cidade, além de suas possíveis interligações com a violência de gênero para acender o tema da oficina e incentivar as interlocutoras a expor as suas relações com a cidade. Nesta conversa propomos uma inserção no tema da pesquisa. O primeiro contato com as interlocutoras iniciou-se com a apresentação das aplicadoras da oficina, seguido da entrega dos RCLE's (Registro de Consentimento Livre e Esclarecido) e da roda de conversa em si.

A segunda etapa consistiu no desenvolvimento da atividade de colagem. Foram disponibilizadas folhas em branco, folhas coloridas, revistas e materiais artísticos, como tesouras, lápis de cor, cola branca e canetas hidrocores, para que as interlocutoras produzissem suas colagens. Por não querer induzi-las a sentirem a necessidade de atingir determinado resultado não foram dados exemplos de colagens, as interlocutoras foram livres para conduzir a atividade da forma que fizesse mais sentido para elas. Logo no início foi explicada a intenção da colagem e o tema, deixando claro que qualquer resultado era satisfatório.

Já na terceira etapa, as interlocutoras foram convidadas a falar sobre suas colagens para que pudéssemos debater em grupo as diferentes visões de cidade que foram desenvolvidas e assim entender o significado de cada desenho de acordo com suas narrativas. Devido a questões de

horário que serão apresentadas no capítulo a seguir não foi possível realizar uma roda de conversa em que todas as interlocutoras falassem sobre suas colagens e que fossem feitas trocas entre elas de uma forma coesa, além de algumas interlocutoras que não quiseram falar sobre suas colagens – algumas por fim se abriram para falar devido ao incentivo do grupo explicitando o caráter coletivo da oficina.

Conforme dito anteriormente, foi realizada uma aplicação da oficina no dia 6 de maio de 2025, seguindo a indicação da aplicação do método de grupos focais e mantendo o caráter qualitativo da sondagem. Os áudios da oficina foram gravados para que fosse possível reanalisar os áudios com clareza, na etapa de análise. A coleta dos áudios durante a aplicação da oficina representou uma contribuição substancial para a posterior análise das discussões elaboradas pelas interlocutoras.

Enquanto a pesquisadora deteve sua atenção integral na roda de conversa, nas colagens e nos comentários sobre o produto realizado por cada interlocutora, uma pessoa em atuação de monitoria ficou responsável por elaborar croquis etnográficos da aplicação da atividade, para registrar as reações das mulheres e situações que somente um desenho, feito com tempo, poderia registrar.

Para a oficina desenvolvemos questões pré-definidas a fim de gerar resultados mais assertivos nas relações de apropriação das interlocutoras. As perguntas possuem cunho qualitativo e pretendem auxiliar na compreensão dos trajetos realizados pelas interlocutoras e como elas se sentem durante eles. Estas foram perguntas guias para auxiliar no início e desenvolvimento da conversa, entretanto elas não foram desenvolvidas para serem todas obrigatoriamente aplicadas, já que o intuito era elaborar uma conversa mais aberta para que as interlocutoras

desenvolvessem suas narrativas de forma livre a partir do tema inicial tendo o mínimo possível de interferência da pesquisadora. Por este motivo as chamamos de perguntas guias, que são:

- Você se sente insegura nos seus deslocamentos?
- Você já deixou de ir em algum lugar por medo do que pode acontecer no caminho?
- Qual o trajeto que você mais faz na rua?
- Você já priorizou um caminho ao invés de outro por achar que pode ser mais seguro?
- O que você acha que faria você se sentir mais segura nos seus deslocamentos?
- Como é o seu lazer?

No próximo capítulo apresentaremos as análises dos resultados obtidos através da oficina e das observações participantes e as percepções alcançadas a partir desses métodos, além das dificuldades encontradas em suas aplicações.

5. Descobertas pelo Caminho

A partir deste capítulo assumo a minha voz em primeira pessoa, o eu majestático, entendendo a importância do ponto de vista de pesquisadora participante para esta pesquisa e pretendendo assim narrar com a profundidade necessária para as análises a seguir. Além disso, como cita Albuquerque (2019, pág.26), pretendo “não incidir na perigosa tentativa de representar e falar pelas sujeitas de pesquisa que falam muito bem por si só, nem me colocar como falsamente transparente que empresta seu texto para a fala delas.”

Neste capítulo apresentarei as aplicações e resultados obtidos a partir dos métodos aplicados, descritos no capítulo anterior. Como disse anteriormente, as visitas a reuniões e rodas de conversa foram feitas nas seguintes rodas de conversa: Roda de conversa da Patrulha Maria da Penha do 17º BPM, Ilha do Governador-RJ, no dia 11 de agosto de 2023; Roda de conversa sobre Direito das mulheres à cidade, Centro-RJ, em 25 de novembro de 2023; Roda de conversa “Violência doméstica: Precisamos meter a colher”, realizada pelo TRT-RJ, Centro-RJ, em 06 de maio de 2024 e nos Grupos Reflexivos do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM-SSA) na Cidade Universitária, Rio de Janeiro, nos dias 28 de novembro de 2024, 13 de março, 03 de abril e 08 de maio de 2025 (Figura 26).

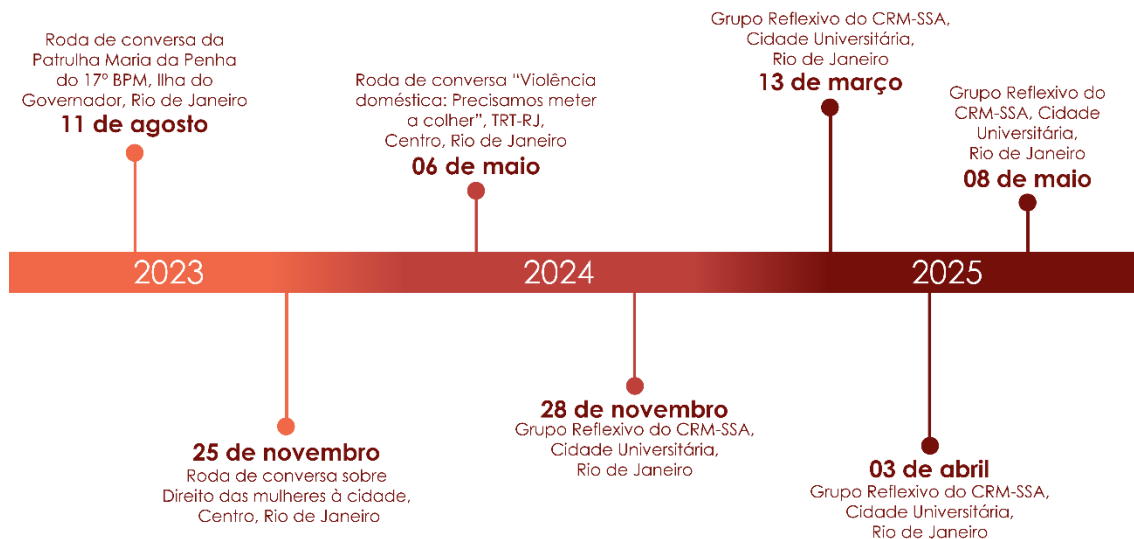


Figura 26. Linha do tempo das rodas de conversa.

Fonte: Autora, 2025.

O mapa a seguir demonstra espacialmente os lugares visitados, tanto para as rodas de conversa quanto para a aplicação da Oficina dos Desejos (Figura 27). A hierarquia de tamanho entre as indicações dos locais é devido à quantidade de visitas e profusão de narrativas obtidas em cada um. É importante ressaltar que a amostragem dos locais visitados foi condicionada à disponibilidade de resposta das pessoas responsáveis pelos Centros de Referência e Apoio à Mulher. Em alguns casos, a ausência de retorno inviabilizou a inclusão de determinados espaços, no entanto, os espaços de escuta visitados forneceram material suficiente para a realização desta pesquisa.

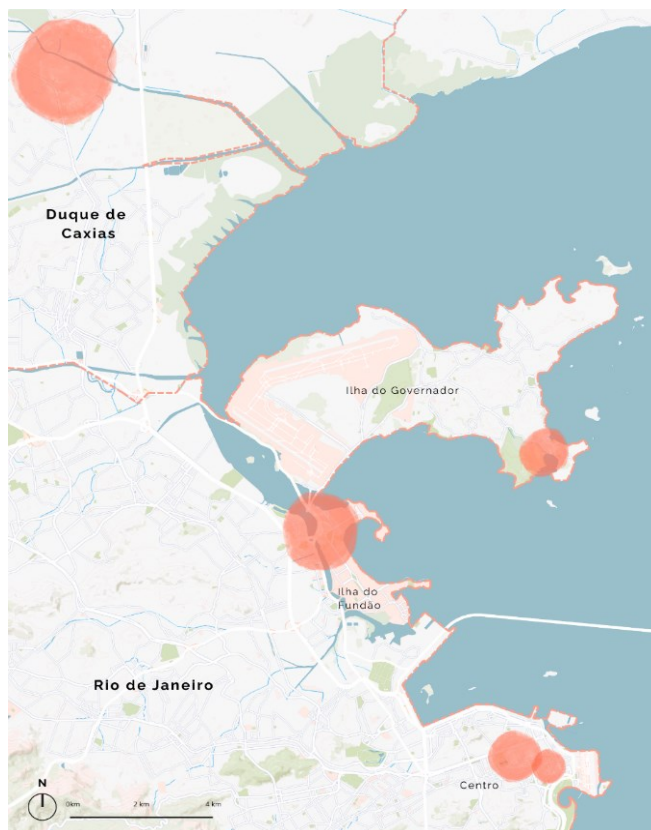


Figura 27. Mapa de localização das visitas a rodas de conversa e da Oficina dos Desejos (06 mai. de 2025).

Fonte: Autora, 2025, com revisão de Ian Fundão.

A Oficina dos Desejos foi realizada no dia 6 de maio de 2025, nas dependências da Associação Mulheres de Atitude e Compromisso Social (AMAC). Considerando a complexidade das etapas e demandas envolvidas na organização da atividade, identifiquei a necessidade de apoio adicional para sua execução. Portanto, duas colaboradoras foram convidadas para acompanhar e monitorar o desenvolvimento da oficina, dada sua possível amplitude. Assim, as arquitetas

Giselle Lazera³³ e Lia Bahia³⁴ e atuaram como monitoras no processo, contribuindo tanto durante a realização quanto posteriormente, por meio das articulações de suas percepções sobre a dinâmica desenvolvida por mim.³⁵

5.1. Uma etnotopografia em ação

A narrativa surge dessa “coisa” que ainda pulsa, onde não poderemos voltar ao evento acontecido, onde só se tem acesso aos vestígios desse evento através de discursos – que são arquivos móveis. (Ávila, 2020, pág.14)

Ao começar a me situar em rodas de conversa sobre violência doméstica percebi a dificuldade existente em adentrar determinados espaços de escuta, visto que em sua maioria acontecem a portas fechadas em razão principalmente da preservação do emocional e identidade das vítimas. Como já explicitado, nunca foi intenção desta abordagem científica trabalhar de forma direta com as interlocutoras justamente para evitar qualquer problema de ordem psicossocial que não pudesse ser resolvido pelo escopo de uma cientista da área de Arquitetura e Urbanismo. Desta forma, iniciei a busca por eventos que discutissem o tema com a intenção de compreender melhor como poderia me inserir nesses espaços e conseguir narrativas mais consistentes para a

³³ Giselle Lazera é Arquiteta e Urbanista pela UFRJ, com trajetória no estudo do espaço público carioca pela metodologia do croqui etnográfico. Atua em projetos arquitetônicos, artísticos e cenográficos para grandes eventos culturais, unindo teoria e prática em intervenções temporárias no espaço urbano.

³⁴ Lia Bahia é Arquiteta e Urbanista, mineira que adora caminhar pelas ruas, realiza pesquisa sobre as dinâmicas socioespaciais da cidade com foco em como mulheres reivindicam e se apropriam do espaço público através do trabalho e expressam nele sua maneira de ser no mundo.

³⁵ Lia Bahia esteve diretamente envolvida na condução da atividade de colagem, auxiliando na distribuição dos materiais, esclarecimento de dúvidas metodológicas e organização do espaço físico. Giselle Lazera, por sua vez, assumiu a tarefa de registrar visualmente a oficina por meio de croquis, com o intuito de captar e representar a ambiência experienciada. Todos os croquis apresentados no capítulo 5.2 são de sua autoria.

pesquisa. As narrativas sobre a vivência das interlocutoras ao longo das rodas de conversa eram muito diversificadas, porém, foquei principalmente nas narrativas que ecoavam algum tipo de afeto em relação à cidade, em consonância com o objetivo desta pesquisa. As reuniões foram registradas em caderno de campo, no qual eu anotava as minhas percepções e as falas das mulheres que mais me impactavam.

A primeira roda de conversa a que compareci foi no dia 11 de agosto de 2023, na sede do 17º Batalhão de Polícia Militar, na Ilha do Governador, Rio de Janeiro. Foi realizada sobre o tema de violência doméstica em comemoração ao mês de Conscientização e Combate à Violência contra a Mulher. Ao longo da roda foram feitas apresentações pelos policiais da Patrulha Maria da Penha (PMP-17) do 17º BPM, uma enfermeira, uma advogada e uma psicóloga sobre assuntos relacionados à violência doméstica com o intuito de conscientizar as participantes sobre os tipos de violência, formas de denunciar e como acolher as vítimas. Minhas reações também fizeram parte dos registros de campo, para o qual sinalizo uma primeira impressão:

Me sinto um pouco ansiosa por ser meu primeiro contato com uma ação desse tipo, então não sei o que esperar. Cada vez mais mulheres chegam e o clima geral é de alegria entre quem já se conhece. A sala parece ser usada pra reuniões, é toda branca e as carteiras foram postas em roda voltadas para os fundos da sala onde tem uma mesa com computador e uma tela branca pro projetor. Tem uma música de fundo do Djavan e muitas risadas. (11 ago. 2023, trecho do caderno de campo da pesquisadora)

Durante a roda de conversa, a psicóloga palestrante compartilhou uma narrativa pessoal envolvendo o seu caso de violência doméstica. Ela discorreu sobre a descoberta de estar em um relacionamento abusivo, o medo vivido após o término e o subsequente início das perseguições realizadas pelo seu ex-parceiro. A psicóloga também abordou o processo de obtenção da

medida protetiva e as sensações experimentadas ao tentar voltar ao seu cotidiano e seus desafios, ilustrados ao relatar uma ida ao supermercado, onde ela narra que:

*Depois do término ele começou a me seguir por todo lugar tentando voltar. Eu não podia mais sair pra trabalhar que **ele me seguia, teve uma vez que fui na praia correr e dei de cara com ele**, primeiro ele chorou e tentou pedir pra voltar de novo mas quando eu falei que não queria ele segurou meu braço com força e começou a me ameaçar se eu não voltasse com ele. (Silêncio) Teve um dia que eu fui no supermercado com a minha filha e lá dentro o aparelho começou a tocar e eu fiquei desesperada, não podia sair, entrei em pânico lá dentro imaginando ele do lado de fora do mercado. O segurança veio porque eu comecei a chorar e gritar e todo mundo ao redor sem saber o que tava acontecendo. Depois de alguns minutos o carro de polícia chegou, foi quando o barulho do alarme parou de tocar. Mesmo assim ainda fiquei um tempo sem conseguir sair de dentro do mercado. (11 ago. 2023, Narrativa da psicóloga, transcrita no relato da roda de conversa. Grifo meu)*

Uma das partes mais importantes da fala da psicóloga para esta pesquisa foi como ela narrou a relação dela com a sua casa e os espaços públicos. Mesmo após ganhar a medida protetiva, o ex-agressor a seguiu com tentativas de contato e aproximação, o que a fez sentir medo de sair de sua casa, sozinha ou acompanhada, privando-a de usufruir dos espaços públicos que antes frequentava livremente.

Após as falas das convidadas foi feita uma encenação pelos policiais da PMP-17 (11 ago. 2023), uma major e um major interpretaram um casal no qual o homem era violento. Foram interpretados três dos cinco tipos de violência: patrimonial, psicológica e moral. Apesar da intenção de expor situações que caracterizassem violências para que as mulheres presentes pudessem reconhecer, caso passassem ou vissem alguém passar por estes casos, me senti intimidada com as falas ásperas do policial que possuía quase dois metros de altura. Após o final

da encenação percebi que minha sensação não era individual, já que apesar das palmas em parabenização ao momento teatral, uma mulher sofria calada (Figura 28), talvez ao se identificar com as situações expostas pelos policiais.

Foi feita uma encenação onde a major e o major demonstraram alguns dos tipos de violência, exceto a física, foi assustador e real. Algumas mulheres batem palmas e enquanto isso a mulher se vira tentando esconder o choro que se intensificou após a performance. Nesse momento em específico percebi como essa mulher se encolhia, enquanto outros batiam palmas. Percebi que ela já vinha tentando “se proteger” com os braços cruzados em frente ao corpo, a bolsa escondendo o colo e as pernas postas de forma a tentar “diminuir” o tamanho do seu corpo e se afundar na cadeira. (11 ago. 2023, trecho do caderno de campo da pesquisadora)



Figura 28. *Mulher Cinzenta*.
Fonte: Autora, 2023.

A mulher a quem denominei *Mulher Cinzenta* não apenas pela cor da sua roupa, mas também pela tristeza que ela emanava, chamou a atenção por ser a única em toda a roda expondo reações negativas às discussões e apresentações realizadas, ao mesmo tempo mantendo uma expressão corporal de retração. Ela parecia tentar “se fechar” em si mesma, como num casulo, com o intuito de se proteger. Desde o início da reunião eu já havia percebido que, diferente das outras participantes, o trauma da Mulher Cinzenta parecia ser recente. Portanto, a encenação despertou nela afetos de uma forma mais intensa que na maioria das participantes.

O segundo evento ao qual compareci se tratava de uma roda de conversa sobre direito à cidade para mulheres³⁶. Apesar de não se tratar de um espaço de acolhimento para vítimas de violência doméstica achei que seria proveitoso comparecer devido ao tema tratado que conversava diretamente com esta pesquisa. Essa reunião teve uma atmosfera diferente da anterior, a começar por seu espaço. A grande maioria das pessoas presentes eram mulheres negras, além da presença de dois homens, um deles acompanhado de sua esposa e filha.

O espaço é bem amplo e a decoração me dá uma sensação mais acolhedora, tem uma roda de cadeiras com um grande espaço central e alguns artesanatos em uma mesa atrás da roda. (25 nov. 2023, trecho do caderno de campo da pesquisadora)

Assim como a roda de conversa anterior, esta teve também um caráter de palestra onde as convidadas fizeram falas a partir dos seus trabalhos e perspectivas. Foram convidadas uma educadora, uma arquiteta e urbanista, uma assistente social e uma consultora de gênero, que também é uma mulher trans. Não se tratando especificamente de uma reunião sobre violência doméstica eu não esperava que o assunto surgisse, ou pelo menos que não fosse uma pauta tão

³⁶ Roda de conversa “Direito das mulheres à cidade” realizada em 25 de novembro de 2023.

importante. Porém me surpreendi quando, logo no início das falas das convidadas, esse assunto foi colocado para discussão. De acordo com a educadora:

A mulher é ensinada nos templos religiosos a ser submissa, e essa submissão acaba internalizando nessa pessoa que a violência cometida sobre ela é natural porque aquela pessoa tá acima dela. (25 nov. 2023, Narrativa da convidada educadora transcrita no caderno de campo)

Tal fato demonstra como a questão da violência é algo entranhado em grandes esferas de poder, e também demonstra a relevância do tema para se discutir a necessidade de maior apropriação feminina no espaço urbano, de modo a favorecer o sentimento de segurança e coletividade. A roda de conversa seguiu com as narrativas das demais convidadas sobre suas questões com a cidade, porém a arquiteta e urbanista estava atrasada e, quando chegou, as outras convidadas já desenvolviam suas narrativas.

Após as interlocutoras terminarem de falar, a arquiteta e urbanista se posicionou sobre a apropriação feminina na cidade, com foco em como o afastamento das mulheres das ruas é algo construído socialmente. Ao falar sobre a atividade de andar de bicicleta ela pontuou como desde sua criação a bicicleta era um meio de transporte masculino, cuja ergonomia identificava a altura de um homem médio, além de outros pontos essenciais à compreensão desse agenciamento de poder patriarcal, como a falta de livros de autoras mulheres nas escolas e a existência de uma postura social latente no século XX de tentar calar mulheres que se pronunciavam. Além disso, ela também comentou sobre como a sociedade vê a mulher como “mimizenta”³⁷.

³⁷ Palavra utilizada na linguagem informal brasileira para descrever uma pessoa que reclama muito, de forma exagerada ou sem motivo aparente. Formada a partir do termo “mimimi”, que imita o choro de um bebê, essa palavra é usada principalmente em tom de ironia.

Toda mulher que se insurge, que incomoda a partir de sua fala graças aos deuses e aos orixás é uma mulher que tá viva. (25 nov. 2023, Narrativa da convidada arquiteta e urbanista, transcrita no caderno de campo)

Ao final da roda de conversa foi aberto um espaço para perguntas e discussões entre as demais mulheres e, neste momento, uma das falas me chamou a atenção. Uma das participantes da roda falou sobre o seu medo de andar na rua. A mulher a quem denominei *Grafiteira* narrou sua dificuldade em caminhar por alguns lugares, principalmente na estação de trem perto da sua casa na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, devido ao medo amplificado pela violência sofrida.

hoje em dia eu tenho medo de andar na rua a noite, principalmente perto da estação lá de casa. Tem uma rua perto da estação que é muito perigosa, escura, eu sempre evito passar por ela. (25 nov. 2023, Narrativa da Grafiteira transcrita no caderno de campo. Grifo meu)



Figura 29. A *Grafiteira*.
Fonte: Autora, 2023.

A *Grafiteira* falou que antes de passar por esse trauma ela já tinha um certo receio de andar pela cidade em determinados lugares e horários, porém, esse medo se amplificou depois da situação de violência que passou. O medo que ela sentia de encontrar o seu agressor privava a interlocutora de caminhar por determinados espaços públicos da cidade. Após uma relação violenta ela precisou ser internada, passar por terapia e hoje se dedica à arte como uma forma de resistência.

A terceira reunião a que compareci não tinha um caráter de roda de conversa como as outras. Ao chegar no lugar me senti mais em uma palestra do que em uma roda de conversa. Dentre as três rodas de conversa, essa era a que menos se parecia com esse tipo de ação. O evento foi realizado pelo TRT-RJ³⁸ (06 mai. 2024) em um amplo auditório, no qual mais da metade das cadeiras estava vaga. No fundo da sala havia um palco, em uma configuração típica de auditório.

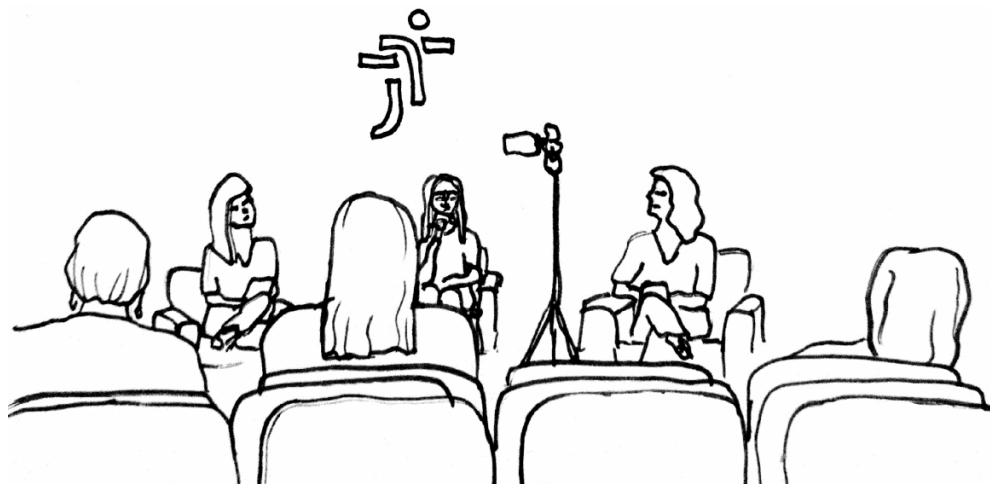


Figura 30. Roda de conversa do TRT-RJ.
Fonte: Autora, 2024.

³⁸ Tribunal Regional do Trabalho – 1ª Região, Rio de Janeiro.

A “roda de conversa” que estava descrita na programação na verdade se tratou de uma palestra/debate entre as convidadas. Apesar de terem aberto um espaço para perguntas após o debate, não havia uma ambiência acolhedora para a criação de narrativas como a última roda de conversa. Algumas pessoas teceram comentários, porém, ao que parecia, o intuito era a conscientização de trabalhadores do TRT-RJ (06 mai. 2024) em relação à violência doméstica.

A quarta roda de conversa que visitei possuía uma configuração bem próxima do que eu imaginava como um espaço de escuta ativa para vítimas de violência doméstica, o Grupo Reflexivo do CRM-SSA (Centro de Referência para Mulheres – Suely Souza de Almeida), em 28 de novembro de 2024, que tinha o tema específico “Resgatando a minha criança interior.” A roda de conversa teve uma configuração especial pois se tratava da última reunião do ano, por este motivo além da roda de conversa, houve uma aula de yoga, auriculoterapia e um lanche coletivo.

Havia a presença de algumas das vítimas que passam por atendimento no CRM-SSA, porém o grupo reflexivo é aberto a qualquer mulher que queira participar e essa característica foi o que permitiu a minha presença na roda. À primeira vista o tema da roda de conversa não remetia à questão da violência, porém, fui percebendo ao longo das rodas de conversa que participei como a narrativa da violência aflorava com mais facilidade em um ambiente mais acolhedor em que se tratavam outros temas, não só a violência.

A roda começou com uma música da cantora Liniker³⁹, percorrendo sobre a infância da artista e, após escutarmos juntas a música, foi iniciado um debate sobre a infância das participantes. A psicóloga e assistente social do CRM-SSA nos questionaram sobre o que era “ser criança” para

³⁹ Cantora, compositora, atriz e artista plástica brasileira. Ficou conhecida por sua banda Liniker e os Caramelows, além de ser uma mulher trans.

nós e pediram para descrevermos como foram as nossas infâncias. Muitas narrativas de brincadeiras foram ditas, assim como relatos de dificuldades que algumas das interlocutoras tiveram durante suas infâncias.



Figura 31. *Sorridente, Elétrica e Atleta.*

Fonte: Autora, 2024.

Em determinado momento da conversa nos questionaram o que tínhamos ou fazíamos na infância e o que gostaríamos de trazer para a vida adulta. Essa questão abriu espaço para diversas respostas, dentre elas uma fala da *Sorridente*, que dizia que o que ela mais gostaria era de “ser feliz”, e outra que falou sobre a sua situação de violência dizendo como ela hoje em dia não aceitaria muitas das coisas que aceitou do seu ex-marido e agressor.

Ainda foram propostas duas atividades para as participantes: a escrita de uma carta para suas respectivas crianças e um desenho em conjunto. Todas foram convidadas a ler suas cartas após

a escrita, caso se sentissem confortáveis e após esse momento fizemos o desenho coletivo a partir do debate que foi desenvolvido (Figura 32).



Figura 32. Imagem dos desenhos elaborados ao final da roda de conversa.

Fonte: Reprodução do Instagram do CRM-SSA - NEPP-DH/UFRJ. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DC7eyTXx5pX/?img_index=2>. Acesso em 28 de maio de 2025.

Após o final da roda de conversa fomos para uma sala para participar da aula de yoga e em seguida cada mulher foi atendida na auriculoterapia⁴⁰. Ao final das atividades acompanhei algumas mulheres que iam embora juntas. Caminhávamos tranquilas, porém com atenção devido ao entardecer que se aproximava, inclusive sendo este o principal motivo para as

⁴⁰ A auriculoterapia é uma técnica derivada da acupuntura, que faz pressão em pontos específicos da orelha para tratar e diagnosticar diversos problemas físicos, mentais e até emocionais. Fonte: Postal Saúde. Disponível em: <<https://www.postalsaude.com.br/auriculoterapia-o-que-e-para-que-serve-quem-pode-fazer/>> Acesso em 04 de junho de 2025.

interlocutoras irem juntas para o ponto de ônibus que ficava a uma certa distância do local do evento.

Ao longo da caminhada as interlocutoras foram conversando sobre as situações de violência que viveram, e a *Elétrica* ia falando mais sobre a violência vivenciada com seu ex-marido, que a agredia fisicamente.

Seu marido te batia pra tirar sangue? Porque o meu batia. Ele fazia isso até eu implorar pra ele parar. (28 nov. 2024, Narrativa da Elétrica, transcrita no caderno de campo)

Em resposta, *Atleta*, interlocutora que acompanhava a conversa, negou ter passado por situações desse tipo e afirmou que as violências sofridas foram mais psicológicas e patrimoniais. Ela disse ter passado por abusos por parte de seu ex-marido que a impedia de realizar certas atividades, controlava seu dinheiro e falava palavras agressivas quando contrariado, mas que apesar disso ela nunca teve medo de encontrá-lo nas ruas. Enquanto isso, a *Elétrica* afirmou que morria de medo de encontrar seu ex-marido, principalmente pela gravidade das violências sofridas e passou a narrar como os espaços que frequentava junto com seu ele lhe afetavam de forma negativa.

Hoje em dia eu não vou em alguns lugares que eu ia com ele. Até falo com o nosso círculo social às vezes, mas tenho medo deles serem falsos, ou de falarem pra ele alguma coisa de mim. (28 nov. 2024, Narrativa da Elétrica transcrita no caderno de campo. Grifo meu)

Essa fala demonstra o impacto que o trauma pode causar na vida das vítimas que, mesmo quando conseguem sair de casa e realizar tarefas cotidianas, ainda se deparam com o impedimento de frequentar ou passar por determinados lugares por conta da lembrança da violência vivida. Ao chegarmos no ponto de ônibus, expliquei para as interlocutoras a minha

pesquisa e perguntei se elas concordavam em fazer uma entrevista; com a resposta afirmativa delas, peguei seus contatos e me despedi. Após essa roda de conversa, o CRM-SSA entrou de férias, em consonância com o período letivo da UFRJ, e o grupo reflexivo seguinte foi acontecer apenas em março de 2025.

A quinta roda de conversa (13 mar. 2025) contou com a presença de duas interlocutoras atendidas pelo CRM-SSA, além de outras mulheres. Assim como na roda de conversa anterior, as organizadoras colocaram uma música que tinha relação com o tema a ser debatido na roda. A música em questão foi “Respeita as Mina”, da cantora Kell Smith⁴¹, que em sua letra contém o seguinte trecho:

Junto com o bonde saio pra luta e não me abalo
O grito antes preso na garganta já não me consome
É pra acabar com o machismo, e não pra aniquilar os homens
Quero andar sozinha, porque a escolha é minha
Sem ser desrespeitada e assediada a cada esquina.
(Trecho da música “Respeita as Mina” de Kell Smith)

Após escutarmos a música, as organizadoras nos convidaram a falar sobre as situações de violência que são encenadas no videoclipe. Durante essa conversa, a interlocutora a quem denominei *Serena* narrou situações de assédio vividas em seu primeiro emprego, quando ainda era adolescente, onde seu ex-patrão assediava suas colegas com palavras e gestos como passar por trás das mulheres encostando o corpo de forma sugestiva, além de ameaçar demiti-las caso contassem para alguém.

A maior parte da roda de conversa foi pautada nos cinco tipos de violência doméstica, além de outros tipos de violência de gênero. As organizadoras realizaram uma apresentação que

⁴¹ Cantora e compositora brasileira, mais conhecida pela canção "Era uma Vez".

detalhava os tipos de violência e uma a uma iam explicando e perguntando às interlocutoras se conheciam e do que se tratavam. Tocada pela exposição dos tipos de violência a *Serena* falou sobre seu trauma:

Antes eu não sabia que algumas coisas eram violência, tipo quando meu ex tentava deitar comigo e eu não queria, mas mesmo assim ele insistia e eu deixava porque achava que era uma obrigação minha como esposa satisfazer ele. Mas o pior de tudo é meus filhos virarem as costas pra mim, minha filha por exemplo nem olha na minha cara direito, eu não quis falar pra ela as coisas que aconteceram pra proteger ela e por isso ela não sabe o que eu tive que passar. (...) Esses dias eu encontrei meu filho na rua e continuei andando pra não ter que falar com ele, mas ele me viu e começou a me xingar querendo que eu abandone o processo, disse que eu não ia ganhar, ia virar mendiga, e eu quase não saio de casa, achei que não ia ver ele tão cedo. (13 mar. 2025, Narrativas da Serena transcrita no caderno de campo. Grifo meu)

De uma forma muito tocante *Serena* narrou seu trauma e pude perceber como todo esse processo tem sido recente, tanto na sua forma de falar, quanto nas suas reações, como se os acontecimentos tivessem sido há pouco tempo. Ao relatar as situações que viveu, ela acabou revivendo alguns traumas e sentindo novamente as emoções associadas a essas experiências. Durante o relato, ficou bastante abalada, chorou e demonstrou nervosismo, sendo necessário o acolhimento da psicóloga do CRM-SSA, enquanto a assistente social buscava um copo de água para ajudá-la a se acalmar. Depois de algum tempo, conseguiu se recompor e concluir o que tinha a dizer.

A fala da interlocutora chamou a atenção principalmente pelo fato de que ela não se permite sair de casa com frequência, atualmente. Apesar de pequena, essa frase demonstra como a

violência é um limitante para os movimentos das vítimas que passam a se apropriar menos da cidade e se esconder dentro de casa, mesmo quando esta pode ser um lugar de trauma.



Figura 33. A Serena.

Fonte: Autora, 2025.

A roda continuou com o relato da *Sorridente*, que falou sobre o último episódio de violência que seu filho cometeu contra ela. Ao final da roda todas as interlocutoras foram convidadas a sugerir um tema para as próximas reuniões do grupo reflexivo, que acontecem mensalmente até o mês de julho.

Durante a sexta roda de conversa que visitei, realizada em 03 de abril de 2025 pelo CRM-SSA, não pude obter nenhuma narrativa que pudesse ser agregada à pesquisa pois, conforme dito anteriormente, esse é um grupo reflexivo aberto para mulheres em geral, que sofreram ou não violência, e nessa roda de conversa específica nenhuma das interlocutoras atendidas pelo

Centro de Referência compareceu. Portanto, participei da conversa até o fim, porém não houve narrativas que pudessem ser utilizadas para os fins desta dissertação.

A sétima roda de conversa (08 mai. 2025), entretanto, contou com a presença da *Serena*, o que me fez preparar o caderno e fazer anotações dessa roda. O tema desta reunião foi “Medo de errar”, sugerido na primeira roda de conversa do ano, realizada em março de 2025. Para este tema as organizadoras trouxeram narrativas da personagem “mulher maravilha”, que muitas vezes é imposta às mulheres ao serem encorajadas a dar conta de tudo em suas vidas e serem multitarefas: cuidadoras, profissionais, infalíveis, bonitas, educadas, diligentes, entre outras exigências próprias de uma culpabilização social velada, já que aparentemente o fato de mulheres decidirem ser mais do que mães, ou esposas, sai do script imposto por visões patriarcais e deve ser arcado, exclusivamente, pelas mulheres.

Durante a roda de conversa as narrativas não foram completamente direcionadas para o tema da pesquisa, visto que todo o diálogo foi pautado em como a sociedade vê e julga os erros femininos, enquanto encara os erros masculinos como aprendizados. No entanto, serviram para alertar que cidades e espaços de governança geralmente são pautados por uma supremacia do controle e do medo imposto pelo agente masculino (aquele tido como superior) sobre os corpos femininos, exóticos ou inclassificáveis. Foi relatado como as mulheres reproduzem os discursos machistas e como o julgamento social pode resultar em violência, principalmente psicológica, quando alguém se desvia dos papéis esperados. Ao reforçar a ideia de que determinadas roupas, atitudes ou presenças femininas são erradas, mesmo mulheres ajudam a restringir os modos de se estar na cidade, desta forma reforçando uma cidade mais masculina, normativa e excludente para as mulheres.

Uma menina linda, mas ela é muito assediada. Então ela começou a descrever que ela era linda, ela usava muito short curto, depois as outras mulheres falaram: ah, ela é assediada porque usa short. (08 mai. 2025, Narrativa da interlocutora transcrita no caderno de campo)

Ao final da conversa foi feita uma dinâmica com as interlocutoras da roda. A proposta era que cada uma escrevesse de forma objetiva apenas um erro e depois os cartões seriam trocados de forma aleatória, mantendo o anonimato. A seguir, cada participante lia o erro de outra pessoa e oferecia um conselho, apoio ou reflexão, como se estivesse aconselhando um amigo próximo. A ideia era refletir sobre o erro de forma empática e sem julgamentos. Essa dinâmica despertou momentos de identificação, acolhimento e partilha de experiências, inclusive com observações sobre como é mais fácil ser gentil com o erro dos outros, do que com o próprio.

Apesar de não terem ocorrido narrativas diretamente ligadas com a apropriação da cidade, ou o medo da cidade, algumas das questões dialogam justamente com as construções sociais que afastam as mulheres das ruas. Essas construções afetam diretamente sua forma de existir e circular nos espaços urbanos, já que muitas vezes as mulheres carregam para os espaços públicos as mesmas cobranças que sofrem no privado, limitando assim sua liberdade de apropriação plena e espontânea da cidade.

Logo nas três primeiras visitas – realizadas na Roda de conversa da Patrulha Maria da Penha do 17º BPM, Ilha do Governador-RJ, no dia 11 de agosto de 2023; Roda de conversa sobre Direito das mulheres à cidade, Centro-RJ, em 25 de novembro de 2023; Roda de conversa “Violência doméstica: Precisamos meter a colher”, realizada pelo TRT-RJ, Centro-RJ, em 06 de maio de 2024 – pude observar o caráter educador da maioria das reuniões específicas sobre a violência de gênero, nas quais eram realizadas palestras com o objetivo de orientar as participantes da roda sobre as consequências decorrentes dessa violência, além de apresentar estratégias de

denúncia e formas de lidar com situações de violência, sofridas por elas mesmas ou por outra alguém.

Uma das questões mais significativas que facilita a escuta das vítimas é o ambiente e os atores de escuta. As reuniões da PMP-17 (11 ago. 2023) e do TRT-RJ (06 mai. 2024) foram realizadas de forma que não havia tanta abertura para a escuta ativa das participantes, tanto que a única narrativa na roda de conversa da PMP-17 partiu de uma das palestrantes: a psicóloga que estava presente e que narrou sua experiência.

Esse ponto de vista também é válido para a roda de conversa sobre Direito à cidade para mulheres (25 nov. 2023) na qual, apesar do caráter de palestra, houve uma abertura maior para que as pessoas participantes contassem suas histórias e inquietações, a fim de debater sobre elas. O ambiente ideal que percebi oferecer o acolhimento necessário foi, de fato, a roda de conversa no formato de grupo reflexivo, voltada apenas ou majoritariamente para vítimas de violência doméstica e que contam com uma estrutura que facilita a comunicação e diferentes formas de narrativas. Essa estrutura do grupo reflexivo foi essencial para o desenvolvimento da Oficina dos Desejos que apresentarei a seguir.

5.2. Colando afetos

Assim como as cidades são palcos de disputas e tensões, as colagens abraçam a controvérsia e a multiplicidade de perspectivas, proporcionando um encontro entre dissonâncias e uma diversidade de fragmentos. (Tavares, 2023)

A Oficina dos Desejos foi desenvolvida a fim de conseguir narrativas das interlocutoras de uma forma direta, porém agregando a sensibilidade necessária para se tratar o tema. Sem entrar

diretamente na questão da violência, elaborei e fiz perguntas com a intenção de induzir as interlocutoras a debater sobre o espaço urbano e suas formas de apropriação.

Participaram da oficina 13 (treze) interlocutoras, em sua maioria negras, e todas de baixa renda devido ao recorte espacial definido através da Associação Mulheres de Atitude e Compromisso Social - AMAC. A faixa etária das interlocutoras variou entre 18 e 60 anos, sendo a maioria de mulheres na faixa dos 30 anos de idade, conforme demonstra a Tabela a seguir (Figura 34), além de muitas delas estarem também com seus filhos presentes. As interlocutoras foram nomeadas a partir das suas colagens, a fim de preservar suas identidades, porém uma delas não fez a colagem e, portanto, foi nomeada por ser a mais velha das mulheres presentes.

Nome	Idade
<i>Carnavalesca</i>	32
<i>Carioquíssima</i>	31
<i>Cuidadora</i>	38
<i>Ambientalista</i>	25
<i>Protetora</i>	32
<i>Religiosa</i>	18
<i>Sonhadora</i>	19
<i>Matriarca</i>	32
<i>Naturalista</i>	24
<i>Feminista</i>	35
<i>Antirracista</i>	36
<i>Veterana</i>	60
<i>Cervejeira</i>	37

Figura 34. Tabela com nome e idade das interlocutoras.
Fonte: Autora, 2025.

Ao chegar na AMAC, as voluntárias da associação responsáveis por me auxiliar me guiaram e perguntaram se estava satisfeita com a sala que tinham designado para a oficina, indicaram onde colocar os lanches que levei para as interlocutoras e demonstraram total disponibilidade para qualquer questão que surgisse. Cheguei com um certo atraso devido a um problema no transporte e as interlocutoras já estavam aguardando na sala onde seria realizada a oficina, isso me fez ficar preocupada com como elas reagiriam ao nosso atraso. No entanto, o clima estava ameno e tranquilo, e ainda teríamos tempo hábil suficiente para a realização das etapas previstas para a oficina.

Comecei a oficina me apresentando, apresentei também as pesquisadoras que foram junto comigo⁴² para me auxiliar no desenvolvimento da atividade e o motivo pelo qual estávamos ali. Desde o início as interlocutoras foram receptivas, apesar de parecerem ter um certo afastamento devido ao estranhamento com a oficina. Após a apresentação, expliquei para elas os termos necessários e as condições para que pudessem participar da oficina, inclusive que a mesma seria gravada e que elas eram livres para deixar a oficina a qualquer momento, e entreguei o RCLE⁴³ a cada uma para que assinassem concordando com os termos para a participação na oficina e também para a utilização dos relatos advindos das narrativas anteriores. Em seguida, dei um tempo para que todas pudessem ler e assinar os termos.

Ao comentar sobre o horário previsto para o término, que já havia sido combinado com a coordenadora da AMAC, algumas das interlocutoras demonstraram uma certa preocupação e incômodo devido à proximidade do horário que elas tinham que buscar seus filhos na escola.

⁴² Lia Bahia e Giselle Lazera.

⁴³ Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, documento necessário para a realização de pesquisas com seres humanos de acordo com o Comitê de Ética.

Em resposta, disse que poderíamos fazer a oficina de uma forma mais rápida, além de ter deixado claro que elas poderiam sair a qualquer momento, sem necessidade de se explicarem.

A gente tem hora, 11 horas pra sair daqui pra buscar as crianças na escola. (06 mai. 2025, interposição da interlocutora na transcrição da oficina)

Iniciei a roda de conversa perguntando às interlocutoras se elas conheciam o que era “Direito à Cidade” (Lefebvre, 2001) e recebi uma negativa geral como resposta. Assim, expliquei para elas de forma rápida do que se tratava esse conceito, ao mesmo tempo tentando falar de uma forma mais coloquial, visto que a linguagem acadêmica por vezes é rebuscada demais para que seja de fácil entendimento.

Após a explicação desse conceito, iniciei as perguntas pré-definidas para a oficina, sendo a primeira delas “Alguma de vocês já sentiu medo de andar pela cidade?”. Em resposta a essa questão, as interlocutoras concordaram que todas elas sentem até hoje esse medo.

-Todo mundo já sentiu, né.

-Sentiu não, sente até hoje.

-E agora é pior.

-Eu não tinha medo de andar na rua muito tarde uns anos atrás. Hoje em dia eu se eu for eu vou com uma pedra no bolso (risos)

(06 mai. 2025, Diálogo das interlocutoras na transcrição da oficina. Grifo meu)

Esse medo relatado é algo relativamente recente, pois, de acordo com algumas delas, antigamente (quando crianças ou jovens) não sentiam medo de andar na rua como sentem atualmente. Informaram também que o período da noite intensificava esse medo.



Figura 35. Narrativa da *Naturalista*.
Fonte: Giselle Lazera, 2025.

A frase da *Naturalista* revelou uma mudança significativa na forma como o corpo feminino se relaciona com o espaço urbano ao longo do tempo. Ao falar que “antes não tinha medo de andar na rua”, mesmo em horários considerados perigosos, a interlocutora sugere uma maior apropriação do espaço público urbano de uma forma que não era atravessada por um sentimento constante de ameaça. Assim, pode-se dizer que o medo foi construído, e direcionou o afastamento e a insegurança no espaço da cidade.

Em seguida, a *Naturalista* complementou com a sugestão da pedra no bolso como uma ferramenta de proteção devido à necessidade de estar preparada para se proteger, caso necessário. A pedra funciona como uma representação da vigilância constante que as mulheres costumam ter ao caminhar em determinados espaços públicos, tendo cuidado com seu próprio corpo e com o ambiente a sua volta. Ela carrega não apenas uma arma improvisada, mas também o peso da insegurança, do receio da violência e da perda de autonomia.

-A gente sai durante o dia, mesmo assim, com medo também.

-Não é? Que cada coisa que acontece.

-Às vezes eu acho que não mais devia andar à noite, que a noite é pior.

(06 mai. 2025, Diálogo das interlocutoras na transcrição da oficina. Grifo meu)



Figura 36. Ao longo da conversa... registro do momento de fala.

Fonte: Giselle Lazera, 2025.

Para além da questão da autoproteção, algo que apareceu na narrativa das interlocutoras foi como o medo atravessa a experiência na cidade em diferentes horários do dia. Mesmo à luz do dia, as mulheres saem às ruas com certa sensação de insegurança, especialmente em espaços pouco detectáveis. Isso demonstra que a cidade não oferece garantias de proteção ou acolhimento aos corpos femininos em seu planejamento local, apesar de a maioria das narrativas elencar a noite como o período mais perigoso.

Outro ponto importante a ser considerado foi o fato da interlocutora *Carnavalesca*, não sair mais durante a noite, com o intuito de se proteger. Essa percepção, contudo, revela a lógica distorcida que transfere para as mulheres a responsabilidade por sua própria proteção, em vez de atribuir à configuração urbana ou a toda a sociedade a culpa pelas ameaças que as colocam em risco. Ao cogitar evitar sair à noite, a interlocutora abdica de seu direito de experienciar a cidade de forma livre e integral. A noite se transforma em um espaço negado ao corpo feminino e até mesmo colocado como um paradigma.

Após questioná-las sobre o medo de andar na rua, segui para a próxima questão que era em relação aos trajetos que elas faziam na cidade. A pergunta foi: “Quais são os trajetos que vocês mais fazem na rua?”. Porém, percebi que não consegui explicar de forma clara essa questão, além de sentir uma certa relutância em algumas das interlocutoras em falar sobre o seu dia a dia especificamente. Entretanto, mesmo com essa relutância, duas das interlocutoras narraram seus trajetos e algo que se fez presente em ambos foi o impacto da maternidade em suas vivências.

-Meu nome é Cervejeira, meu trajeto é de manhã acordo cedo e levo meus filhos pra escola. Às vezes a minha mãe leva pra mim. Mas eu levo aí 11 horas eu volto e busco. E a rotina é diariamente porque se

chama de segunda a sexta. Quando a gente tem filho, então vira o que, uma rotina.

-O meu é Naturalista e os trajetos que eu mais faço é ir no posto vacinar as crianças e vir pra minha mãe. No caso eu saía de casa e vinha pra cá, né? E agora eu to morando aqui. No caso nem vou precisar mais vir.

(06 mai. 2025, Diálogo das interlocutoras na transcrição da oficina. Grifo meu)

As narrativas aqui elucidadas pelas falas demonstram como o maternar condiciona os trajetos das interlocutoras a usufruir da rua quase que totalmente em função de seus filhos. Essa percepção também revela como a falta de uma rede de apoio e a categoria de renda afetam as suas vivências, por mais que essa não seja uma condição vinculada a todas as mulheres que maternam. As limitações, assim, se fazem presentes nas narrativas e experiências das interlocutoras que, conforme dito anteriormente, são em sua maioria mulheres em vulnerabilidade socioeconômica.

Não querendo forçá-las a responder e correr o risco de deixar o ambiente desconfortável, segui de forma rápida para a pergunta seguinte que consistia em uma tentativa de compreender se o medo de andar na rua já as limitou de alguma forma de se apropriar dos espaços públicos. Fiz a seguinte pergunta: “Alguém já deixou de fazer alguma atividade de lazer por conta desse medo do que pode acontecer na rua?”. Uma das interlocutoras respondeu de forma negativa e outras concordaram, deixando claro que não era algo que interrompia suas ações, porém, logo em seguida, a *Feminista* narrou o seguinte acontecimento que vivenciou:

Eu estava caminhando com a minha irmã, a gente ia todo dia de manhã, fazia assim deixava as crianças na escola, depois ia caminhar. Aí a gente passou a perceber todo dia a mesma pessoa no mesmo lugar. Aí ele começou a mexer. Aí a gente com medo paramos de ir [sic], porque ele mexia, mas quando aparecia alguém ele sumia do

nada. Tipo assim, eu corria na frente, eu entrava em alguma rua. **Então a gente paramos [sic] de fazer aquele trajeto e depois paramos até de ir porque passou a ser muito presente.** Ele tá sempre naqueles locais que a gente tava. Aí eu falei: não, ele está seguindo a gente todo dia, todo dia. E quando aproximava um grupo mais de pessoas ali, ele sumia do nada. Aí depois ficava só eu e ela de novo, ele sempre aparecia. (06 mai. 2025, Narrativa da Feminista na transcrição da oficina. Grifo meu)



Figura 37. Narrativa da Feminista.

Fonte: Giselle Lazera, 2025.

A fala da *Feminista* (Figura 37) revela como o medo dita trajetos aos corpos femininos que mesmo em caminhos cotidianos podem se ver em uma situação ameaçadora que limita sua fruição na cidade. Ao se verem obrigadas a evitar determinados caminhos, e depois a evitar sair

completamente, elas perdiam o poder de escolha sobre como, onde e quando ocupar os espaços públicos.

A *Feminista* ainda relatou que ele as seguia em todos os lugares, quando faziam trajetos em uma direção ou outra do bairro, e que por esse motivo elas pararam de ir caminhar, “porque toda vez a gente encontrava com ele” (06 mai. 2025, Narrativa da interlocutora *Feminista* na transcrição da oficina). A partir desse relato entrei brevemente no tema do assédio e após esse meu comentário a interlocutora a quem denominei *Protetora* narrou ter presenciado uma situação de assédio no trem, enquanto ia para o trabalho de manhã.

Assim, tipo no transporte público. Meio que ninguém sofreu, mas eu presenciei um homem no trem. Todo mundo sabe que o trem de manhã é igual sardinha em lata. Todo mundo espremido. Um homem de manhã se masturbando atrás da mulher (palma). E eu em pé do lado.(...) Eu consegui avisar ela e ela mudar o que ela estava fazendo. Quando chegou na central, que eu fui perto dela, aí eu falei o rapaz estava atrás de você, se masturbando atrás de você. Então eu consegui avisar ela. Mas eu já tinha saído do trem. (06 mai. 2025, Narrativa da Protetora na transcrição da oficina. Grifo meu)

A *Protetora* também disse que “tem às vezes pessoas que veem situações como essa e acabam criando um psicológico [sic], nem vai trabalhar, não sai de dentro de casa” (06 mai. 2025, Fala da *Protetora* na transcrição da oficina). O relato da interlocutora chama a atenção por retratar uma cena de situação violenta que, por vezes, pode ser crucial para a modificação da forma das mulheres vivenciarem a cidade.

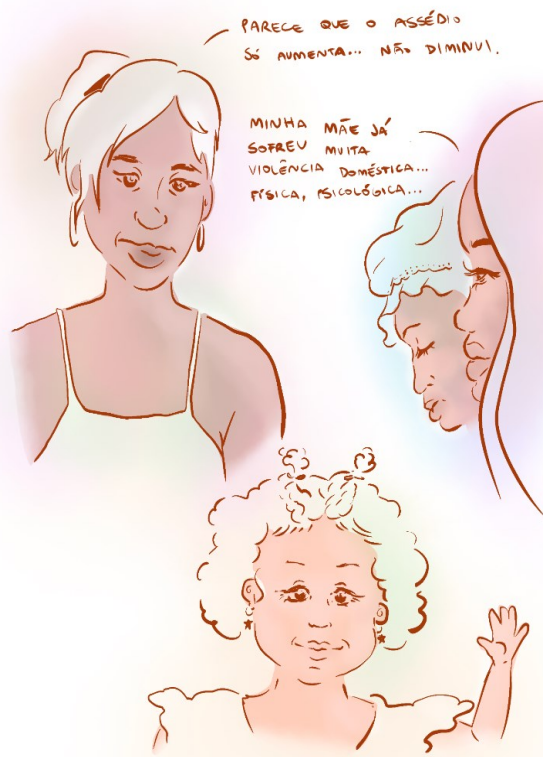


Figura 38. Visões sobre o assédio.
Fonte: Giselle Lazera, 2025.

Em resposta ao comentário, houve um coro de indignação por parte das demais interlocutoras, que ressoaram a falta de respeito que ocorre nesses momentos, como a presença masculina nos carros femininos dos trens em horários restritos. Uma das interlocutoras teceu o seguinte comentário: “Não tinha nenhum homem perto pra dar um soco na cara dele?” (06 mai. 2025, Fala da *Cuidadora* na transcrição da oficina), acendendo ainda mais a indignação expressada pelas interlocutoras. Outra questão levantada foi toda a repercussão midiática que ocorre ao expor casos de violência no geral e que amplificam a sensação de medo na cidade.

-Parece que tá aumentando. (o assédio)

-Muita coisa. O que a gente mais vê no jornal é isso.

(06 mai. 2025, Diálogo entre as interlocutoras na transcrição da oficina)

A pergunta seguinte que fiz foi em relação ao que as interlocutoras achavam que poderia fazê-las se sentirem mais seguras em seus deslocamentos na cidade, e se elas já haviam pensado sobre isso. As respostas dadas revelaram uma dificuldade em pensar no assunto do ponto de vista urbanístico, o que poderia ter sido ampliado com uma melhor explicação ou reformulação da pergunta que fiz. No entanto, aos poucos, as respostas foram surgindo. O principal ponto levantado por uma das interlocutoras foi a questão do respeito, talvez em continuidade à discussão anterior, que foi colocado como uma questão crucial no atendimento público e na promoção de mais igualdade.

-É quase impossível, né. Como tu falou, a maioria dos direitos foi conseguido, não foi dado, foi conquistado. É muito difícil.

*-Eu acredito que o respeito, porque mesmo nos órgãos públicos, a gente não somos respeitadas, né? Você vê uma mulher que sofre violência doméstica, ela vai na delegacia, faz alguma coisa, nem sempre ela é amparada, né? Chega lá ela tem que ouvir das pessoas que estão lá pra ouvir ela que deveriam acolher, tem que ouvir gracinha, porque **eu já presenciei já com pessoas que chegou lá, vai denunciar agora pra quê? Depois tu volta, vai voltar.***

(06 mai. 2025, Diálogo entre as interlocutoras na transcrição da oficina. Grifo meu)

O relato das interlocutoras fez com que eu desviasse brevemente da pergunta seguinte e falasse para elas sobre a violência institucional que pode acontecer em alguns casos, e que se trata de uma revitimização da mulher que já passou pelo trauma da violência. Por ser um assunto que

elas conheciam mais, foram tecidos comentários pelas interlocutoras que demonstraram justamente a violência institucional que pode ocorrer em locais majoritariamente masculinos.

-Já vi casos no tribunal da mulher tipo ir pra delegacia machucada mesmo, e realmente eles fazem pouco caso. E é uma burocracia danada, aí tu ainda, no mínimo, ganha uma medida protetiva. Muitas das vezes o cara nem respeita, né? Aí é totalmente horrível porque imagina, tu tomar uma coça...

-É meu ex me bateu aí eu fui na delegacia e eles falaram: tem que fazer um corpo de delito. Eu tinha que prestar queixa mas deixei pra lá, não ia dar em nada mesmo. E eles falam ah tu ainda vai voltar com ele, pra que tu tá dando parte?

(06 mai. 2025, Diálogo entre as interlocutoras na transcrição da oficina)

Ao verificar que o horário ia ficando apertado para a realização das colagens, devido ao compromisso de algumas das interlocutoras de buscarem seus filhos na escola, sugeri partirmos para a oficina de colagem, a segunda etapa dessa abordagem metodológica, fechando a roda de conversa com mais uma pergunta que me surgiu no momento, enquanto conversávamos: “Qual o lazer de vocês?”. Esta pergunta foi feita com o intuito de explorar se elas utilizavam a cidade para algo que não fosse o cuidado com os filhos, ou o trabalho.

-A piscina, a pracinha. O tempo está frio, né, mas agora mesmo que está voltando o sol, sempre que a gente pode a gente pega as criança [sic] e vai.

-Mas é que tá tudo tão violento que a gente prefere ficar dentro de casa. Quer dizer, uma boa parte aqui, não sei. (...)

(Murmúrios em concordância)

-Porque o lugar está ficando tão violento. Tem horário pra chegar, tem horário pra sair. Hoje em dia, acho que a maioria de nós, eu sou mãe agora, né? Então, eu fico mais em casa, porque o jeito que o mundo está, a gente liga a televisão só vê tragédia, só vê coisa triste, a gente

prefere ficar mais dentro de casa. Vou na casa do meu irmão, a gente curte mas dentro de casa. (...)

-Hoje em dia o lazer é dentro de casa

-Ouve música, ouve tudo, mas **dentro de casa. Ainda está sendo nas nossas vidas o lugar mais seguro que a gente tem.** Porque senão daqui a pouco nem as nossas próprias casas vão ter segurança, entendeu? Então, hoje em dia é mais dentro de casa mesmo (...)

(06 mai. 2025, Diálogo entre as interlocutoras na transcrição da oficina. Grifo meu)

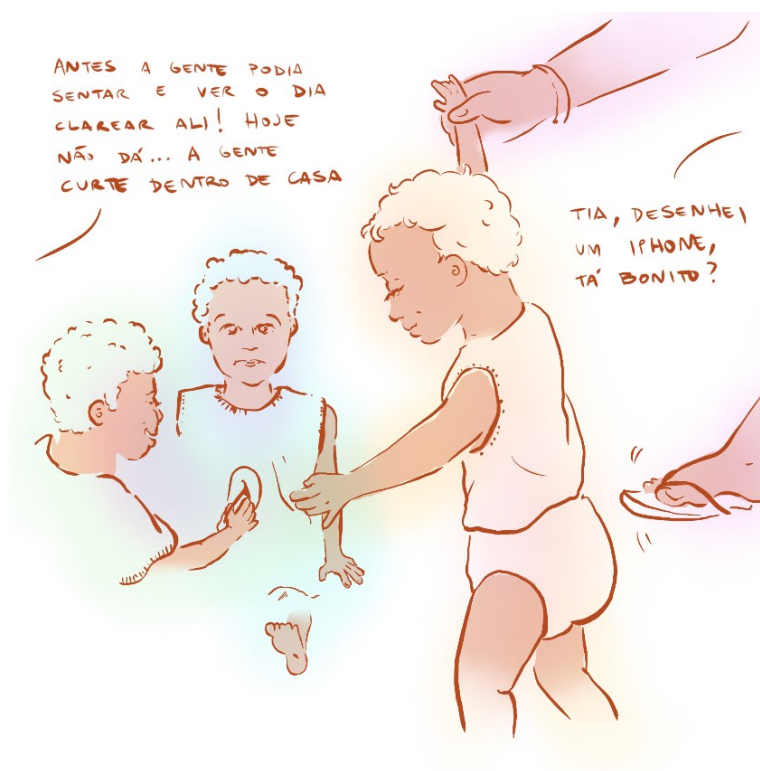


Figura 39. O medo e seus atravessamentos.

Fonte: Giselle Lazera, 2025.

O diálogo, em geral, reforçou a casa como espaço de segurança em comparação com a rua. Essas falas retratam claramente como a violência, real ou percebida, afeta os deslocamentos das mulheres principalmente em seus momentos de lazer, que deveriam ser momentos de liberdade, socialização e prazer na vida pública. A forma como é enfatizado o “dentro de casa” na casa como refúgio forçado, o derradeiro lugar percebido como seguro, evidencia também um afastamento da cidade que deveria ser um lugar de encontro, pois, ao contrário, torna-se o espaço de ameaças aos corpos que nela circulam.



Figura 40. Início da oficina.
Fonte: Giselle Lazera, 2025.

Fechamos a roda de conversa após esse diálogo e demos início à organização dos materiais para a oficina de colagem. Comecei com uma breve explicação do que se trata uma colagem e para que costumam ser utilizadas, explicando que elas eram livres para elaborar a colagem da forma que fizesse sentido para elas buscando imagens, palavras, papéis diferentes ou mesmo escrevendo de uma forma que pudesse representar o que era cidade para elas. Por não querer influenciá-las, não demonstrei nenhuma colagem de referência e as deixei livres pra exercitar a criatividade.

A *Matriarca* estava com os três filhos durante a oficina, sendo um deles um bebê de aproximadamente 6 meses. Quando chegamos o filho mais velho estava segurando o bebê e alternava os cuidados com a própria mãe. No início da oficina oferecemos lápis de cores e folhas para que as crianças pudessem pintar e assim deixar as suas mães elaborarem as colagens, entretanto duas das interlocutoras estavam com bebês de colo. Uma delas estava acompanhada de sua mãe e assim ambas revezavam os cuidados com a criança, enquanto uma se ocupava da colagem, a outra segurava o bebê.

A *Matriarca*, no entanto, não tinha quem a ajudasse, assim, eu me disponibilizei a segurar o bebê dela (Figura 41) para que ela fizesse a colagem. Dessa forma fiquei responsável por cuidar do bebê durante a maior parte da oficina auxiliando como podia as interlocutoras com suas dúvidas ou pedidos de materiais que estavam próximos a mim e as crianças a se manterem entretidas enquanto suas mães estavam ocupadas.



Figura 41. Atravessamentos do cuidado.

Fonte: Foto de Lia Bahia, 2025.

Durante o momento da oficina em si, a monitora Lia Bahia esteve mais livre para auxiliar com os materiais, distribuindo papéis a quem precisava, canetas ou atendendo a meus pedidos, quando necessário.

A maioria das interlocutoras conversavam o tempo todo durante a oficina, e revelaram estar vivendo, de fato, um momento prazeroso entre elas. Devido às conversas paralelas que ocorreram, não foi possível captar de uma forma clara a maioria das falas, porém algumas frases soltas saltaram durante a elaboração das colagens (Figura 43).

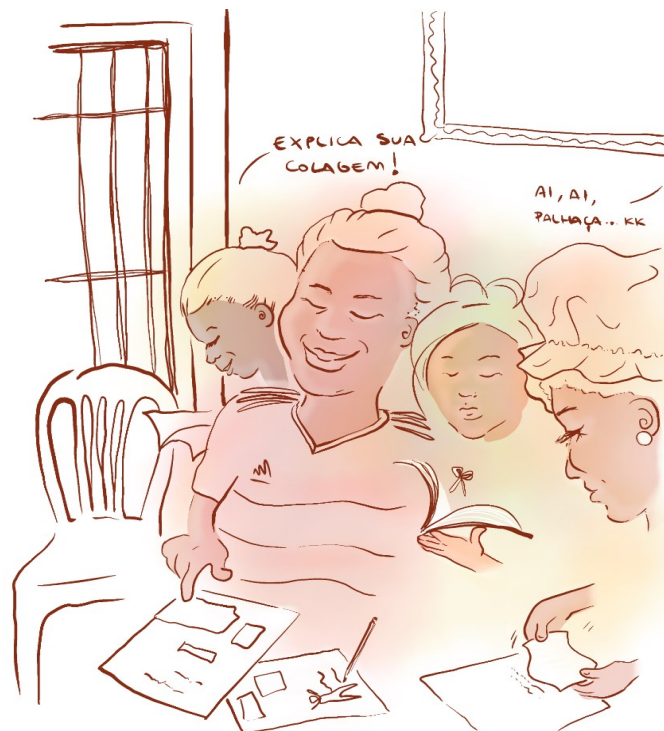


Figura 42. Lazer entre interlocutoras (ou amigas).

Fonte: Giselle Lazera, 2025.

As falas que ecoaram mais fortes durante a elaboração das colagens demonstram um forte senso de união e família que também se fez presente nas colagens. Para além disso, as representações dos espaços nessas falas trouxeram assuntos que foram discutidos ao longo da roda de conversa, como o lazer dentro de casa, e uma narrativa de estar na cidade que além de denotar um estar físico, também foi visto como um estar “simbólico” de apropriação e pertencimento aos espaços públicos urbanos. A frase “a gente tamó [sic] na cidade” evidencia essa dimensão simbólica, indicando a construção de uma presença feminina que vai além da circulação: trata-se de ocupar, narrar e ressignificar a cidade a partir de vivências cotidianas,

afetos. Essa presença simbólica é, ao mesmo tempo, uma afirmação de existência e uma reivindicação de pertencimento à cidade.

Aqui mãe a gente (risadas). A gente tá na reunião, isso aí.

Olha lá, tem o Cristo.

Vai, mãe, essa foto aqui. Aqui, ó, a família.

Olha aqui to na minha casa, curtindo meu lazer.

Aqui tem uns adesivos também se alguém quiser (Lia Bahia)

Ajuda ele a desenhar o boi da cara preta então.

Vou fazer do carnaval. Faz da união, família.

A gente tamo na cidade ué, pode ser da gente também.

Ai que saudade de estudar.

Figura 43. Frases ditas ao longo da oficina de colagem.

Fonte: Autora, 2025.

Conforme o horário avançava, percebi que algumas das interlocutoras já haviam terminado as colagens e que o limite que elas poderiam estar na oficina também se aproximava. Desta forma, não foi possível desenvolver de maneira adequada a terceira parte da oficina, que consistia na explicação e discussão em grupo, acerca das representações elaboradas em cada colagem.

Ao mesmo tempo, grande parte das interlocutoras não quis falar ou se sentiu inibida, e não se aprofundou na explicação da colagem, talvez por diversos motivos que rondam a existência de uma mulher na sociedade, como responder ao tempo como um objeto de controle e de partição.

Dei início à terceira etapa de uma forma diferente, incentivando-as a falar, porém sem conseguir desenvolver um debate mais aprofundado sobre as colagens de cada uma.

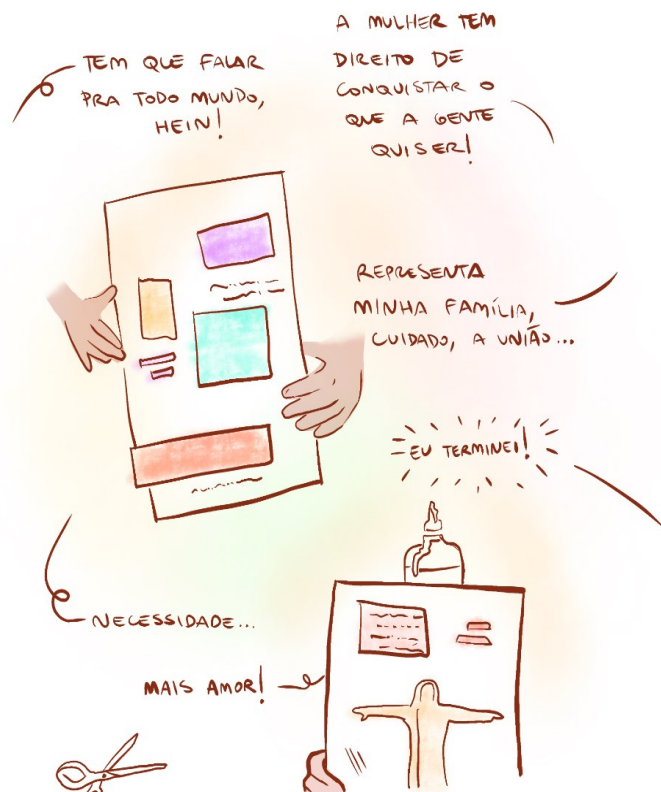


Figura 44. Ao final da oficina.
Fonte: Giselle Lazera, 2025.



Figura 45. Colagem da *Naturalista*, 2025.
Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.

Olha essa é a árvore, o meio ambiente. Eu também não vou mentir. Eu não planto ainda. Mas eu desejo, meu sonho de ter um cantinho pra plantar. Porque faz bem pro meio ambiente. Eu acho que por aqui deveria ter mais. A gente não vê muito o povo plantando. Em outro lugar eu vejo muito, gente que planta. Até na rua tá plantando. (Fala da Naturalista)

Uma das interlocutoras que mais participou da roda de conversa foi a *Naturalista*, entretanto a sua representação de cidade ilustra uma cidade integrada à natureza. Ela fala da sua preocupação com o meio ambiente e com uma cidade que deveria ter mais espaços verdes, ao mesmo tempo em que demonstra seu desejo de ter um lugar seu, com espaço para plantar e cuidar de seu jardim, além do afeto positivo que espaços verdes nas ruas da cidade possuem.



Figura 46. Colagem da *Carnavalesca*, 2025.
Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.

-Aqui eu coleí a minha família. A união, esse aqui representa a união.

(...)

-Essa daqui de cima é pulando o carnaval, minha família. (Fala da Carnavalesca)

A *Carnavalesca* foi uma das interlocutoras que relutou em fazer uma explicação da sua colagem, sendo a todo momento incentivada pelas demais participantes a falar. Quando ela finalmente falou foi de uma forma literal, praticamente descritiva, reproduzindo através da fala as imagens que escolheu para ilustrar sua cidade, porém deixando clara a importância do papel da sua família em sua visão de cidade.



Figura 47. Colagem da *Feminista*, 2025.
Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.

Meu nome é Feminista. Eu botei a imagem de uma mulher olhando pela uma grade, assim tendo em conta o quanto a gente ainda tem tanta apreensão. Mas botei o lugar da mulher. A mulher tem que ser livre. Tem que ter um espaço pra dançar, e tem direito pra onde tá, mulher tem que ser o que quiser. (Fala da Feminista)

A colagem e fala da *Feminista* trouxeram uma potente reflexão sobre os limites simbólicos que por vezes são impostos às mulheres. A imagem que ela coloca da mulher olhando através de uma grade expressa uma sensação de restrição e confinamento, como se existisse de fato uma barreira entre a mulher e sua apropriação da cidade. A fala da *Feminista* trouxe uma reivindicação do direito da mulher de estar e de usufruir dos espaços, tanto físicos quanto simbólicos, além de narrar uma cidade ainda excludente, mas que precisa se transformar em

um lugar de liberdade e pertencimento, onde as mulheres possam ser o que quiserem, sem medo ou restrições.



Figura 48. Colagem da *Cuidadora*, 2025.
Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.

-Família, falei, família!
(...)

-Isso aí é só fim de semana quando
o pai pega as crianças, aí eu tenho
lazer. (Fala da Cuidadora)

A *Cuidadora* quase não falou sobre sua colagem e por fim, quando falou, resumiu sua cidade a uma palavra: família. Após muita insistência das demais interlocutoras, a *Cuidadora* consentiu em falar, porém, ao longo da elaboração da colagem, em um momento de mais segurança, ela disse que o seu lazer acontecia apenas aos finais de semana, quando não estava com seus filhos. Apesar da cidade da *Cuidadora* ser a sua família, ela também expõe o peso que muitas vezes

acompanha a maternidade, que é o cuidado em tempo integral, e que a descoberta de uma cidade começa pela descoberta de sua liberdade.



Figura 49. Colagem da *Carioquíssima*, 2025.
Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.

Meu nome é Carioquíssima, eu botei o Rio. O Rio é lindo, mas por causa do Rio [sic] gera violência. (Fala da Carioquíssima)

A *Carioquíssima* falou de forma rápida apenas uma frase que demonstra a dualidade e o conflito entre a beleza e a violência que ocorre no Rio de Janeiro, assim como em muitas cidades grandes. A cor vermelha de fundo também é simbólica, apesar de não ter sido falada na explicação. Poucas interlocutoras escolheram usar o fundo colorido e todas as que usaram trouxeram cores quentes e alertas como o laranja e o vermelho. Outro ponto importante é que

essa interlocutora escolheu falar sobre a cidade do Rio de Janeiro, apesar de morar em Duque de Caxias, demonstrando também a influência que a capital do estado tem, como objeto de desejo, em relação às cidades da baixada fluminense.



Figura 50. Colagem da *Religiosa*, 2025.
Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.

Como eu enxergo a cidade, eu enxergo que a cidade precisa de Jesus. Eu enxergo a cidade sem amor. Porque o amor se esfriou. Muitas coisas estão acontecendo porque estão se cumprindo os mandamentos. A cidade se esfriou. A gente precisa ler. A gente precisa se ajudar. Eu escrevi aqui, vamos se ajudar mais, juntos somos mais fortes. (Fala da Religiosa)

A narrativa da *Religiosa* traz uma perspectiva até então ausente, a da fé e principalmente da religião cristã. É interessante a sua escolha de palavras ao se colocar como sujeito que vê a cidade e reivindica o seu direito de interpretá-la e dizer como percebe a cidade. A cidade da *Religiosa* é uma cidade perdida, sem amor e condenada a passar pelas provações descritas em

seu livro sagrado. Para ela, a educação e o amor são salvadores e, juntas, as pessoas podem realizar mais para salvar o mundo do que distantes, como estão atualmente. A cidade é retratada como um espaço de crise, mas também de possibilidades; ela coloca os vínculos sociais e afetivos como caminhos possíveis para que as mulheres possam ocupar, cuidar e transformar os espaços que habitam.



Figura 51. Colagem da *Protetora*, 2025.
Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.

Meu nome é Protetora e eu escolhi essa figura porque eu vi que é autocuidado, proteção, união, né? Que é o que hoje em dia nós não temos. Temos que ter voz, mas não temos quem esteja sempre do nosso lado. E essa foto representa família, cuidado, né? Que nós possamos sempre ter voz. (Fala da Protetora)

A *Protetora* trouxe uma visão de cidade baseada no cuidado, na proteção e união. Sua fala demonstra um forte desejo de um espaço urbano onde mulheres possam experienciar esses

elementos que, segundo sua fala, estão ausentes da cidade atualmente. Ela destaca também a importância de ter voz, denunciando a fragilidade que permeia as vivências femininas e a hostilidade que é experimentada em determinados espaços físicos e simbólicos. A Protetora expressa seu desejo de uma cidade onde as mulheres possam não apenas transitar, mas também se proteger e se fortalecer coletivamente, apropriando-se dos espaços urbanos a partir de seus vínculos.

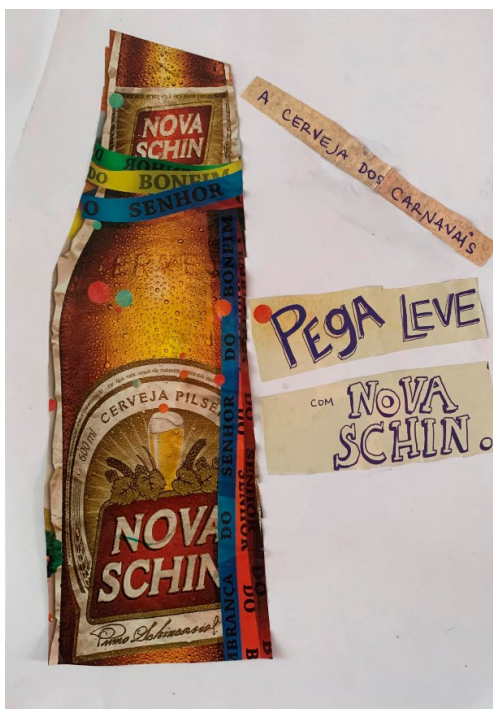


Figura 52. Colagem da Cervejeira, 2025.
Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.

-Vou colar minha cerveja. Vou colar minha cerveja no camarote, ó.
(...)
-Aqui, ó, cerveja do carnaval. Cerveja do carnaval, amiga, esse do Brasil, leve e gostosa. (Falas da Cervejeira)

As demais interlocutoras não quiseram ou não se sentiram à vontade para falar de suas colagens. Ainda assim, apresentarei as colagens a seguir acompanhadas de uma breve descrição dos temas visuais e simbólicos que emergem a partir das imagens.

Apesar de não querer falar, o áudio captou uma fala da *Cervejeira*, que demonstra o momento que encontrou a imagem que utilizou. Com sua colagem, a *Cervejeira* trouxe à tona uma cidade festiva, que permite e incentiva o lazer – principalmente através de suas festas típicas, como o carnaval.

As colagens da *Antirracista* e da *Matriarca* trouxeram elementos que demonstraram uma cidade com fortes raízes negras, e que ao mesmo tempo possuem marcas profundas, e diferenças que merecem valorização e respeito.

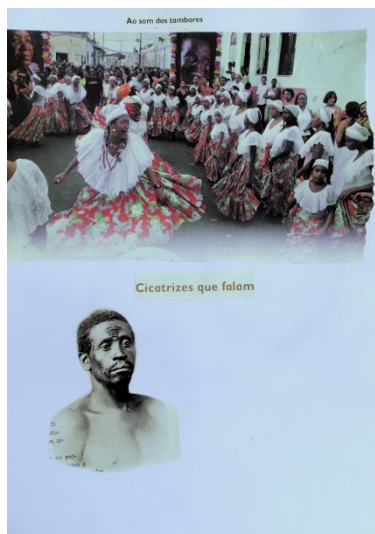


Figura 53. Colagem da *Antirracista*, 2025.
Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.



Figura 54. Colagem da *Matriarca*, 2025.
Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.



Figura 55. Colagem da *Ambientalista*, 2025.
Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.

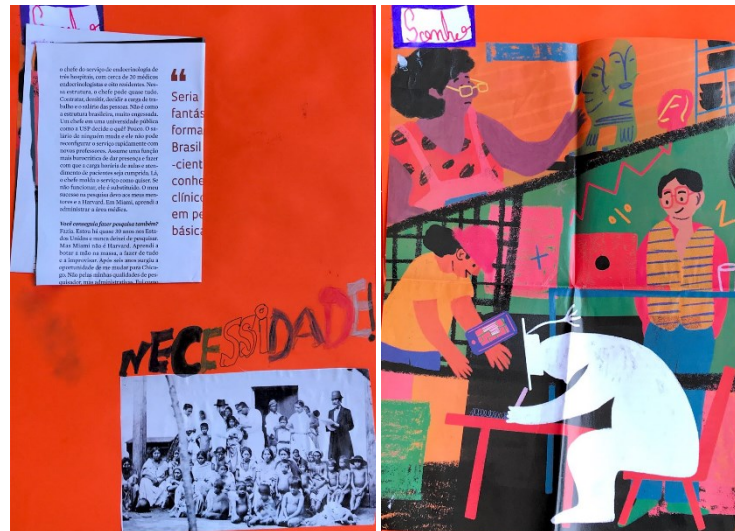


Figura 56a e 56b. Colagem da *Sonhadora*.
Fonte: Oficina dos Desejos, maio/2025.

A colagem da *Ambientalista* denuncia uma cidade poluída e mal cuidada, necessitada de políticas públicas pertinentes, além de trazer também o mesmo fundo vermelho presente em outras colagens que falam de violência, medo e falta de cuidado. Por fim, a *Sonhadora* apresenta uma colagem em dois momentos: sua cidade à primeira vista é uma cidade da falta, demonstrada pela palavra que escolheu - necessidade. Porém, em um segundo momento, ela apresenta um sonho: o estudo, o trabalho e uma cidade que a permita alcançar mais.

Uma das questões que mais me atentei durante a oficina foi a diferença entre essa roda de conversa e outras experiências similares das quais participei anteriormente, nas quais apenas as interlocutoras estavam presentes. Nesse contexto específico da oficina na AMAC, o cuidado com os filhos aparecia como um elemento central e constante na vida das interlocutoras. Esse aspecto se manifestava, por exemplo, na necessidade recorrente de algumas mulheres se retirarem mais cedo para buscar os filhos na escola ou para levá-los, evidenciando como esse cuidado atravessa suas rotinas de maneira contínua. A presença das crianças impactou consideravelmente o desenvolvimento da atividade, sendo algo particularmente perceptível para a monitora Giselle Lazera que, em sua posição de observadora passiva e documentadora visual da oficina, despertava a curiosidade das crianças. Em diversos momentos, elas se aproximavam para saber qual o conteúdo e a finalidade de seus registros.

Percebi que essa característica reflete, de maneira significativa, o contexto socioterritorial em que o grupo está inserido. Em cada local onde se discutem questões relacionadas à violência, diferentes elementos culturais e sociais emergem.

Nos outros espaços que frequentei, as rodas de conversa com mulheres geralmente ocorriam com menos interferências externas. Em contraponto, naquele ambiente específico, havia uma presença intensa das crianças, que geravam um falatório e uma agitação constantes na qual as

mães frequentemente precisavam intervir, pedindo silêncio ou orientando os filhos, o que evidencia a ausência de uma rede de apoio para a realização de suas atividades cotidianas.

Essa dinâmica é marcante sobretudo entre mulheres de menor poder aquisitivo, que enfrentam dificuldades para conciliar o cuidado com os filhos e outras esferas da vida cotidiana. Observei que a maternidade ocupa um papel central na organização da vida dessas mulheres – as mesmas que reportaram, de algum modo, a violência doméstica sofrida. Um exemplo significativo foi o relato da *Cuidadora*, que afirmou encontrar momentos de lazer apenas quando o ex-marido assumia temporariamente os cuidados com os filhos. Para ela, esse momento de descanso era considerado a melhor parte de sua rotina.

Além das minhas próprias percepções, acho pertinente pontuar também as percepções das pesquisadoras que auxiliaram no processo da oficina. Lia Bahia ressaltou como muitas das respostas das interlocutoras denotaram um pensar coletivo no qual sua família, filhos e até elas próprias são parte indissociável de suas narrativas. Essa percepção revela como a coletividade é algo central nas suas formas de experienciar a cidade, indicando como os vínculos comunitários são parte essencial da construção de suas vivências nos espaços públicos.

Eu acho interessante que tanto nas falas delas quanto nas colagens apareceu muito a questão, assim, sempre do pensar coletivo. Nunca era uma percepção só delas, assim, mas sempre considerando as crianças ou as mulheres, no geral, sem ser algo muito no singular. E muita coisa, relacionada a questões no âmbito coletivo. Tipo, seja questão de família, questão do vivenciar a cidade.

(06 mai. 2025, relato de Lia Bahia sobre a Oficina dos Desejos)

Enquanto isso, focando mais no momento da oficina, Giselle Lazera relatou como ela percebeu que ao longo da oficina as interlocutoras foram se sentindo cada vez mais confortáveis e seguras para participar da conversa. Ao mesmo tempo, ela citou o seu receio em relação à adesão das

interlocutoras ao exercício da colagem, que podia ser desafiador para quem não costuma exercitar sua criatividade, mas que as respostas positivas a surpreenderam.

No início a gente foi recebida de uma maneira um pouco ainda receosa. No sentido de que elas estavam pensando que: “ai, já tá atrasado, tem horário pra sair”. Mas, conforme a atividade foi rolando, elas começaram a falar sobre o dia a dia delas e perceber que a gente tinha muitas coisas em comum, principalmente por todas sermos mulheres. (...) Elas tiveram uma resposta muito positiva, inclusive, aparentemente, elas se divertiram bastante no processo. Parecia um grupo que realmente se conhecia bastante, e que estava ali passando um tempo junto, como se aquilo também fosse uma certa atividade de lazer.

(06 mai. 2025, relato de Giselle Lazera sobre a Oficina dos Desejos)

Outro ponto significativo foi a transformação narrada muitas vezes do “(...) antes eu não tinha medo, agora eu tenho”, que evidencia como o medo atua como um regulador dos corpos femininos no espaço público.

A cidade, que deveria ser um território acessível a todas as pessoas, revela-se desigual e excludente quando vista sob a ótica de gênero. O direito à cidade é, portanto, condicionado: para muitas mulheres, ele é exercido mediante estratégias de proteção e contenção, e não como um direito pleno. A frase dita pela *Naturalista*, sobre carregar a pedra no bolso, demonstra a violência simbólica e concreta que perpassa o cotidiano feminino e chama atenção para as limitações impostas à noção de pertencimento ao espaço urbano.

A necessidade de carregar uma pedra para caminhar à noite escancara que a apropriação da cidade pelas mulheres ainda é atravessada por tensões, medos e disputas, tornando evidente que, apesar dos avanços significativos alcançados, a presença feminina no espaço público continua sendo marcada por uma luta constante por segurança, autonomia e liberdade.

convergências e divergências presentes nos relatos, enquanto algumas narrativas seguem trajetórias semelhantes (cuidado, união, proteção), outras evidenciam críticas mais incisivas às problemáticas enfrentadas nos contextos urbanos.

As colagens trouxeram visões bastante distintas da cidade, demonstrando como ela é múltipla, conflituosa e também possível. As interlocutoras experienciam uma cidade que as afeta de forma negativa, no grande conjunto dos relatos, e muitas vezes cria privações de apropriação plena dos espaços. Entretanto, as narrativas também levantam questões como o afeto, o cuidado, a união e a coletividade, sendo considerados aspectos positivos que levam as interlocutoras a se apropriar dos espaços públicos, mesmo que eles costumem ser excludentes e hostis para determinados corpos.

Nesse sentido, a presença ativa dessas mulheres nos espaços urbanos, mesmo diante das adversidades, configura um gesto político de resistência e re-existência, por meio do qual elas reconfiguram o território e reivindicam, com seus corpos e experiências, o direito de pertencer, habitar e transformar a cidade.

Conclusões – Por Novos Caminhos

*Pés com eternas marcas de infância
Dormem para descansar
Acordam cedo para trabalhar
Caminham para o centro da cidade
Os pés me levam para onde quero ir...
Para onde posso sonhar!
Tula Pilar*

O espaço urbano é reflexo das relações dos indivíduos com o meio, sendo o corpo a unidade de troca sensível com os ambientes e as ambiências. Compreender as diversas formas dos corpos se relacionarem e se apropriarem dos espaços é essencial nas análises urbanas, uma vez que as cidades são construídas nessas relações. No campo do urbanismo (Lefebvre, 2001; Jacobs, 2011; Gehl, 2013; Berth, 2023) existe uma necessidade de revisão dos espaços livres das grandes cidades, para que o exercício do direito à cidade seja realizado plenamente por todos os seus usuários, sem distinção. No entanto, o escrutínio dos reais problemas que assolam essa vivência urbana cordial nem sempre é conhecido.

Ao me debruçar na análise das percepções de mulheres que sofreram violência doméstica, me deparei com questões sensoriais que limitam sua fruição na cidade, chamando atenção para a questão de por quem e para quem os espaços são produzidos. Pesquisar os reflexos da violência de gênero nas vivências das mulheres na cidade e nas significações que elas dão aos espaços que ocupam traz novas perspectivas sobre como o planejamento urbano pode colaborar com espaços mais humanizados e inclusivos para todas as pessoas.

Cavalcanti e Dumaresq (2025) afirmam como a experiência das mulheres nas cidades é atravessada, também, por um urbanismo limitador:

A liberdade de se locomover em segurança pelas cidades é severamente restringida, seja como consequência de um planejamento e modelagem da infraestrutura de transporte não sensível ao gênero ou por normas sociais e culturais que normalizam a violência contra as mulheres. Existe, portanto, uma relação direta entre violência de gênero e mobilidade de mulheres no espaço urbano. (Cavalcanti e Dumaresq, 2025, pág.9)

Outro ponto relevante a ser levantado é a falta de legitimação de mulheres nos espaços públicos, podendo ser demonstrado pela escassez de ruas e espaços que levam o nome de figuras femininas (Figura 58).



Figura 58. Ruas masculinas, espaços masculinos.

Fonte: Folguedo. Disponível em: <<https://www.folguedo.com.br/cidade-mulher/>>. Acesso em 18 de maio de 2025.

Tal questão reforça a invisibilização de mulheres na dinâmica urbana e evidencia processos históricos de exclusão feminina na construção simbólica da cidade, que também podem afetar a sensação de pertencimento dessas mulheres. Ao passo que as mulheres foram excluídas deliberadamente dos espaços de fruição cidadina, a sua alocação nesses espaços, com grande

déficit temporal e social de agenciamento, faz com que a minoria dos planejadores urbanos e pensadores de cidade lembrem que é preciso tornar as cidades amigáveis.

Esta pesquisa cumpre o seu objetivo central de **analisar as relações de uso de espaços livres públicos da cidade por mulheres que sofreram violência doméstica**. Diante das reflexões desenvolvidas a partir das narrativas e do resultado da Oficina dos Desejos, foi possível explorar as relações de afetividade na cidade a partir das experiências de violência doméstica sofridas, o que permitiu compreender diferentes formas de influenciar o distanciamento do espaço urbano. Além disso, as narrativas e representações construídas por essas mulheres sobre a cidade revelaram sentidos múltiplos e subjetividades que, muitas vezes, permanecem invisibilizadas nos discursos hegemônicos sobre os espaços urbanos.

Entretanto, em termos de análise da pesquisa, é certo que diversos aspectos ficaram de fora tanto das narrativas das interlocutoras quanto da percepção da pesquisadora, que também é limitada. Alguns pontos poderiam ter sido ampliados ou aprimorados, como a formulação de perguntas mais voltadas a espaços urbanos específicos (próximos aos locais de vivência das interlocutoras ou espaços entendidos como arquétipos de lazer da cidade, como parques públicos e afins). Um tempo maior de oficina, ou mais oficinas, possibilitariam um diálogo mais aprofundado, além da participação de interlocutoras com vivências em diferentes territórios, o que poderia enriquecer as perspectivas trazidas.

Outra limitação que impactou consideravelmente o processo de pesquisa foi a dificuldade em adentrar determinados espaços de escuta, seja pelas restrições impostas devido ao sigilo e proteção das vítimas, seja pela lentidão do retorno por parte das instituições, mesmo após múltiplas tentativas de contato.

Ainda assim, as percepções e narrativas construídas apontam para a frequente subutilização da cidade pelas interlocutoras. Ao longo das visitas realizadas em palestras e rodas de conversa, foi possível coletar dados relevantes sobre as formas de apropriação feminina na cidade, as quais demonstram como o medo acompanha os deslocamentos urbanos das mulheres, muitas vezes condicionando seus comportamentos e definindo trajetos que, em outras circunstâncias, seriam diferentes.

É claro perceber, após a leitura do capítulo de análises, como o receio de transitar por determinados espaços impacta negativamente a relação das mulheres com a cidade e as torna objetos de sua própria existência, nunca sujeitos. No entanto, outras questões também se revelaram bastante presentes ao longo da pesquisa, contribuindo para a complexidade dessa relação.

Uma dessas questões complexas reside na apropriação feminina do espaço urbano, que se vê comprometida não apenas por barreiras físicas, mas por dinâmicas simbólicas e comportamentais que forçam as mulheres a recalcular seus caminhos ou a se retirar, parcial ou totalmente, das ruas. Os relatos das interlocutoras evidenciam uma dimensão importante da experiência feminina: a percepção coletiva e recorrente do medo.

O medo da violência, entretanto, é deslocado para os espaços, transformando as ambiências a partir das percepções de suas usuárias. Certos espaços da cidade do Rio de Janeiro estão estigmatizados por sua forma obtusa de referenciamento e são interpretados como inseguros, mesmo que possivelmente não haja reportagens de atos de violência cometidos ali. A presença de corpos não claramente identificados, a falta de visualização do todo, ou a sensação de perseguição elevam o status desses espaços para “pouco confiáveis”, termo que se espalha para toda a valoração da cidade – reiterado pela vontade de permanência “em casa”.

O reconhecimento de padrões de perseguição, a necessidade de modificar rotas e, em alguns casos, a decisão de não sair mais de casa, revelam como a cidade deixa de ser um espaço de liberdade e se transforma em um Lugar de risco.

Um dos temas mais recorrentes nas falas durante a oficina foi a maternidade, que se mostrou uma, senão, a mais significativa dimensão da vida da maioria das interlocutoras. Todas as interlocutoras concordaram que a cidade é um local perigoso, mas, ao mesmo tempo, reconheceram que ela é também muito mais do que isso, reforçando dentro de si mesmas uma crença, uma esperança que se move por gestos, conforme a Teoria dos Afetos (Tomkins, 1962) coloca. A cidade pode ser Lugar de família, de união, de fala e de luta – luta pelos direitos das mulheres, por uma sociedade mais justa para todas as pessoas, pela preservação do meio ambiente, entre outros. É também um espaço de cuidado e de afetos positivos, que coexistem com os afetos negativos produzidos pela violência.

Diante do contexto apresentado, esta pesquisa não possui o intuito de esgotar as discussões, mas sim contribuir com uma camada adicional para enriquecer o debate sobre o direito à cidade e as possibilidades de se produzir um urbanismo com mais equidade e segurança para as mulheres.

Algumas estratégias relevantes para essa discussão são: a ampliação do acesso das mulheres a serviços urbanos; o planejamento de espaços públicos mais seguros, com visualização de saídas e passagens, e o incentivo ao uso misto do solo; a promoção de políticas de mobilidade urbana inclusivas para as mulheres; e a implementação de ferramentas que possibilitem uma sensação maior de segurança para todos os corpos que transitam na cidade.

Por fim, reforça-se que ainda produzimos um urbanismo que não abarca as vivências de todos os corpos que usufruem da cidade, e como as medidas tomadas para combater a violência de

gênero ainda precisam evoluir consideravelmente para que as mulheres, de fato, possam se sentir seguras nas cidades em que vivem e exercer plenamente seu direito à cidade.

Apesar de todos os conflitos e discursos que insistem em afirmar que a cidade não é um lugar feminino, vemos como as interlocutoras, e todas as mulheres que lutam para conquistar seu espaço social ainda resistem e insistem em se apropriar, mesmo com limitações, dos espaços públicos urbanos.

Com essas conclusões evidenciam-se caminhos, novos caminhos – não tanto pela novidade, mas sim pela forma diferenciada de pensar, algo necessário em todo o processo de pesquisa. Buscar encontrar caminhos é a meta de toda dúvida científica.

A dissertação termina com este convite a caminhar pela cidade, percebendo suas ruas, esquinas, praças e outras minúcias que constituem a sua configuração espacial e simbólica, perguntando: quem, de fato, tem direito a ela?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. Z. G. DE. **A reforma da Igreja em Inglaterra: acção feminina, protestantismo e democratização política e dos sexos.** [s.l.] Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ALBUQUERQUE, Mariana I. B. **De quantos caminhos se faz um direito? - mobilidade e gênero nos quadros de cidade.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – PUC-Rio. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2019. [Mestrado em Direito]

ALMEIDA, Estela. Etnotopografia e o morar: desafios de uma imersão experiencial. Em: DUARTE, Cristiane Rose, PINHEIRO, Ethel, **Arquitividades e Subjeturas: metodologias para a análise sensível do lugar** (pág. 65-81). Rio de Janeiro: Rio Books, 2019.

ANDERSON, Ben. **Becoming and being hopeful: towards a theory of affect.** In: ANDERSON, Ben. *Environment and Planning: Society and Space*, v.24, pág.733-752, 2006.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Tradução: Roberto Raposo. 10a.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ÁVILA, Pâmela Paris. **UMA OUTRA ESTÓRIA, Representações da Rua do Catete pelas Narrativas do “Palácio de Memórias”.** Dissertação de Mestrado apresentada Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura /Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020 [Mestrado em Arquitetura]

BACHELARD, G. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BEAUVOIR, Simone De. **O segundo sexo.** [s.l.] Nova Fronteira, 2014.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades.** 1a.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023. Recurso Digital.

BITTAR, Danielle Souza, KOHLSDORF, Marina. **Ansiedade e depressão em mulheres vítimas de violência doméstica.** Revista Psicologia Argumento, 2013.

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estudos Avançados 17 (49), pág. 87-98, set. 2003.

BRASILEIRO, Alice. Proposta Metodológica para identificação de aspectos culturais dos usuários em ambientes de escritórios. Em: DUARTE, Cristiane Rose, PINHEIRO, Ethel, **Arquitividades e Subjeteturas: metodologias para a análise sensível do lugar** (pág. 27-43). Rio de Janeiro: Rio Books, 2019.

CAMPOS, Marcelo, BERTH, Joice. **Casa Carioca**. Rio de Janeiro: Ministério do Turismo, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Secretaria Municipal de Cultura. Agosto 2020. Disponível em: <<https://museudeartedorio.org.br/publicacoes/catalogo-casa-carioca/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”**. Revista Direito e Praxis. Rio de Janeiro, v.11, n.01, 2020, pág.349-369.

CARVALHO, Nathalia Moreira. **Ambiências Noturnas: Arquiteturas e Subjetividades em Cenários Urbanos Cariocas**. Dissertação de Mestrado apresentada Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura /Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013 [Mestrado em Arquitetura]

CAVALCANTI, Carolina, DUMARESQ, Mila. **URBANISMO SENSÍVEL AO GÊNERO: como oferecer cidades seguras para as mulheres**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Fevereiro 2025 (Texto para Discussão nº337). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

COHEN, Regina. Mobilidade, caminhabilidade e acessibilidade: percursos empáticos pelas ambiências da cidade. Em: DUARTE, Cristiane Rose, PINHEIRO, Ethel, **Arquitividades e Subjeteturas: metodologias para a análise sensível do lugar** (pág. 225-243). Rio de Janeiro: Rio Books, 2019.

COOPER, C. **The house as a symbol of the self**. Berkeley, California: Dowden, Hutchinson & Ross. 1974.

COUTINHO, Júlia, TREVISAN, Ricardo. Arquitetura de fronteir[a]: Mulheres entre Brasil/Venezuela. Em: PESCATORI, Carolina, ALIAGA, Maribel. **Entre Arquiteturas, Cidades e Feminismos: pesquisas do observatório amar é linha**. 1a.ed. Brasília, DF: LaSUS FAU, Editora Universidade de Brasília, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989. Iss.1, Art.8.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 2a.ed. rev. e ampl. de acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. 5a.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIAS, Cláudia A. **GRUPO FOCAL: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas**. Informação e Sociedade: Estudos, v.10, n.2, 2000.

DUARTE, Cristiane Rose. **Olhares possíveis para o Pesquisador em Arquitetura**. Cultura, Subjetividade e Experiência: dinâmicas contemporâneas na Arquitetura. Anais... Em: I ENANPARQ: ARQUITETURA, CIDADE, PAISAGEM E TERRITÓRIO: PERCURSOS E PROSPECTIVAS. Rio de Janeiro, RJ: ENANPARQ, 2010.

DUARTE, Cristiane Rose. **Ambiência: por uma ciência do olhar sensível no espaço**. Em: Ambiances urbaines en partage: Pour une approche sensible et pour une écologie politique des espaces urbains. Genève: Metispresses, 2013a. pág.21-30.

DUARTE, Cristiane Rose. **Moldagem do Lugar; remoldagem do olhar**. Em: VILLANOVA, R. DE; DUARTE, C. R. (Eds.). Novos Olhares Sobre o Lugar. Ferramentas e Metodologias, da Arquitetura à Antropologia. 1a.ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2013b.

DUARTE, Cristiane Rose. **A Empatia Espacial e sua implicação nas ambiências urbanas**. Revista PROJETAR - Projeto e Percepção do Ambiente, v. 1, n. 1, pág.68-74, 2015.

DUARTE, Cristiane Rose, MIRANDA, Cybelle Salvador, PINHEIRO, Ethel, SILVA, Luiz de Jesus. **Experiência do Lugar Arquitetônico: dimensões subjetivas e sensoriais das ambiências**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2022.

DUARTE, Cristiane Rose, PINHEIRO, Ethel. **Imagine uma tarde chuvosa... pesquisas sobre ambiência, alteridade e afeto**. Em: Anais... 6 PROJETAR. Salvador, nov. 2013.

DUARTE, C. R., SANTANA, E. P., UGLIONE, P., MELO, de, N. R., CASTELLANO, C., . . . GUERRA, J. **EMPATIA ESPACIAL: Corpo e linguagem na tradução de uma alteridade**. Em: Corpocidade, 2014.

DUARTE, Emeide N., SILVA, Alzira K. A., SANTOS, Edilene T. G., LIMA, Izabel F., RODRIGUES, Marcos P. F., COSTA, Suzana Q. **Aprendizagem organizacional em unidades de informação: do grupo focal à comunidade de prática**. Revista Perspectivas em Ciência da Informação, v.13, n.13, pág.78-95, set./dez. 2008.

DUNCAN, Norman. **Trabajar con las Emociones en Arteterapia**. Arteterapia - Papeles de arteterapia y educación artística para la inclusión social, v.2, 2007, pág.39-49.

DUNKER, Christian, THEBAS, Cláudio. **O palhaço e o psicanalista: como escutar os outros pode transformar vidas**. 2a.ed. São Paulo: Planeta, 2021.

ELKIN, Lauren. **Flâneuse: Mulheres que caminham pela cidade em Paris, Nova York, Tóquio, Veneza e Londres**. São Paulo: Editora Fósforo, 2016. Recurso Digital.

EUGENIO, Fernanda. **Urbe-variantes: aventura e etnografia das cidades**. Revista Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo, vol.4, n.10, pág.143-151, jul.2007.

FALABRETTI, Ericson Sávio. **A presença do Outro: inter-subjetividade no pensamento de Descartes e de Merleau-Ponty**. Rev. Filos. Aurora, Curitiba, v.22, n.31, 2010, pág.515-541.

FERNANDES, Mariana Patrício. O Recado do Maciço: ocupar as fronteiras, disputar a loucura. Em: CESARI, Paula, MAXNUCK, Andressa. **Feminino Manifesto**. 1a.ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2021.

FOUCAULT, Michel. **De Outros Espaços**. Tradução: Pedro Moura. Diacritics; 16-1, 1986.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. Tradução: Salma Tannus Muchail. Edição: 1a.ed, n-1 Edições, 2013.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Relatório Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil**. 5a.ed. Março de 2025. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-5ed/>> Acesso em 24 de abril de 2025.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 2cd. São Paulo: Contexto, 2002.

GARRIDO, Norman. **The Method of James Spradley in qualitative research**. Revista Enfermería: Cuidados Humanizados, v.6, n° Especial, out. 2017.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução: Anita di Marco. 2a.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Tradução: Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2005.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. Tradução: Rainer Patriota. 1a.ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. Recurso Digital.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. [s.l.] WMF Martins Fontes, 2011.

KERN, Leslie. **Cidade Feminista: A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. Recurso Digital.

KUSCHNIR, Karina. **A antropologia pelo desenho: experiências visuais e etnográficas**. Cadernos de Arte e Antropologia [Online], v.5, n.2, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5a.ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGNANI, José G.C. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.17, n.49. São Paulo, junho de 2002.

MARTÍNEZ, Zaida Muxí. **Mulheres, casas e cidades**. Tradução: Júlia Urrutia. São Paulo: Olhares, 2024.

MEDEIROS, Ana Carolina. Arquiteturas feministas. Em: PESCATORI, Carolina, ALIAGA, Maribel. **Entre Arquiteturas, Cidades e Feminismos: pesquisas do observatório amar é linha**. 1a.ed. Brasília, DF: LaSUS FAU, Editora Universidade de Brasília, 2022.

MELO, Natália de. [Con]viver e [trans]formar pela ambiência. Metodologias para o espaço construído. Em: DUARTE, Cristiane Rose, PINHEIRO, Ethel, **Arquitividades e Subjeteturas: metodologias para a análise sensível do lugar** (pág.135-151). Rio de Janeiro: Rio Books, 2019.

MESLANO, Beatrice. **74% das brasileiras acreditam que a violência contra as mulheres aumentou no país no último ano**. CNN Brasil, 25 de novembro de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/74-das-brasileiras-acreditam-que-a-violencia-contra-as-mulheres-aumentou-no-pais-no-ultimo-ano/>>. Acesso em 21 de março de 2024.

MÓNICO, Lisete S., ALFERES, Valentim R., CASTRO, Paulo A., PARREIRA, Pedro M. **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa**. Atas CIAIQ2017, Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, v.3, 2017.

MOREIRA, Lisandra, ALVES, Júlia, OLIVEIRA, Renata, NATIVIDADE, Cláudia. **Mulheres em tempos de Pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra**. Revista Psicologia e Sociedade, v.32, 2020.

NETO, Otávio C., MOREIRA, Marcelo R., SUCENA, Luiz F. M. **Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação**. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, novembro de 2002.

PALLASMA, J. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre: Bookman. 2011.

PASSETTI, Dorothea. **Colagem: arte e antropologia**. [s.l.] Revista Ponto-e-vírgula, v.1, pág.11-24, 2007.

PINHEIRO, Ethel. **A Cidade no Fragmento: Lugar e Poiesis no Largo da Carioca**. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

PINHEIRO, Ethel. **Cidades ‘ENTRE’. Dimensões do Sensível em Arquitetura ou a Memória do Futuro na Construção de uma Cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2010.

PIRES, João Davi Avelar. **Misoginia medieval: a construção da justificação da subserviência feminina a partir de Eva e do pecado original**. Faces da História, Assis-SP, v.3, n.1, pág.128-142, jan.-jun., 2016.

QUEIROGA, Eugenio. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**. Tese (Doutor em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RAMÓN, Maria Dolores Garcia. Nuevos horizontes geográficos em lãs décadas de los 70 y los 80: hacia una geografia humanística. Em: GARCÍA RAMÓN. Maria Dolores. **Teoria y método en la geografia humana anglosajonica**. Barcelona: Ed. Ariel, 1985. pág.219-226.

REINHOLZ, F. **Violência contra a mulher: dados refletem desmonte das políticas de enfrentamento**. Brasil de Fato, 13 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/02/13/violencia-contra-a-mulherdados-refletem-desmonte-das-politicas-de-enfrentamento>> Acesso em 5 de outubro de 2022.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso, AZEVEDO, Giselle Arteiro, BRASILEIRO, Alice, ALCANTARA, Denise de, QUEIROZ, Mônica. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade?**. 3a.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROLNIK, Raquel. **As mulheres e o espaço urbano**. Rádio USP, 9 de março de 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/as-mulheres-e-o-espaco-urbano/>. Acesso em 27 de março de 2024.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SECRETARIA Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres> Acesso em 28 de abril de 2025.

SILVA, Renata, BUENO, Adriano, MADUREIRA, Eduardo. **O SURGIMENTO DO URBANISMO: PLANEJAMENTO URBANO**. Em: Anais do 14º Encontro Científico Cultural Interinstitucional - 2016.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Tradução: Tomaz Tadeu. 2a.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SPRADLEY, James. **Participant Observation**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1980.

TAVARES, Flora Menezes. **COLAGEM COMO EXPERIMENTO METODOLÓGICO INSURGENTE**. Revista Píxo, v.7, n.26, 2023.

THIBAUD, Jean-Paul. **Regards en action. Ethnométhodologie des espaces publics**. Bernin: A la Croisée, 2004.

THOMAZ, Bárbara. Errâncias Sensíveis: analisando a Empatia Espacial em contextos urbanos. Em: DUARTE, Cristiane Rose, PINHEIRO, Ethel, **Arquitividades e Subjeteturas: metodologias para a análise sensível do lugar** (pág.187-203). Rio de Janeiro: Rio Books, 2019.

TOMKINS, S.S.T. **Affect Imagery Consciousness: Volume I: The Positive Affects**. [s.l.] Springer Publishing Company, 1962.

TROCH, Lieve. **Mística Feminina na Idade Média: Historiografia Feminista e Descolonização das Paisagens Medievais**. Revista da Pós-Graduação em Letras - UFPB, v.15, n.1, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira - Londrina: Eduel, 2015. Recurso Digital.

VALICENTE, Mariana. **Cine-grafia do corpo na cidade: ambiências de resistência e a resignificação espacial por mulheres nas batalhas de poesia urbana**. 1a.ed. Rio de Janeiro: Pod, 2023.

ZAMPRONHA, Sara Cristina de Carvalho. Direito à cidade para mulheres: Análise dos planos diretores do Distrito Federal. Em: PESCATORI, Carolina, ALIAGA, Maribel. **Entre Arquiteturas, Cidades e Feminismos: pesquisas do observatório amar é linha**. 1a.ed. Brasília, DF: LaSUS FAU, Editora Universidade de Brasília, 2022.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Transcrição das visitas a rodas de conversa

Roda de Conversa da Patrulha Maria da Penha realizada em 11 de agosto de 2023 às 15h no 17º BPM, Ilha do Governador, Rio de Janeiro

Me sinto um pouco ansiosa por ser meu primeiro contato com uma ação desse tipo, então não sei o que esperar. Cada vez mais mulheres chegam e o clima geral é de alegria entre quem já se conhece. A sala parece ser usada pra reuniões, é toda branca e as carteiras foram postas em roda voltadas pro fundo da sala onde tem uma mesa com computador e uma tela branca pro projetor. Tem uma música de fundo do Djavan e muitas risadas. Está um pouco frio por causa dos ventiladores, mas minhas mãos estão suadas. A reunião começa com uma enfermeira falando sobre os tipos de violência e percebo uma senhora de óculos escuros e vestido cinza, ela deve ter por volta de 50 anos e está chorando e discretamente limpando os olhos com um lenço.

Uma advogada faz uma apresentação sobre como denunciar a violência doméstica. Após a apresentação da advogada, uma psicóloga se apresenta e começa a falar sobre as consequências da violência. Em seguida ela começa a falar sobre a sua situação pessoal. Ela diz que como psicóloga nunca se imaginou passando por uma situação de violência. Ela conta como conheceu o ex-namorado numa praia aqui na ilha e como depois de alguns meses juntos ela percebeu algumas atitudes abusivas dele e terminou.

“Depois do término ele começou a me seguir por todo lugar tentando voltar. Eu não podia mais sair pra trabalhar que ele me seguia, teve uma vez que fui na praia correr e dei de cara com ele, primeiro ele chorou e tentou pedir pra voltar de novo mas quando eu falei que não queria ele segurou meu braço com força e começou a me ameaçar se eu não voltasse com ele. Teve um dia que eu fui no supermercado com a minha filha e lá dentro o aparelho começou a tocar e eu fiquei desesperada, não podia sair, entrei em pânico lá dentro imaginando ele do lado de fora do mercado. O segurança veio porque eu comecei a chorar e gritar e todo mundo ao redor sem saber o que tava acontecendo. Depois de alguns minutos o carro de polícia chegou, foi quando o barulho do alarme parou de tocar. Mesmo assim ainda fiquei um tempo sem conseguir sair de dentro do mercado.”

Depois de contar a experiência ela fala da importância de falar sobre o que passou e de procurar a ajuda da polícia e de outros profissionais da área de apoio às vítimas e que depois de muita terapia ela conseguiu sair de casa sem medo de novo.

Depois da fala da psicóloga foi feita uma encenação onde a major e o major demonstraram os tipos de violência, exceto a física, foi assustador e real. Eles encenam um casal com um parceiro

abusivo, brigam tentando mostrar cada uma das violências, até que no ápice quando ia acontecer a violência física eles param e finalizam a encenação. Ao final algumas mulheres batem palmas e enquanto isso a mulher cinzenta se vira tentando esconder o choro que se intensificou após a performance. Nesse momento em específico percebi como essa mulher se encolhia, enquanto outros batiam palmas. Percebi que ela já vinha tentando “se proteger” com os braços cruzados em frente ao corpo, a bolsa escondendo o colo e as pernas postas de forma a tentar “diminuir” o tamanho do seu corpo e se afundar na cadeira. Como uma criança tímida com os pés voltados pra dentro.

A reunião termina após um momento de conversa onde os policiais explicam o intuito das apresentações e da encenação que era conscientizar e demonstrar como a violência pode acontecer de várias maneiras. Após esse momento todos são convidados a comer os lanches disponíveis. Comi um pouco, peguei alguns lanches e vim pro banheiro me preparar pra ir embora e então encontrei a mulher cinzenta se olhando no espelho e secando os olhos. Ela me dá um pequeno sorriso antes de se virar pra sair.

Roda de Conversa “Direito das mulheres à cidade” realizada em 25 de novembro de 2023 às 16h no Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica, Centro, Rio de Janeiro

Cheguei no lugar da roda de conversa um pouco mais cedo porque está tendo uma exposição sobre cidade e mulher, a roda de conversa faz parte das atividades dessa exposição. Depois de olhar a exposição vou para a sala multiuso onde vai ser a roda de conversa, ainda é um pouco cedo, mas já têm algumas mulheres aguardando. Meu celular está quase descarregando e por isso coloco ele para carregar em um lugar onde eu consiga ver e vou me sentar.

O espaço é bem amplo e a decoração me dá uma sensação mais acolhedora, tem uma roda de cadeiras com um grande espaço central e alguns artesanatos em uma mesa atrás da roda. A grande maioria das pessoas presentes são mulheres, mas têm dois homens, um deles é pai e está com a sua filha.

A conversa começa com uma apresentação da exposição e das mulheres que vão falar, mas uma delas está atrasada. Uma educadora, uma arquiteta e urbanista, uma assistente social e uma consultora de gênero. A primeira a falar é uma mulher trans que fala sobre sua experiência com o preconceito de gênero na cidade e nos espaços de trabalho, ela fala sobre as dificuldades das mulheres trans em serem vistas como mulheres e em conseguir empregos, e que por esse

motivo tantas mulheres trans precisam recorrer para a prostituição. Uma mulher negra, educadora e escritora, fala sobre como a supremacia racial, de gênero ou com pessoas com deficiência é presente na população brasileira.

“a mulher é ensinada nos templos religiosos a ser submissa, e essa submissão acaba internalizando nessa pessoa que a violência cometida sobre ela é natural porque aquela pessoa tá acima dela”. – fala da educadora.

Enquanto acontecem as falas duas mulheres revezam fazendo uma interpretação em libras. As falas seguem de forma tranquila e a sensação que eu tenho é de união, todos concordam com as falas gerando uma harmonia no ambiente.

Depois da educadora a terceira convidada faz uma leitura do seu livro que ela escreveu por conta da morte da sua prima que foi atropelada por um trem da supervia.

“não há possibilidade de imaginar democracia desvinculada de liberdade.” – fala da assistente social

A última convidada chega enquanto acontece a fala da educadora e o momento das falas é finalizado com ela. Ela fala sobre a cidade ser um espaço masculino. Um dos homens que está na roda comenta sobre andar de bicicleta com a filha dele e fala que vai a esses eventos pra aprender a criar melhor a filha pro mundo. A arquiteta responde falando sobre a bicicleta ser um transporte inicialmente masculino e como todas as limitações das mulheres são construídas socialmente.

“As escolas decidem que não teremos livros de mulheres, isso é construído socialmente. As pessoas ou não querem ver ou são varridas, dragadas pra invisibilizar mulheres. Aí toda mulher que questiona isso: ih é mimizenta, ih fulana é bélica. eu adoro ser preta bélica, eu tenho esse apelido e acho o máximo. porque toda mulher que se insurge, que incomoda a partir de sua fala graças aos deuses e aos orixás é uma mulher que tá viva.” – Arquiteta e urbanista

Após as falas é aberto um espaço pra perguntas e umas das falas me chama a atenção. Uma das mulheres fala sobre ter sofrido violência psicológica pelo ex, ela narra como foi difícil e que precisou ser internada por conta disso. Eu não esperava que acontecesse alguma narrativa nessa visita em específico e por isso não consigo anotar totalmente sua fala.

“Hoje em dia eu tenho medo de andar na rua a noite, principalmente perto da estação lá de casa. Tem uma rua perto da estação que é muito perigosa, escura, eu sempre evito passar por ela.” – Grafiteira

Ela fala que antes de sofrer violência não tinha tanto medo de andar sozinha, mas que ficou com medo de encontrar seu ex depois do que aconteceu. A estação próxima da casa dela que fica na baixada fluminense é muito vazia e por isso ela tem medo de voltar sozinha a noite.

Após mais algumas perguntas e trocas a reunião acaba. Como estávamos no centro e já era tarde as participantes foram perguntando quem ia para onde para que pudéssemos ir em grupo e acompanhadas, assim fui andando com algumas das participantes do local da reunião até a central.

Roda de Conversa “Violência Doméstica: precisamos meter a colher” realizada em 06 de maio de 2024 às 14h no Tribunal Regional do Trabalho/RJ, Centro, Rio de Janeiro

Assim que cheguei no TRT percebi que essa reunião seria bem diferente das outras. Por ser um órgão institucional o acesso é controlado por seguranças e tem toda uma logística pra entrar. Cheguei na sala e me deparei com um auditório enorme, dezenas de cadeiras enfileiradas, a maioria vazia, e um palco lá na frente com algumas poltronas e equipamentos de gravação.

Quando a roda de conversa começou percebi que parecia mais um debate em que assistimos as mulheres presentes falarem no palco, uma desembargadora, uma policial, uma defensora pública e uma delegada. Elas falaram sobre tipo de violência, sobre como denunciar e os atendimentos que faziam as vítimas. Teve um coffee break e após mais uma rodada, dessa vez com duas psicólogas e uma assistente social do TRT que foram falar sobre como acolher vítimas de violência doméstica. Após cada uma dessas rodadas de palestras teve um tempo para perguntas, mas nenhuma que fosse importante transcrever. Senti que o ambiente e a configuração não foram feitos exatamente com o intuito de escutar mulheres mas sim de conscientizar outras pessoas sobre a violência.

Grupo Reflexivo do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM-SSA) realizada em 28 de novembro de 2024 às 13h30 na sede do CRM-SSA, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro

Cheguei um pouco atrasada, uns 15 minutos depois de começar. Estava até mais cheio do que eu imaginava, todas as mulheres estavam sentadas em uma roda. Assim que eu sentei senti a diferença entre esse ambiente e as demais rodas de conversa que fui. Apesar de ter chegado

atrasada ainda estavam no início por conta dos minutos de tolerância no início da reunião. Me sentei em uma cadeira vazia e logo fomos convidadas a nos apresentar pelas organizadoras do grupo reflexivo. Tinham quatro mulheres que haviam passado por violência, e três, incluindo eu, que foram apenas participar do grupo reflexivo e quatro organizadoras. A conversa começou com uma música da Liniker. Foram passados papéis com uma parte da letra da música para cada uma de nós e escutamos juntas enquanto líamos a letra. Como o tema da conversa foi “Resgate da criança interior”, após ouvirmos a música juntas fomos convidadas a falar sobre o que era ser criança para nós e como foi nossa infância. Em um momento nos foi perguntado o que gostaríamos de ter hoje em dia que tínhamos quando éramos crianças e uma das interlocutoras falou que gostaria de “ser feliz”, que sentia falta disso na vida dela e como a vida era melhor quando ela podia subir nas mangueiras pra pegar manga.

Uma das interlocutoras falou que quando ela era criança ela não aceitava algumas coisas que ela acabou aceitando do marido que cometeu violência com ela.

Escrevemos uma carta para nossas crianças interiores e todas foram convidadas a ler, caso se sentissem confortáveis.

Fomos convidadas a desenhar algo que nos remetesse à conversa que havia sido elaborada e todas desenhamos juntas na mesma folha.

Ao final tiveram duas ações, uma aula de yoga e uma sessão de auriculoterapia para quem quisesse participar, além de um lanche livre.

Nos despedimos, e saí de lá com energia renovada. Na saída, como era a primeira vez que eu fui ao lugar do grupo, acompanhei duas das participantes até o ponto de ônibus e conforme fomos andando as duas começaram a conversar sobre as suas experiências. Elas trocaram sobre as violências sofridas, uma delas mais falante que a outra fazia perguntas à outra. *“Seu marido já te bateu de tirar sangue? Porque o meu batia.”* A outra mulher falou que o marido dela nunca chegou a bater nela, mas cometia outras violências contra ela principalmente psicológicas, era agressivo verbalmente e a controlava. Ela parecia mais centrada que a outra e também disse que nunca sentiu medo de encontrar seu ex na rua por acaso.

“Hoje em dia eu não vou em alguns lugares que eu ia com ele. Até falo com o nosso círculo social às vezes mas tenho medo de estarem sendo falsos, ou de falarem pra ele alguma coisa de mim.” Acompanhei de perto a conversa delas, porém sem interferir ou dar minha opinião. Quando chegamos ao ponto de ônibus perguntei se elas aceitariam dar uma entrevista e expliquei por alto a minha pesquisa, elas concordaram então peguei seus contatos e fui pegar meu ônibus.

**Grupo Reflexivo do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM-SSA)
realizada em 13 de março de 2025 às 14h na sede do CRM-SSA, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro**

Começamos a reunião com a música “respeita as minas” da Kell Smith e falamos sobre essas violências no cotidiano. Uma das mulheres falou de quando ela trabalhou com um chefe assediador, ela era adolescente e seu ex-chefe assediava as outras meninas, e por isso ela se demitiu. Também foi falado de situações de assédio no ônibus depois dessa fala da interlocutora por conta de situações de assédio em que homens encostam propositalmente quando vão passar por alguma mulher. Estava um ambiente acolhedor, metade das luzes apagadas por conta do datashow e o ar condicionado ligado em uma temperatura agradável. Após essa discussão sobre assédio a partir da música que escutamos as organizadoras começaram a passar um slide apresentando os tipos de violência e explicando do que se tratam. Durante a conversa as mulheres foram falando sobre suas experiências e a todo momento a psicóloga e a assistente social direcionavam para o assunto para que não ficasse tão pesado. Enquanto era discutido o tema dos tipos de violência duas das mulheres falaram sobre as violências sofridas pelos seus filhos e então percebi em como eu estava focada demais nas relações românticas e esquecendo que as violências domésticas podem vir de qualquer pessoa próxima, não só do companheiro ou companheira.

“Antes eu não sabia que algumas coisas eram violência, tipo quando meu ex tentava deitar comigo e eu não queria, mas mesmo assim ele insistia e eu deixava porque achava que era uma obrigação minha como esposa satisfazer ele. Mas o pior de tudo é meus filhos virarem as costas pra mim, minha filha por exemplo nem olha na minha cara direito, eu não quis falar pra ela as coisas que aconteceram pra proteger ela e por isso ela não sabe o que eu tive que passar.”

“Esses dias eu encontrei meu filho na rua e continuei andando pra não ter que falar com ele, mas ele me viu e começou a me xingar querendo que eu abandone o processo, disse que eu não ia ganhar, ia virar mendiga, e eu quase não saio de casa, achei que não ia ver ele tão cedo.”

A interlocutora fez um relato muito sensível e tocante e no meio da fala começou a ficar nervosa e chorar, demonstrando como é recente o trauma que sofreu. Uma das profissionais do CRM levantou e foi buscar água pra ela, aos poucos ela foi se acalmando com a ajuda das falas da psicóloga. Depois que ela falou sobre a agressividade do filho a outra interlocutora que estava presente falou que o filho roubou o celular dela, sumiu e depois de muito tempo apareceu mas ela impôs os limites dela e não se deixou abalar, pensei em como ela parecia alegre comparando com a última vez que a vi na reunião de novembro quando ela disse “eu só queria ser feliz”.

Assim como toda reunião fechamos tirando uma foto em conjunto, sem aparecer os rostos e nos despedimos.

Grupo Reflexivo do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM-SSA) realizada em 03 de abril de 2025 às 14h na sede do CRM-SSA, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro

Cheguei uns 10 minutos atrasada e as participantes já estavam todas sentadas em roda. Hoje o tema do grupo reflexivo foi “O direito de dizer não”, que foi proposto na reunião anterior. Assim que cheguei percebi que nenhuma das mulheres atendidas pelo CRM estava lá, todas eram jovens novas que foram para participar por terem recebido o aviso da UFRJ por e-mail. No geral foi um bom debate, com várias colocações e ideias importantes das jovens que participaram sobre a dificuldade que mulheres têm em dizer não. Segui na roda de conversa mas não me preocupei em fazer anotações, já que as participantes não se tratavam do público alvo da pesquisa.

Grupo Reflexivo do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM-SSA) realizada em 08 de maio de 2025 às 14h na sede do CRM-SSA, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro

Essa reunião teve como tema “O medo de errar”, sugerido na primeira reunião do ano. As organizadoras começaram com um vídeo de uma youtuber que falava sobre a ideia da “mulher maravilha”. No vídeo ela falava sobre a expectativa da sociedade de que as mulheres sejam perfeitas, cuidem da casa de si mesmas, dos filhos e questiona se esse é realmente um papel que as mulheres querem para si e de onde vem essa ideia.

“Quando falamos de cultural, social, é porque estamos nesse equilíbrio. As mulheres não são machistas. Elas vão reproduzir o machismo.” – psicóloga

A conversa foi sobre as expectativas da sociedade em relação a mulheres e as diferenças de tratamento entre homens e mulheres quando erram. Não tiveram narrativas sobre a cidade durante a conversa. Foi falado sobre a falta de acolhimento e o julgamento que acontece com mulheres que erram, e em relação a mães como a culpa sempre recai sobre elas mesmo que o pai seja presente.

“Ah, o Neymar por exemplo. Sempre que falam dele é “o menino Ney”. Porque, afinal de contas, ele precisa ser salvo. E é sobre isso que ela está falando. Quantas vezes, por exemplo, ele cometeu um erro? Ele comete um erro e é perdoado. Ele cometeu outro erro e é perdoado. Agora, se fosse uma mulher fazendo a mesma coisa, ela seria apedrejada na Internet.”

“Essa história do bar me fez lembrar de uma situação que passei em um vestiário na academia. As mulheres que estavam tomando banho depois da piscina, e uma senhora disse assim: minha filha veio comigo. Aí ela disse assim uma menina linda, mas ela é muito assediada. Então ela começou a descrever que ela era linda, ela usava muito short curto, depois as outras mulheres falaram: ah, ela é assediada porque usa short.”

Depois da conversa as organizadoras nos convidaram pra uma dinâmica. Cada uma recebeu dois papéis e teve que escrever um erro em cada um. Depois de escrevermos todos os papéis foram colocados em uma caixa e escolhemos um de cada vez. A ideia era dar um conselho, ou uma palavra de acolhimento ao erro escrito naquele bilhete como se fosse a uma pessoa próxima ou a nós mesmas.

O primeiro bilhete que peguei dizia: quando insisti em ficar achando que pessoas mudariam. E mesmo sendo anônimo, de alguma forma me pareceu que esse erro vinha da *Serena*.

Apêndice 2 - Roteiro da oficina

- 1. Se apresentar e apresentar a pesquisa em andamento;**
- 2. Distribuir o termo de consentimento da plataforma brasil;**
- 3. Explicar a oficina;**

- Essa oficina será feita em três etapas. A primeira será uma roda de conversa sobre o direito à cidade e a experiência feminina nos espaços públicos, a segunda será uma oficina de colagem onde faremos colagens com o tema "O que é cidade para você?" partindo das trocas da nossa conversa anterior e a terceira será uma conversa mais rápida onde convidaremos cada uma das participantes a falar sobre sua colagem explicando o que ela representa. Ao final teremos um pequeno café coletivo.

- 4. Iniciar a roda de conversa explicando o que é direito à cidade e incentivar as participantes a falarem com as perguntas pré-definidas;**

- Perguntas para a roda de conversa:

- Você se sente insegura nos seus deslocamentos?
- Você já deixou de ir em algum lugar por medo do que pode acontecer no caminho?
- Qual o trajeto que você mais faz na rua?
- O que você acha que faria você se sentir mais segura nos seus deslocamentos?
- Como é seu lazer?

- 5. Iniciar a parte da oficina de colagens explicando o que são colagens;**

- Colagem é uma técnica artística que usa diversos materiais para fazer uma composição visual. As colagens transmitem mensagens ou ideias e são muito valorizadas pela capacidade de combinar elementos de forma inesperada, desafiar normas artísticas e estimular a criatividade.

- A ideia aqui é utilizar essas colagens como uma forma de expor a visão das participantes sobre a cidade que vivem de uma forma leve e criativa.

- 6. Finalizar a oficina e iniciar a etapa final da atividade;**
- 7. Na etapa final nos sentaremos em roda novamente e cada uma das participantes será convidada a falar sobre a sua colagem;**
- 8. Finalizaremos a oficina e todas serão convidadas ao café coletivo.**

Apêndice 3 - Transcrição da oficina

-Meninas, bom dia novamente. (*Nátaly Carvalho*)

-Bom dia. (*Resposta coletiva*)

-Eu me chamo Nátaly, essa é minha amiga Lia, e a minha amiga Giselle. Eu sou pesquisadora, sou mestranda da UFRJ. E eu vou começar explicando pra vocês qual é o intuito dessa atividade, dessa oficina. Eu faço a minha pesquisa sobre a relação de mulheres que sofreram violência doméstica, como que elas interagem com a cidade. Eu sou arquiteta e urbanista, e pesquisadora. Minhas amigas também são arquitetas e pesquisadoras. Elas estão aqui pra poder me auxiliar com vocês. A ideia de fazer essa oficina surgiu por ser um tema muito sensível. A gente não queria entrar de fato no tema da violência. Esse tema tem muitas questões que podem trazer eventos traumáticos e tudo mais, então a gente queria falar sobre essa relação com a cidade mesmo. Por onde que mulheres que sofreram violência doméstica caminham, onde que elas vão, onde que elas não vão. Pra entender como que a gente pode, talvez, ajudar a melhorar as políticas públicas relacionadas a isso. Então eu tenho aqui um termo, que é uma obrigatoriedade minha, de passar pra vocês. Pra vocês confirmarem que entenderam o que se trata. A gente não vai entrar em momento algum diretamente no tema da violência. É justamente só nessa relação com a cidade, com as ruas, com espaços públicos, praças. Mas de qualquer forma eu tenho, é claro, que passar pra vocês. Eu não sei o que que já foi falado, mas essa oficina vai ser gravada em áudio. Não tem nenhuma imagem. E esse áudio é só mesmo pra que eu possa, depois dessa atividade, voltar a ele pra poder ouvir e entender. Até porque agora não tem como a gente aplicar, conversar. Eu anotar tudo ao mesmo tempo. Então só por isso que ela vai ser gravada. A minha amiga Giselle vai estar aqui registrando por meio de desenhos. A gente não usa imagens como fotos. Ela vai desenhar, fazer croquis, enquanto a gente aplica a oficina. E aí eu tenho aqui esses termos que eu vou passar pra vocês. Se vocês quiserem tirar um tempo pra ler, fiquem à vontade, tá bem? Eu acho que eu vou explicar logo como que vai ser uma tabela, o que vai ser melhor. A ideia é que a gente faça como uma roda de conversa. A gente vai começar com essa roda de conversa sobre direito à cidade, sobre essa relação que vocês têm com a cidade. E depois disso a gente vai partir pra oficina de colagem. A partir dessa conversa sobre a relação com a cidade, a gente vai entender o que vocês entendem sobre a cidade. Então é uma atividade criativa pra liberar mesmo as ideias de vocês, formar essas imagens, ser livres pra fazer da forma como acharem melhor. Inclusive tem lápis de cor pra as crianças também pra ajudar. Até porque a gente entende que muitas das vezes não tem com quem deixar, é claro. E depois disso a gente quer voltar pra essas colagens pra entender, a partir de vocês, porque que vocês fizeram nessa forma e como que ela faz sentido pra vocês. E no final a gente vai ter um lanche

coletivo, até porque a gente vai passar um bom tempo aqui. A previsão de término é às 11h30. A gente tinha passado já. E a ideia é, claro, que a gente faça uma conversa um pouco mais rápida já, que tem esse atraso, né? Pra gente, é claro, não atrasar vocês também. Outra coisa que eu queria deixar bem clara é que se a qualquer momento vocês não se sentirem confortáveis, quiserem sair, tiverem hora, não tem problema. *(Nátaly Carvalho)*

(Murmurinhos sobre o horário)

-A gente tem hora, 11 horas pra sair daqui pra buscar as crianças na escola.

-Então a gente vai dar um jeito pra fazer mais rápido, então não tem problema. *(Nátaly Carvalho)*
(Risadas)

-Eu vou passar as canetas também pra vocês. E, assim, é isso. Caso vocês a qualquer momento não se sintam confortáveis, ou tenham compromisso, ou precisem deixar a oficina, não tem problema. Vocês podem só avisar a gente, tá tudo certo, tá? E aí, nesse termo, eu peço que vocês coloquem, por favor, a assinatura de vocês e o nome. *(Nátaly Carvalho)*

-É pra colocar o nome e assinar? *(Interlocutora)*

-Isso nome e assinatura, aqui na folha de trás. *(Nátaly Carvalho)*

-Aqui? *(Interlocutora)*

(Choro de bebê)

-Isso, tem um lugar aí, o nome da participante, assina aqui. Eu queria pedir pra vocês, por favor, uma informação que na verdade me veio agora, se vocês puderem só colocar a idade. Pra gente ter uma referência. Isso pode ser do lado do nome. *(Nátaly Carvalho)*

-Alguém que já ouviu falar sobre direito à cidade? *(Nátaly Carvalho)*

(Negativa das interlocutoras)

-Direito à cidade é o conceito, é o tema que fala sobre todas as pessoas de todas as classes, de todos os gêneros sejam elas que tenham problemas de locomoção ou não terem o direito de usufruir da cidade da mesma forma. E a gente sabe que na prática isso não acontece. A minha ideia aqui com essa pesquisa, assim, eu acho que é melhor contextualizar. A minha mãe é uma mulher que sofreu violência doméstica. E eu comecei a pesquisar esse tema justamente por eu ver como que em alguns espaços ela tinha dificuldade de ir por conta desse trauma que ela sofreu. *(Tosse)* Eu to com sinusite, tá? Não é resfriado, só pra avisar vocês. E me preocupa muito como que é essa fruição das mulheres pela cidade como que... Por onde que elas andam. E a ideia justamente é pesquisar isso. A gente precisa entender como que funciona, porque se nós mulheres, no geral, já temos dificuldade de andar por determinados lugares muitas vezes a gente vai a um lugar, mas volta mais cedo ou então tenta pagar um pouco mais caro por conta do medo mesmo de andar pela cidade. Então, eu percebi como que pra mulheres que sofreram violência doméstica isso pode ser super agravante. Então, isso é uma coisa que faz as mulheres

perderem o direito à cidade. Que é esse direito à mobilidade, é o direito à liberdade de expressão é o direito de ir e voltar justamente a hora que ela quiser da forma que ela quiser, com a roupa que ela quiser. E aí, assim, a gente obviamente percebe como que isso é diferente devido à classe social devido à rede de apoio. E eu tô aqui justamente pra conversar com vocês sobre isso e pra entender como que isso funciona. Alguma de vocês já sentiu medo de andar, de ir em algum lugar durante os seus trajetos, enfim, pela cidade?

-Todo mundo já sentiu, né. (*Afirmativa e concordância geral*)

-Sentiu não, sente até hoje.

-E agora é pior.

-Eu não tinha medo de andar na rua muito tarde uns anos atrás. Hoje em dia eu se eu for eu vou com uma pedra no bolso.

-Eu também, antigamente eu não tinha medo de nada. Encarava o mundo assim, hoje em dia falam assim: agora vamos curtir, desculpa não dá.

-A gente sai durante o dia, mesmo assim, com medo também.

-Não é que cada coisa que acontece.

-Às vezes eu acho que não mais devia andar a noite, que a noite é pior.

-Eu, por exemplo, muitas vezes já mudei em alguns trajetos meus eu não passo por alguns lugares eu tô faltando medo do que vai acontecer. Eu queria, assim, ouvir de vocês se vocês puderem falar e aí falar o nome também primeiro qual o trajeto que vocês mais fazem na rua? Por onde, pra onde vocês mais vão? Não sei, eu vou até o mercado, volto ou então eu vou até a creche buscar. (*Nátaly Carvalho*)

-Meu nome é *Cervejeira*, meu trajeto é de manhã acordo cedo e levo meus filhos pra escola. Às vezes a minha mãe leva pra mim. Mas eu levo aí 11 horas eu volto e busco. E a rotina é diariamente porque se chama de segunda a sexta. Quando a gente tem filho, então vira o que, uma rotina.

-Mais alguém?

-Fala gente! (*voluntária da AMAC*)

-O meu é *Naturalista* e os trajetos que eu mais faço é ir no posto vacinar as crianças e vir pra minha mãe. No caso eu saía de casa e vinha pra cá, né? E agora eu to morando aqui. No caso nem vou precisar mais vir.

-Alguém já deixou de fazer alguma atividade de lazer por conta desse medo que pode acontecer na rua?

-Ah, eu não.

-Eu tava caminhando com a minha irmã, a gente ia todo dia de manhã, fazia assim deixava as crianças na escola, depois ia caminhar. Aí a gente passou a perceber todo dia a mesma pessoa

no mesmo lugar. Aí ele começou a mexer. Aí a gente com medo paramos de ir, porque ele mexia, mas quando aparecia alguém ele sumia do nada. Tipo assim, eu corria na frente, eu entrava em alguma rua. Então a gente paramos de fazer aquele trajeto e depois paramos até de ir porque passou a ser muito presente. Ele tá sempre naqueles locais que a gente tava. Aí eu falei, não ele está seguindo a gente todo dia, todo dia. E quando aproximava um grupo mais de pessoas ali, ele sumia do nada. Aí depois ficava só eu e ela de novo, ele sempre aparecia.

-Uma pessoa que vocês nunca viram né? (*Nátaly Carvalho*)

-A gente via assim, quando a gente começou a caminhar com o tempo, a gente passou a ver ele. Mas em todos os lugares que a gente estava, ele estava também. Todo dia de manhã a minha irmã ela vinha me buscar, a gente seguia a rua reta e saía lá no Pilar. Quando chegava no meio do caminho, ele aparecia. E às vezes lá pra dentro de São Bento, que é outro caminho, ao contrário, ele também estava lá.

-Então, foi uma pessoa que surgiu assim do nada e começou a andar como se estivesse seguindo vocês. E aí, por conta disso, vocês começaram a mudar seus trajetos, não saem mais.

-É que não fomos mais, porque toda vez a gente encontrava com ele.

-Infelizmente, essas histórias são mais comuns do que a gente gostaria que fosse. Mesmo mulheres que nunca passaram por uma situação traumática, elas sentem medo de andar na rua. Eu vou me colocar obviamente aqui como mulher, que apesar de já ter presenciado, eu nunca passei por uma situação desse tipo. Eu tenho medo de sair e voltar muito tarde. É uma coisa que afeta muito a nossa rotina. Um lugar para onde a gente ia, que às vezes deixa de ir por conta disso.

-Meu nome é *Protetora*, às vezes nem é só pelo trajeto da gente. Assim, tipo no transporte público. Meio que ninguém sofreu, mas eu presenciei um homem no trem. Todo mundo sabe que o trem de manhã é igual sardinha em lata. Todo mundo espremido. Um homem de manhã se masturbando atrás da mulher (*palma*). E eu em pé do lado. Era tipo assim se você tirou o pé, você perde o lugar. E eu em pé do lado da mulher. A minha reação foi tão inusitado, porque tá indo pra trabalhar cansado, exaustivo. Todo mundo indo trabalhar, aquele negócio todo. E você vê o negócio dele e nem sei qual é o sentido. Eu consegui avisar ela e ela mudar o que ela estava fazendo. Quando chegou na central, que eu fui perto dela, aí eu falei o rapaz estava atrás de você, se masturbando atrás de você. Então eu consegui avisar ela. Mas eu já tinha saído do trem.

-Não tinha nenhum homem perto pra dar um soco na cara dele?

-Não tinha. Não tem como ficar no horário, só tinha ele ali do lado. Tinha mais mulher. O cara foi do lado. E eu do lado vendo tudo isso... Olha, a vontade é de dá um murro no cara. Mas a gente fica sem reação. A gente que é mulher fica sem reação. Porque a gente não espera ver.

De manhã, logo no horário de pico, gente... É até um... sei lá. Por isso que hoje em dia, a maioria dos trens tem aquela divisão.

-E eles nem respeita.

-É mulher, mesmo assim, não tem... não respeita. Não tem mais essa ideia de respeito.

-A população não respeita mesmo.

-Eles não têm nenhum respeito, eles entram assim mesmo.

-E tem as vezes pessoas que veem situações como essa e acabam criando um psicológico, nem vai trabalhar, não sai de dentro de casa.

-Um dos maiores medos para mulheres, e isso é uma coisa que é comprovada, claro, nos seus caminhos trajetos pela rua, é de sofrer assédio. E assim, infelizmente, isso é uma coisa muito normalizada na sociedade que a gente vive. *(Nátaly Carvalho)*

-Parece que tá aumentando.

-Muita coisa. O que a gente mais vê no jornal é isso.

-Assim, ao mesmo tempo que alguns discursos, tanto em questão de política, quanto de homens que têm muita influência, eles acabam incentivando essas coisas a acontecerem, também tem uma questão muito de conhecimento de nós mulheres, a partir de algumas, principalmente, atividades sociais de ONGs, de políticas públicas, entendermos do que se trata mesmo a violência, que ela não é só física, que ela não é só violência sexual, ela também é, e na maioria das vezes, assédio e violência psicológica. Então, a gente entender e dar nome, entender que realmente não é uma coisa que é só visível à violência, ela também pode ser interna, pode ser só, tipo, nós sentimos, e está no nosso psicológico a gente entender o trauma, ajuda muito também a aumentar essas notificações. Que é a coisa mais importante, da gente falar cada vez mais, assim como você fez, falar para ela o que estava acontecendo, pra gente não deixar essas coisas passarem e normalizar isso, porque nenhum direito que mulheres conseguiram foram dados, todos os direitos foram conquistados. Então, assim, acho que essa é a coisa mais importante, a gente conversar, a gente falar, a gente ver algo acontecendo, grita, fala, faz um barraco mesmo, porque isso, com o tempo, pode ajudar a inibir algumas dessas situações, mesmo que não resolva totalmente, porque é uma coisa muito mais complexa, mas ajuda muito. O que vocês acham que faria vocês se sentirem mais seguras, nos seus deslocamentos, andando pela cidade? Vocês já pensaram nisso? *(Nátaly Carvalho)*

-É quase impossível, né. Como tu falou, a maioria dos direitos foi conseguido, não foi dado, foi conquistado. É muito difícil.

-Eu acredito que o respeito, porque mesmo nos órgãos públicos, a gente não somos respeitadas, né? Você vê uma mulher que sofre violência doméstica, ela vai na delegacia, faz alguma coisa, nem sempre ela é amparada, né? Chega lá ela tem que ouvir das pessoas que estão lá pra ouvir

ela que deveriam acolher, tem que ouvir gracinha, porque eu já presenciei já com pessoas que chegou lá, vai denunciar agora pra quê? Depois tu volta, vai voltar. Eles não deveriam falar isso, deveriam acolher a base tinha que ser o acolhimento. Uma falta de respeito, acho que é a maior parte. Se tivesse tido respeito, você conseguiria ter uma igualdade.

-E vocês concordam com isso? Têm mais alguma coisa que acham importante? *(Nátaly Carvalho)*
(Silêncio e negativas)

-Essa questão do respeito dos órgãos públicos, de ter o seu trauma minimizado por eles, é também uma questão de violência. É uma violência institucional. É você revitimizar quem já passou por uma situação traumática, né? E é uma coisa que a gente precisa combater como qualquer outro tipo de violência, essa violência institucional. E, infelizmente, é muito comum no centro de saúde, nas delegacias, principalmente que as delegacias são lugares muito mais frequentados por homens do que por mulheres, né?

-Já vi casos no tribunal da mulher tipo ir pra delegacia machucada mesmo, e realmente eles fazem pouco caso. E é uma burocracia danada, aí tu ainda, no mínimo, ganha uma medida protetiva. Muitas das vezes o cara nem respeita, né? Aí é totalmente horrível porque imagina, tu tomar uma coça...

-É meu ex me bateu aí eu fui na delegacia e eles falaram tem que fazer um corpo de delito. Eu tinha que prestar queixa mas deixei pra lá, não ia dar em nada mesmo. E eles falam ah tu ainda vai voltar com ele, pra que tu tá dando parte?

-Assim, a nossa ideia é partir agora pra essa oficina de colagem, pra vocês colocarem pra fora o que vocês estão sentindo, o que vocês entendem como a cidade, qual é a cidade que vocês vivem. Porque, é claro, uma pessoa que mora aqui em Duques de Caxias, dificilmente iria, talvez pra algum momento de lazer, no Rio de Janeiro, por exemplo. Inclusive, eu não sei, qual é o lazer de vocês? O que vocês fazem? Vocês têm alguma coisa que vocês fazem? *(Nátaly Carvalho)*
(Momento de silêncio geral)

-A piscina, a pracinha. O tempo está frio, né, mas agora mesmo que está voltando o sol, sempre que a gente pode a gente pega as criança e vai.

-Mas é que tá tudo tão violento que a gente prefere ficar dentro de casa. Quer dizer, uma boa parte aqui, não sei. Tipo assim, a gente volta, tava falando até com as meninas, onde eu morava ali no morro Garibaldi, era um lugar que a gente podia sentar no meio da rua e ficar a noite toda, ver o dia clarear, e hoje em dia não pode mais.

(Murmúrios em concordância)

-Porque o lugar está ficando tão violento. Tem horário pra chegar, tem horário pra sair. Hoje em dia, acho que a maioria de nós, eu sou mãe agora, né? Então, eu fico mais em casa, porque o jeito que o mundo está, a gente liga a televisão só vê tragédia, só vê coisa triste, a gente prefere

ficar mais dentro de casa. Vou na casa do meu irmão, a gente curte mas dentro de casa. Antigamente é assim, não, vamos pra praça, vamos pro shopping, vamos pra um bar, que eles gostam de beber, aí vamos ficar ali naquele momento ali, aquele momento de lazer, aquela alegria, hoje em dia é muito difícil, a gente compra, mas vai ficar dentro de casa.

-Hoje em dia o lazer é dentro de casa.

-Ouve música, ouve tudo, mas dentro de casa. Ainda está sendo nas nossas vidas o lugar mais seguro que a gente tem. Porque senão daqui a pouco nem as nossas próprias casas vão ter segurança, entendeu? Então, hoje em dia é mais dentro de casa mesmo. Ainda mais pra quem tem filho, é o tempo que não pode, é o horário, ter que reorganizar sua vida toda, por causa disso, entendeu? Então, a maioria tem outro lazer que a gente faz. Porque está tão perigoso que não dá mais pra ficar pelas ruas até tantas horas.

-Realmente, a bíblia fala né que é o amor que a gente criamos, mas o mundo tá tão tenebroso que as pessoas não têm mais aquele amor, aquele afeto, ah, vou chamar um vizinho, vamos sentar na porta do outro.

-Tem medo, né

-Não tem nada. O medo tá tão entranhado na gente que a gente não consegue mais ficar na rua. A gente tenta criar nossos filhos assim, hoje em dia não dá mais. Fazer a mesma coisa que os nossos pais fazia com a gente fazer com eles? A gente acaba prendendo dentro de casa, acaba aprendendo outras coisas. Aquelas brincadeiras que a gente fazia quando era criança, pique-pega, pique-esconde, pique-bandeira, queimada e tudo, as crianças de hoje em dia não fazem mais.

-A gente vai começar a oficina de colagem então. Eu queria agradecer quem falou, quem não falou também, que está aqui participando. Como eu falei já, eu acho que o mais importante para nós mulheres é encontrar esses espaços onde a gente possa ser escutado, onde a gente possa ter esse respeito, essa escuta ativa, porque uma coisa importante, eu não sei se vocês têm, todas têm atendimento psicológico, se já passaram, mas uma das coisas mais importantes da terapia é você falar, porque quando a gente fala, a gente consegue entender de fato o que está acontecendo dentro da nossa cabeça. Então, por isso que esses espaços de atendimento psicológico são muito importantes. A gente tem algumas instituições que oferecem gratuitamente, é claro que existe burocracia como em todo lugar, mas a gente lutar por esses direitos também é uma coisa muito importante. *(Nátaly Carvalho)*

-Às vezes é falta de informação também, a gente tem vontade, mas não sabe nem onde que vai para recorrer, para começar o processo.

- Para não atrasar muito também, a gente vai começar a montar agora a mesa com os materiais para a oficina de colagem.

-Explica que a oficina é pras mães, não é pras crianças não hein. (*Voluntária da AMAC*)

-Isso, a oficina é pra vocês, mães, mulheres. A gente tem um lápis de cor que vai dar para as crianças também para ajudar a entreter elas também. Mas a ideia é que vocês, assim, a colagem é uma espécie de técnica que a gente usa para fazer uma composição visual de algo que a gente queira. De algo que a gente queira passar. Então, nós trouxemos papéis, revistas para recorte, tesouras, e o tema da oficina de colagem é “O que é a cidade para você?” Então, é isso que a gente quer de vocês, quer que vocês coloquem no papel, quer que vocês exercitem a criatividade de vocês, que inclusive quando a gente vira adulto, é uma coisa que a gente não faz mais com frequência, exercitar a nossa criatividade. Então, a gente tem papéis diferentes, se vocês quiserem alguma ideia, ajuda, enfim, tiverem alguma dúvida, sintam-se à vontade para falar também. (*Nátaly Carvalho*)

(*Pausa para organização dos materiais*)

-Mãe, como eu vou pintar? (*Criança falando*)

(*Começa o processo da colagem*)

-E eu só queria lembrar que depois a gente vai sentar pra falar sobre a colagem que vocês fizeram, tá bem? Então é, o que que isso que vocês colocaram no papel representa pra vocês? Pra gente poder entender também porque, assim como uma fotografia, a colagem é uma espécie de arte que ela fala alguma coisa que só a pessoa que fez entende. Então pra gente poder entender, a gente precisa que vocês expliquem. Eu vou fazer uma colagem também. (*Nátaly Carvalho*)

-Aqui mãe a gente (*risadas*). A gente tá na reunião, isso aí.

-A gente tamo na cidade ué, pode ser da gente também.

-A gente pode recortar alguns elementos da revista, por exemplo, às vezes a gente acha uma foto ou então uma palavra que faz sentido a gente colocá-la, e aí é mais pra servir de inspiração, assim, porque a gente recorta algumas imagens, vai colando, ou se a gente quiser fazer forma também, então os papéis pra colar ou com a canetinha, e aí aqui tem tesoura se alguém quiser.

(*Lia Bahia*)

-Fez um pouquinho mais de sentido? (*Nátaly Carvalho*)

-Eu não entendi nada.

-A ideia é que, assim, vocês folheiem essas revistas que a gente trouxe, usem também esses papéis coloridos, se vocês quiserem. Ela só precisa fazer sentido pra você, e, é claro, depois a gente quer que você explique pra gente porque que ela faz sentido pra você. (*Nátaly Carvalho*)

-Ah, não quero falar pra todo mundo ouvir.

-Não, não dá não...

-Mas, assim, se vocês verem uma imagem que pra vocês ajude a representar o que é a cidade pra vocês, ou até uma palavra, vocês podem também pegar as canetinhas e pintarem, a gente trouxe flores também, e aí vocês recortam, usam as colas, as canetinhas, os papéis, pra colar e fazer uma montagem, né, vários recortes do que a cidade significa pra vocês. Porque assim, a cidade é diferente pra cada uma das pessoas que vivem, né? A cidade, pra algumas pessoas, é só a praça que elas vão, pra outras, é o ônibus que elas pegam até o trabalho. A cidade pode ser conflito, a cidade pode ser cuidado, a cidade pode ser muitas coisas, e a gente quer entender. *(Nátaly Carvalho)*

-Acho que ajuda às vezes a gente encontrar alguma imagem, porque às vezes a gente tem dificuldade de desenhar, de representar no papel, e aí a gente vai usando essas várias imagens pra poder ilustrar aquilo que a cidade representa. *(Lia Bahia)*

-Tem outras revistas também, tá, não precisa ficar só presa em uma, pode pegar outra, tá? Tem papel branco, na verdade, você pode até pegar papel colorido também, não precisa ser o fundo branco, inclusive, é muito legal, talvez, pegar um branco vermelho, colocar um amarelo na frente, coloca uma imagem, uma palavra que vocês recortaram, até uma palavra escrita também. *(Nátaly Carvalho)*

-Pode ser só uma imagem e uma palavra, ou tem que ser um montão de coisa?

-Pode ser da forma que fizer mais sentido pra vocês. E aí você pega esses recortes, essas palavras, pra fazer de uma forma artística, em resposta à pergunta “O que é a cidade pra você?” *(Nátaly Carvalho)*

-Vai, mãe, essa foto aqui. Aqui, ó, a família.

-Meninas, vocês podem colocar o nome de vocês, por favor. *(Nátaly Carvalho)*

-Desenha o homem-aranha que tu sabe desenhar, qual desenho que tu gosta?

-Boi da cara preta.

-Ajuda ele a desenhar o boi da cara preta então *(Risadas)*

-Aqui tem uns adesivos também se alguém quiser *(Lia Bahia)*

-Vou fazer do carnaval. Faz da união, família.

-Olha lá, tem o Cristo.

-Olha aqui to na minha casa, curtindo meu lazer

-Eu acho que é bom a gente dar mais uns 5 minutinhos para vocês irem finalizando ou então entre irem se encaminhando, não precisa ter pressa também mas como tem muita gente aqui tem hora eu acho que a gente pode ir começando né, quem terminou já pode começar a falar quem não terminou ainda pode continuar fazendo, mas vamos esperar só mais uns 5 minutinhos que a gente finaliza. E lembrando que caso alguém queira e esteja com pressa a gente trouxe algumas coisinhas para comer café, suco, bolo. *(Nátaly Carvalho)*

-Tem que botar o nome?

-Sim, coloca o nome por favor. (*Nátaly Carvalho*)

-É meu lazer nega, e seu também.

(*Risadas*)

-Isso aí é só fim de semana quando o pai pega as crianças, aí eu tenho lazer.

-Acho que a gente pode começar então, né? Quem já terminou, se vocês puderem falar por favor. (*Nátaly Carvalho*)

-Vai *Cuidadora* fala logo

-Vai *Cuidadora*... Vai vocês abriu a boca primeiro

-Quem já terminou, pode falar seu nome, mostra a colagem pra gente. (*Nátaly Carvalho*)

-Fala seu nome, mostra a colagem pra gente e explica o que vocês colocaram. O que significa pra vocês. Pode ser bem rápido. Não precisa ser uma fala longa. É só falar. Eu coloquei essa imagem aqui, porque pra mim ela representa uma coisa importante. (*Nátaly Carvalho*)

-Meu nome é *Feminista*. Eu botei a imagem de uma mulher olhando pela uma grade, assim tendo em conta o quanto a gente ainda tem tanta apreensão. Mas botei o lugar da mulher. A mulher tem que ser livre. Tem que ter um espaço pra dançar, e tem direito pra onde tá, mulher tem que ser o que quiser.

-Obrigada. Perfeito.

-Arrasou, amiga.

-Meu nome é *Protetora* e eu escolhi essa figura porque eu vi que é autocuidado, proteção, união, né? Que é o que hoje em dia nós não temos. Temos que ter voz, mas não temos quem esteja sempre do nosso lado. E essa foto representa família, cuidado, né? Que nós possamos sempre ter voz.

-Vai, *Carnavalesca*.

-Não, nem terminei ainda.

-Quem vai ser a próxima?

-A *Carnavalesca*.

-Vai, *Carnavalesca*.

-Não consigo.

-*Cuidadora* o teu é o mais fácil.

-Não, não.

-Olha, se for fazer vocês se sentirem mais confortáveis, vocês podem falar 1 ou 2 palavras. Só isso. (*Nátaly Carvalho*)

-Vai, *Carnavalesca*, fala.

-Aqui eu coleí a minha família. A união, esse aqui representa a união.

-E aí, essa de cima?

-Essa daqui de cima é pulando o carnaval, minha família.

-A cidade também é diversão, né? *(Nátaly Carvalho)*

-É para a gente ou para ficar com vocês?

-Ah, colocou seu nome? *(Nátaly Carvalho)*

-Tem.

-Se vocês quiserem levar, eu só peço que deixem a gente tirar uma foto antes, tá bem? Vocês podem levar, não tem problema. Mais alguém já terminou? Que queira falar aí, claro. *(Nátaly Carvalho)*

-*Cuidadora* porque ela ficou falando de mim, ela tá bem quietinha ali. Ela colou uma foto bem grandona que eu vi.

-Eu? Eu não, tá pequeno.

-Fala logo que é sua família.

-Meu nome é *Carioquíssima*, eu botei o Rio. O Rio é lindo, mas por causa do Rio gera violência.

-É bem tranquilo. É bem simples, mas se você não quiser falar tudo bem. Eu só peço que vocês coloquem o nome. *(Nátaly Carvalho)*

-Vou colar minha cerveja. Vou colar minha cerveja no camarote, ó.

-Você falou?

-Falei, família.

-Falou não.

-Falei sim.

-Eu também não escutei, não.

-Família, rapaz.

-Ah tem que falar pra todo mundo aí. O nome.

-Família, falei, família.

(Risadas)

-Está tudo bem. Eu ouvi tudo bem. *(Nátaly Carvalho)*

-Todo mundo ouviu.

-Aí que saudade de estudar.

-Aqui, ó, cerveja do carnaval. Cerveja do carnaval, amiga, esse do Brasil, leve e gostosa.

-Mais alguém terminou e quer falar sobre? *(Nátaly Carvalho)*

-Melhor eu ir andando. Tchau meninas. *(Despedidas coletivas)*

-Mas aí como é que eu vou saber o que significa a sua colagem? Se você não falar. *(Nátaly Carvalho)*

-Não, eu vou deixar aqui pra vocês verem. *(Risadas)*

-Gente, eu queria, assim, enquanto algumas estão finalizando a colagem, só agradecer a vocês, fazer uma fala final, já que muitas de vocês têm hora. Caso alguém queira, tem café, tem suco, tem bolo, tem um pãozinho aqui na sala do lado, que é melhor a gente não trazer pra cá porque tá tudo desarrumado. Então, quem precisar ir, pode ir, a gente vai finalizando por aqui. E, muito obrigada, espero que vocês tenham gostado. Espero que essa arte aqui que a gente fez, tenha sido legal pra vocês. *(Nátaly Carvalho)*

(Tchau coletivo enquanto algumas vão embora)

-Fala pra ela, *Religiosa*. Ela vai gostar de ouvir. Oh, ela já acabou.

-Você quer falar? *(Nátaly Carvalho)*

-Sobre a cidade, né?

-Sim. *(Nátaly Carvalho)*

-Como eu enxergo a cidade, eu enxergo que a cidade precisa de Jesus. Eu enxergo a cidade sem amor. Porque o amor se esfriou. Muitas coisas estão acontecendo porque estão se cumprindo os mandamentos. A cidade se esfriou. A gente precisa ler. A gente precisa se ajudar. Eu escrevi aqui, vamos se ajudar mais, juntos somos mais fortes.

(Palmas)

-Tem que entregar isso?

-Você pode ficar pra você. Eu só peço que deixe a gente tirar uma foto. *(Nátaly Carvalho)*

-Olha essa é a árvore, o meio ambiente. Eu também não vou mentir. Eu não planto ainda. Mas eu desejo, meu sonho de ter um cantinho pra plantar. Porque faz bem pro meio ambiente. Eu acho que por aqui deveria ter mais. A gente não vê muito o povo plantando. Em outro lugar eu vejo muito gente que planta. Até na rua tá plantando. Aqui era só aqui. Eu não lembro quem botava umas plantas ali. Aqui na frente.

-Era uma loura.

-Era né? Ai agora...Não tem mais.

-Gente, espero que vocês tenham gostado. Obrigada por terem participado. *(Nátaly Carvalho)*

ANEXO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Cidade e [Des]afeto: as relações de apropriação dos espaços públicos por mulheres vítimas de violência doméstica

Pesquisador: NATALY SANTOS CARVALHO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 85519724.1.0000.5582

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.613.561

Apresentação do Projeto:

O projeto investiga as formas de apropriação dos espaços públicos por mulheres que sofreram violência doméstica na cidade do Rio de Janeiro. A partir do método etnotopográfico, busca compreender como experiências traumáticas afetam o uso e a vivência da cidade. O estudo inclui observações em rodas de conversa, entrevistas e percursos comentados, com o intuito de construir uma cartografia sensível dos afetos urbanos dessas mulheres.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral está claramente definido: mapear a apropriação de espaços públicos por mulheres vítimas de violência doméstica. Os objetivos específicos (análise de afetividade, narrativas urbanas, sentimentos de pertencimento e subsídios ao planejamento urbano) são coerentes com a abordagem metodológica e socialmente relevantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora reconhece riscos mínimos como desconforto emocional, exposição de dados sensíveis e invasão de privacidade. O RCLE contempla estratégias de mitigação, como o direito à interrupção da entrevista. No que concerne aos benefícios, o estudo visa contribuir para o direito à cidade com foco na inclusão e segurança das mulheres, promovendo impacto social positivo.

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 7.613.561

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto relevante, original e bem estruturado, com forte embasamento teórico e metodológico. A linguagem empregada no projeto está adequada ao público acadêmico, mas no RCLE pode ser ainda mais acessível às participantes, considerando o tema sensível e o perfil do público.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A folha de rosto está presente e conforme os padrões exigidos pelo CEP-CFCH. As informações básicas sobre o projeto estão preenchidas corretamente, incluindo critérios de inclusão/exclusão e metodologia. O projeto completo está bem estruturado, com detalhamento teórico, metodológico e ético adequado. O Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) está conforme a Resolução 510/16.

Recomendações:

Não há maiores recomendações a fazer.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2451813.pdf	07/11/2024 10:54:23		Aceito
Outros	DESIGNACAO_ALEXANDRE_VICE_2022.pdf	07/11/2024 10:53:54	NATALY SANTOS CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	PLATAFORMA_BRASIL_FOLHA_DE_ROSTO_NATALY_CARVALHOassinado.pdf	07/11/2024 10:47:34	NATALY SANTOS CARVALHO	Aceito
Outros	PLATAFORMA_BRASIL_ROTIEIRO_ENTREVISTA_NATALY_CARVALHO.pdf	07/11/2024 10:46:57	NATALY SANTOS CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	PLATAFORMA_BRASIL_RCLE_NATALY_CARVALHO.pdf	07/11/2024 10:44:22	NATALY SANTOS CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PLATAFORMA_BRASIL_PROJETO_DETALHADO_NATALY_CARVALHO.pdf	07/11/2024 10:44:01	NATALY SANTOS CARVALHO	Aceito

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 7.613.561

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 02 de Junho de 2025

Assinado por:
FERNANDA MARIA DA COSTA VIEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com